



Estado do Rio Grande do Sul

JAIR SOARES

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1985

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Jair Soares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Cláudio Strassburger

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Adylson Motta

CHEFE DA CASA MILITAR
Ubirajara Sá Gomes

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE
Mauro Maranzana

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA
Luiz Felipe Azevedo Gomes

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Ney Sá

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA
Jarbas Lima

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Clóvis Jacobi

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS
Luiz Gonzaga de Souza Fagundes

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA
João Salvador de Souza Jardim

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Francisco de Paula Salzano Vieira da Cunha

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Augusto Borges Berthier

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO
Colorinda Emília Sordi

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE
Germano Mostardeiro Bonow

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Luiz Adams

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES
Telmo José Kirst

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
Alceu Francisco Martins da Rosa

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Lôris Reali

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
José Diogo Cyrillo da Silva



SUMÁRIO

1	— APRESENTAÇÃO	9
2	— ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	21
	2.1 — EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
	2.1.1 — Secretaria da Educação e Cultura (SEC)	25
	2.1.2 — Conselho Estadual de Educação (CEE)	29
	2.1.3 — Conselho Estadual de Cultura (CEC)	30
	2.1.4 — Conselho Regional de Desporto (CRD)	31
	2.1.5 — Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclo- re (FIGTF)	31
	2.1.6 — Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)	32
	2.1.7 — Fundação Riograndense de Atendimento ao Ex- cepcional (FAERGS)	33
	2.1.8 — Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FLSVC)	34
	2.1.9 — Fundação Televisão Educativa Piratini (TVE — Piratini)	35
	2.1.10 — Fundação Teatro São Pedro (FTSP).....	37
	2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
	2.2.1 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA).	41
	2.3 — SANEAMENTO	
	2.3.1 — Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)	45
	2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO	
	2.4.1 — Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS)	49
	2.4.2 — Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT)	49
	2.4.3 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Sena- dor Tarso Dutra (FUNDASUL)	51
	2.4.4 — Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM)	52
	2.4.5 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Gran- de do Sul (COHAB/RS).....	53
	2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA	
	2.5.1 — Secretaria da Segurança Pública (SSP).....	57

2.6	—	JUSTIÇA	
2.6.1	—	Secretaria da Justiça (SJ)	61
2.7	—	DEFESA JUDICIAL DO ESTADO	
2.7.1	—	Procuradoria-Geral do Estado (PGE)	67
2.8	—	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	
2.8.1	—	Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ)	71
2.9	—	AGRICULTURA	
2.9.1	—	Secretaria da Agricultura (SA)	75
2.9.2	—	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS)	77
2.9.3	—	Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)	80
2.9.4	—	Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB)	81
2.9.5	—	Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)	82
2.9.6	—	Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (ISRC)	83
2.10	—	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
2.10.1	—	Secretaria da Indústria e Comércio (SIC)	87
2.10.2	—	Conselho Estadual do Leite e seus Derivados	89
2.10.3	—	Conselho Estadual de Comércio Exterior (CECEX)	89
2.10.4	—	Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO)	89
2.10.5	—	Conselho de Desenvolvimento Industrial do Esta- do do Rio Grande do Sul (CONDEI)	91
2.10.6	—	Açúcar Gaúcho S/A (AGASA)	92
2.10.7	—	Companhia Estadual de Desenvolvimento Indus- trial e Comercial (CEDIC)	92
2.10.8	—	Companhia Riograndense de Laticínios e Correla- tos (CORLAC)	93
2.10.9	—	Central Vitivinícola do Sul S/A (VINOSUL)	94
2.10.10	—	Produtos Gaúchos S/A (PROGASA)	95
2.10.11	—	Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul (CONPETRO) ..	96
2.10.12	—	Companhia Riograndense de Nitrogenados (CRN)	97
2.11	—	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
2.11.1	—	Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) ..	101
2.12	—	TURISMO	
2.12.1	—	Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR) .	105
2.13	—	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
2.13.1	—	Secretaria da Fazenda (SF)	109
2.14	—	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
2.14.1	—	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL)	113

2.14.2	—	BANRISUL — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	114
2.14.3	—	Caixa Econômica Estadual (CEE/RS)	115
2.14.4	—	Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESUL)	117
2.14.5	—	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	118
2.15	—	ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	
2.15.1	—	Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (SEMC)	123
2.15.2	—	Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) ..	124
2.15.3	—	Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)	126
2.15.4	—	Companhia Riograndense de Mineração (CRM) ..	128
2.15.5	—	Comissão Estadual de Energia (CENERGS)	129
2.16	—	TRANSPORTES	
2.16.1	—	Secretaria dos Transportes (ST)	133
2.16.2	—	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)	133
2.16.3	—	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (CINTEA)	134
2.16.4	—	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)	135
2.16.5	—	Departamento Aeroviário do Estado (DAE)	137
2.17	—	PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO	
2.17.1	—	Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP)	141
2.17.2	—	Conselho de Recursos Hídricos (CONRHIRGS) ..	143
2.17.3	—	Fundação de Economia e Estatística (FEE)	145
2.17.4	—	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS)	147
2.17.5	—	Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados (SEPED)	148
2.18	—	ADMINISTRAÇÃO	
2.18.1	—	Secretaria da Administração (SEA)	151
2.18.2	—	Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG)	153
2.18.3	—	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)	153
2.19	—	PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	
2.19.1	—	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE)	159
2.20	—	PROCESSAMENTO DE DADOS	
2.20.1	—	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)	163

2.21	—	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
2.21.1	—	Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (SDO)	167
2.21.2	—	Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU)	169
2.21.3	—	Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral (CODEL).....	170
2.21.4	—	Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN).....	170
2.22	—	GABINETE DO GOVERNADOR	
2.22.1	—	Secretaria Extraordinária para Assuntos da Casa Civil	175
2.22.2	—	Casa Militar/Coordenadoria Estadual de Defesa Civil	176
2.22.3	—	Gabinete da Primeira-Dama	177
2.22.4	—	Assessoria de Comunicação Social	178
2.22.5	—	Assessoria de Relações Públicas	179
2.22.6	—	Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre (SEGPA)	180

1 — APRESENTAÇÃO

Porto Alegre, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente:

Compareço a essa Casa Legislativa para, em cumprindo preceito constitucional (art. 66, XIV, da Constituição do Estado), trazer à apreciação de Vossa Excelência e de seus Insígnos Pares a Mensagem em que presto contas da gestão relativa ao período administrativo de 1984.

Afeito ao diálogo permanente com o povo do Rio Grande do Sul, honra-me, através de seus representantes, dizer o que foram os negócios em nosso Estado, num ano ainda marcado por notórios constrangimentos no plano econômico-social, embora — reconheça-se — seja possível vislumbrar novos horizontes, dada a reação que a economia começou a apresentar, especialmente a partir do segundo semestre de 1984. Isto adicionado a uma reversão de expectativa de natureza psicossocial, motivada pelo novo quadro político que se desenha a partir de 15 de março de 1985, garante aos que trabalham, aos que produzem e aos que governam que o mais difícil foi superado, conquanto persistam situações iníquas, de que é exemplo a dívida social acumulada ao longo dos anos, e que urge resolver.

Creio firmemente na vontade do povo que habita este Estado; a têmpera farroupilha, que sustentou 10 anos de luta contra o centralismo imperial, está atualizada para o enfrentamento de vicissitudes; no aqui e no agora, com ensinamentos que a História transmite, está sendo forjado um Estado conhecedor de suas vocações, que busca fortalecer a base da economia — a agropecuária; que cimenta seu esforço via o dinâmico Setor Secundário, com parque industrial diversificado; que aposta no Setor Terciário, prestador de serviços, formando, no conjunto, um quadro de forças apto a sustentar já a retomada do crescimento econômico e, numa perspectiva de médio e longo prazos, o desenvolvimento em toda sua amplitude.

Seja-me lícito ressaltar, perante essa Egrégia Assembléia Legislativa, que continuo perseguindo — como condição indispensável à federação brasileira —

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado



reformulações no sistema tributário nacional, numa perspectiva, pelo menos, de adequação dos atuais encargos suportados por Estados-membros e Municípios e correspectivas fontes de custeio.

Em seguimento, cumpre-me apresentar a essa Casa uma síntese do comportamento da economia sul-rio-grandense em 1984.

A observação isolada de cada um dos segmentos da economia, apesar de fornecer indicações de suas linhas comportamentais, nem sempre é suficiente para a configuração do desempenho conjunto. Desta forma, o desempenho dinâmico de um subsetor pode não ser suficiente para anular os prejuízos de um outro segmento do mesmo setor, e os resultados finais serão reflexo de um conjunto em que todas as representatividades são consideradas.

Durante o ano de 1984, apesar de um pequeno saldo positivo em termos globais, a economia gaúcha esteve longe de refletir alguns dos resultados expressivos obtidos na lavoura. O próprio Setor Primário, atingido no segmento pastoril por problemas de monta, passou a revelar, globalmente, um desempenho inferior ao assinalado em 1983. A situação ocorrida, tanto no relativo à pecuária de corte quanto na produção de derivados animais, provocou um decréscimo do produto desse subsetor da ordem de 26%. Nessas condições, a relativa positividade dos resultados da lavoura, que também teve alguns problemas com preços mínimos, tendeu a desaparecer, sendo neutralizada pela negatividade da exploração pecuária.

O Setor Secundário, quando analisado em seu conjunto, registra um fenômeno inverso do que se verifica com o Setor Primário. Não obstante o desempenho insatisfatório da indústria de construção civil — atingida simultaneamente pela retração da construção pesada, com os cortes nos gastos públicos, e pela construção habitacional — revelou um desempenho bastante positivo em seu conjunto.

Para o êxito dos resultados verificados, contribuíram, decisivamente, as indústrias vinculadas a certos segmentos do setor, localizadas no Centro do País. Neste caso estão as indústrias de material elétrico, a metalúrgica e a mecânica com maior destaque, embora as indústrias de material de transporte e a química também tenham dado uma contribuição ponderável.

Entre as indústrias tradicionais, as de melhor desempenho possuem vínculos com as anteriormente citadas e com o comércio exterior, como é o caso da indústria de calçados. As voltadas para o mercado interno, cuja demanda sofre nitidamente os reflexos da redução do poder de compra do consumidor, e a indústria alimentar, pelo fraco desempenho e por sua representatividade a nível regional, dificultaram uma melhor "performance" do conjunto setorial. Não obstante os entraves assinalados, tudo indica que o incremento obtido pela economia gaúcha se embasa, em parcela ponderável, no crescimento da indústria.

Também no Setor Terciário se verifica que a retração do comércio interno não foi de ordem a caracterizar, na mesma intensidade, o desempenho do conjunto setorial. Apesar de não revelar acréscimos, ele praticamente se manteve com um volume semelhante ao de 1983. Os resultados finais obtidos devem-se, sem dúvida, ao bom desempenho das exportações, porque os demais subsetores não revelaram dinamismo.

Dessa forma, o crescimento do PIB a nível nacional em 1984, estimado entre 4% e 5%, teve reflexos bastante tímidos no Rio Grande do Sul, com um crescimento da Renda Interna estimado em 0,4%. A indústria desempenhou o papel de sustentação no crescimento da Renda Interna gaúcha, pois sua expansão setorial foi de 4,8%. O setor serviços (-0,1) manteve-se praticamente igual a 1983, e o Setor Primário — face aos problemas da pecuária e aos preços insatisfatórios para os produtos da lavoura — registrou um decréscimo de 4,2%.

É possível que mudanças substanciais na política econômica nacional a partir de 1985 venham imprimir perspectivas mais alvissareiras no transcorrer deste ano, porque, em 1984, a reação mais nitida de recuperação ficou restrita à indústria e ao comércio exterior.

Mesmo assim, 1984 foi um ano de recuperação para a **agricultura** gaúcha na maior parte das culturas que tradicionalmente desenvolve. É de ressaltar o fato de que esta unidade federativa, ocupando apenas 3% do território nacional, tenha dado uma contribuição de 25% para a produção de grãos do País. Esta é, entretanto, a realidade da safra 1983/84 estimada no Estado em aproximadamente 13 milhões de toneladas de grãos.

É verdade que, emergindo de uma situação crítica, causada notadamente por fenômenos climáticos, todos os acréscimos adquirem maior representatividade; mas não é menos real que começam a se sentir os sintomas da retomada. Essa recuperação foi verificada inclusive a nível global da produção do País que, embora não tenha atingido os desejados 55 milhões de toneladas de grãos, teve, comparativamente ao período anterior, um desempenho mais alentador.

Adquire maior realce o comportamento da agricultura gaúcha, já que as medidas de política econômica, independentes de fronteiras estaduais, não foram de ordem a favorecê-la. A retirada de subsídios, as limitações ao crédito e a fixação de preços mínimos paralelos à inflação, mas inferiores aos aumentos de custos de produção, são exemplos de decisões desestimulantes para os produtores.

É importante também destacar que os produtores de alimentos para o mercado interno sofreram um impacto mais contundente com as medidas adotadas. Isso porque, enquanto as culturas de exportação gozam, na sua maioria, de preços externos mais compensadores, o que lhes possibilita ganhos reais em rentabilidade, as culturas destinadas ao mercado interno não possuem nenhuma alternativa diferente da obediência às determinações. Os reflexos da produção interna de alimentos, por seu turno, atingem inexoravelmente a todo consumidor.

No concernente à **lavoura**, conforme já foi dito, a comparação dos resultados da safra 1983/84 com os da de 1982/83 deve ser ponderada com o fato da atipicidade do período anterior. Assim, o crescimento registrado, que na produção de grãos atingiu 8,6%, é mais um indicador da recuperação dos níveis históricos do que propriamente um substancial acréscimo da lavoura.

No que tange às diversas culturas, o maior montante produzido foi o de soja, cuja representatividade (5,4 milhões de toneladas) ultrapassa um terço da produção nacional, seguido pelo de milho e de arroz. Este último cereal tem 35% da produção nacional dependente do Rio Grande do Sul.

Com relação ao crescimento comparativo com a safra 1982/83, houve culturas com elevados índices de aumento, como o feijão (44%) e o arroz (40%).

Já a **pecuária gaúcha** teve um desempenho bastante diferenciado da lavoura, denotando uma certa retração. O número de abates de todos os rebanhos considerados — bovinos, suínos e aves — decresceu com relação ao ano anterior. Esse fato não seria tão preocupante, se a ele não se adicionasse o fenômeno de abate indiscriminado de matrizes que vem se registrando há três anos. No caso do rebanho suíno, por exemplo, registrou-se um decréscimo no número de cabeças da ordem de 25%.

É importante, todavia, assinalar que as medidas que possam ser acionadas pelo poder público estadual serão insuficientes para reverter o quadro descrito, uma vez que os estímulos ao equacionamento do problema deverão vir da reativação da demanda interna.

No que tange à **indústria de transformação**, à semelhança do que ocorre no setor industrial do País, embora ainda de forma mais atenuada, no transcorrer de 1984 a indústria gaúcha deixou transparecer sintomas de uma lenta recuperação. Entretanto, após um período de ponderáveis decréscimos a nível de produção, não logrou atingir o que se registrara em 1980.

O estímulo à reação observado em 1984 também é o mesmo que ativou direta ou indiretamente a produção da indústria de transformação a nível nacional: as exportações. Assim, foram assinalados acréscimos na produção industrial de bens de capital e de bens intermediários, persistindo o decréscimo na dos bens de consumo. No Rio Grande do Sul, foram registrados aumentos nas indústrias de calçados e nas que forneceram os insumos para a produção nacional de outros bens exportáveis, assim como dos usados para culturas de exportação. Conseqüentemente, um dos melhores resultados foi o da indústria metalúrgica.

Algumas indústrias direcionadas para o mercado interno — produtos alimentares e editorial e gráfica — registraram decréscimo nas vendas em relação a 1983. Já mobiliário e vestuário, que também vinham apresentando redução nas vendas, tiveram uma ligeira recuperação no final do ano.

A **indústria da construção civil** não teve, em 1984, as mesmas oportunidades que a de transformação. Dependendo diretamente do nível de investimentos e com vínculos muito estreitos com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), esse segmento, que registrou um declínio de 18,5% em sua produção entre 1980 e 1983, permaneceu em queda em 1984.

A construção pesada, que tem o Governo como seu principal cliente, vem sendo comprometida pelos cortes dos gastos públicos que se tornaram mais drásticos após o ajustamento firmado com o FMI, enquanto a construção imobiliária, comprimida pelas dificuldades do SFH, também não pôde reagir.

A indústria da construção civil no Rio Grande do Sul opera com níveis de ociosidade superiores a 50%, o que se refletiu, em termos de mão-de-obra, numa redução de 64% dos empregos de dezembro de 1982 até o momento.

Em Porto Alegre, a média mensal de venda de unidades habitacionais caiu de 1.500 em 1982 para 318 nos primeiros oito meses de 1984, reduzindo-se também, drasticamente, o número de novas unidades construídas.

As medidas de impacto acionadas pelo SFH — Plano de Opção de Compra

de Moradia (POC), o bônus do BNH e a recriação do Plano de Equivalência Salarial — ainda não foram suficientes para neutralizar a retração registrada.

Tudo indica que a redefinição de uma política econômica global e, dentro desta, a de uma política habitacional mais adequada, são precondições para a recuperação da construção civil.

A mesma difícil situação enfrentada pela indústria da construção civil verifica-se no **comércio interno**, o que reflete claramente a perda de poder aquisitivo do povo brasileiro. No primeiro semestre de 1984, as vendas do comércio varejista registraram uma retração de 10,8% em relação a igual período do ano anterior, havendo destaque, a nível nacional, para índices de redução de vendas entre as concessionárias de veículos, materiais de construção e calçados.

O mais impressionante, porém, é o fato de que, desde o primeiro bimestre de 1980, as vendas dos supermercados não registraram taxas positivas de crescimento.

No Rio Grande do Sul, a realidade observada em termos direcionais não difere da que se assinala no País. Não poderia ser de outra forma, uma vez que a política econômica que atinge o consumidor transcende o espaço decisório do poder público estadual.

Assim, premido pelo desaquecimento da demanda interna, cujo poder de compra foi duramente restringido, o comércio encontra, ainda, na limitação do crédito mais um fator de estrangulamento.

É importante lembrar que os reflexos do desempenho comercial se fazem sentir diretamente nas finanças públicas, especialmente na arrecadação do ICM.

Com relação ao **comércio externo**, o desempenho favorável obtido — cuja concretização se encontra num superávit da balança comercial brasileira que, de janeiro a dezembro de 1984, atingiu US\$ 13,06 bilhões — efetivou-se à custa de sacrifícios sociais. Além da rígida redução de importações que vem sendo imposta desde 1981, o aumento das exportações tem sido feito também à custa de subsídios que oneram toda a sociedade.

O Rio Grande do Sul tem prosseguido na sua contribuição para o aumento das exportações. O valor da produção gaúcha remetida para o Exterior alcançou em 1984 a casa dos US\$ 3,00 bilhões, revelando um acréscimo de cerca de 15% em relação a 1983, quando esse valor atingiu US\$ 2,60 bilhões. Apesar deste acréscimo, tendo em vista que o montante total das exportações brasileiras tem crescido a taxas mais elevadas que as assinaladas pelas exportações do Rio Grande do Sul, o Estado vem diminuindo sua participação nas exportações globais do País.

No que diz respeito à natureza dos produtos exportados pelo Estado, também se registraram modificações, com retração dos produtos básicos e expansão dos manufaturados. A retração dos básicos vinculou-se, em grande parte, ao desempenho do complexo soja que foi frustrante mesmo no que se refere às exportações brasileiras. A expectativa inicial de um faturamento anual de US\$ 4 bilhões, em outubro já estava reduzida para US\$ 2,7 bilhões. No caso do Rio Grande do Sul, a situação foi mais difícil. Já no início da comercialização da safra 1983/84, os embarques de soja e derivados com destino a outros países pelos portos de Rio

Grande e Porto Alegre registravam um decréscimo de 14%. A nível nacional, todavia, espera-se um pequeno acréscimo de 2%.

A explicação dessa ocorrência encontra-se principalmente na venda de grão, farelo e óleo no mercado interno, em decorrência não só do contingenciamento às exportações imposto pela CACEX senão pelos melhores preços internos.

Outro importante produto da pauta de exportações gaúchas que vem enfrentando problemas é a carne bovina. Os grandes estoques existentes na Comunidade Econômica Européia, colocados no mercado com preços altamente subsidiados, e os elevados custos de produção internos tiraram o poder de competitividade da carne bovina gaúcha.

No que diz respeito aos acréscimos de manufaturados na pauta de exportações, encontra-se sedimento no desempenho do setor calçadista e nas vendas externas de celulose. Até outubro de 1984, o Estado já havia obtido US\$ 610,4 milhões com a venda de sapatos no Exterior, ou seja, 68% a mais do que o registrado em igual período de 1983. Quanto à celulose, espera-se que as exportações atinjam 170 mil toneladas, com uma receita de US\$ 80 milhões (20% da exportação nacional de celulose), influenciadas por fatores conjunturais do mercado internacional, principalmente dos EUA e Canadá.

No que se refere às **finanças estaduais**, a receita da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, entre janeiro e dezembro de 1984, teve um acréscimo real de 0,46% quando comparada a igual período de 1983.

O ICM, limitado na sua arrecadação pelas desonerações em vigor e pelo desaquecimento do consumo, não apresentou condições de responder de forma mais dinâmica e efetiva, embora se tenha verificado, a partir do último trimestre de 1984, sensível reação.

Assim, estima-se que em 1984 o Estado deixou de arrecadar cerca de Cr\$ 2,1 trilhões em razão dos benefícios e estímulos fiscais concedidos.

É importante salientar, contudo, que a taxa de decréscimo constatada na arrecadação do ICM tem-se reduzido, não excedendo a 3,2% em termos anuais, quando no início do exercício acusava índice bem mais preocupante (algo em volta de 9,5%).

No tocante às transferências federais — recursos repassados pela União ao Estado —, verificou-se algum progresso; ocorre que os meios canalizados ao Fundo de Participação dos Estados vêm obtendo significativo acréscimo como decorrência do comportamento positivo do Imposto de Renda, o qual, juntamente com o IPI, contribuiu para a formação do referido Fundo.

Além disso, em 1984 registrou-se aumento, em termos percentuais, do Fundo de Participação dos Estados nos ingressos federais, elevando-se de 11% para 12,5%.

No capítulo concernente à emissão de ORTEs, procedida com o objetivo de viabilizar o equacionamento dos problemas financeiros do Estado, foi a operação autorizada em forma parcial — apenas 20% do montante solicitado — o que, por certo, constituiu fator restritivo da expansão de serviços públicos necessários, urgentemente requeridos pela comunidade sul-rio-grandense.

Cabe assinalar ainda que, embora as operações de crédito tenham sofrido redução durante os primeiros oito meses do exercício de 1984, o serviço da dívida vem registrando crescimento acelerado por força da aguda incidência das correções monetária e cambial.

Quanto à ação social do Estado — atuar mais diretamente no sentido de efetuar correções objetivas em termos de medidas modificadoras da situação econômica — esta dirigiu-se à minimização dos impactos indesejáveis de tais medidas no campo econômico-social e à criação de condições de bem-estar e valorização do homem em sua plenitude.

Dessa forma, a ação do Governo tem-se concretizado em atividades que vão desde o atendimento às populações carentes à preparação do homem do futuro, procurando dar-lhe as necessárias condições para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Em termos de investimento para o futuro do povo rio-grandense, foi empreendida uma ponderável ação na área educacional. Na busca de uma melhoria qualitativa do atendimento à clientela dos ensinos de 1º grau e pré-escolar, foi enfatizada a assistência a essa faixa de educação e a revitalização do ensino agrícola. Em ação integrada com prefeituras municipais e entidades assistenciais, foram atendidas 108.764 crianças na faixa etária de cinco a seis anos, na sua maioria residentes em vilas, zona rural e periferia urbana. A educação básica foi enfocada com a preocupação de acessibilizar a escolarização e minimizar os índices de evasão e repetência. Ainda com vistas à melhoria da qualidade de ensino desse nível, foram habilitados 6.733 professores especialistas em suas diversas áreas de atuação.

O interesse pela eficácia do ensino de primeiro grau foi integradamente realçado no tratamento dos cursos de 2º grau voltados para o magistério. Procurou-se ampliar as funções das escolas de 2º grau que oferecem habilitação para o magistério no sentido de promover a educação permanente, de desenvolver pesquisas, de realizar experiências, de atualizar e aperfeiçoar os profissionais de educação e de tomar decisões quanto a mudanças curriculares na escola em função de sua realidade.

Empenhou-se também o ensino de 2º grau na busca de condições alternativas de ofertas de terminalidades parciais e polivalentes que venham atender às necessidades de desenvolvimento local, regional e estadual, sem perda da unidade nacional.

Quanto ao ensino superior, procurou-se implementar a efetiva articulação entre o sistema estadual de ensino e as instituições de ensino superior, para apontar soluções alternativas para a educação estadual e contribuir para a elevação dos padrões de desempenho dos seus profissionais.

A par da educação sistemática e regular, cuidadosamente enfocada em termos qualitativos, a atuação do poder público estadual voltou-se para o atendimento da educação supletiva, da educação física e especial, para a assistência aos educandos e para a cultura. Assim, em nenhum momento, olvidou que a educação é um processo contínuo e o meio mais eficaz de assegurar o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas; e que é da cultura, com seu respaldo de valores, que extrai o homem forças para construir seu futuro.

A ação do Governo na área de saúde, através de diversos programas de atendimento curativo ou preventivo, prosseguiu na já sedimentada atuação de propiciar à população rio-grandense os cuidados necessários para uma vida sadia. Nesse particular, revestiu-se de muita importância a prioridade a ela atribuída pelo Governo do Estado, fornecendo-lhe recursos para a ampliação de sua rede de atendimento, com a implantação de 60 novas unidades sanitárias. A prevenção de doenças cardiovasculares e do câncer recebeu grande impulso, e o Instituto de Cardiologia foi ampliado e é hoje um dos melhores do gênero no País.

Na área de controle de alimentos, o Governo vem exercendo rigoroso trabalho na investigação de surtos de intoxicação alimentar, merecendo, ainda, destaque a criação do sistema de notificação obrigatória dos casos de intoxicação por defensivos agrícolas.

Na área de desenvolvimento social, a par da continuidade dos diversos programas em execução, cabe ressaltar o esforço da ação governamental na readaptação do menor carente, atuando das mais variadas formas, destacando-se a realização de 600 cursos que prepararam para o trabalho 15.528 menores, tornando-os aptos tanto para colocação em emprego efetivo como em estágio remunerado.

Com o objetivo de aumentar a renda e o volume de ocupação remunerada dos agricultores em processo de abandono de terra, destaca-se a atuação do Programa de Apoio ao Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante (PRODAMI) que, nos últimos dois anos, através de 219 projetos, beneficiou 23.688 economias e mais de 110.000 pessoas, atingindo 166 municípios.

Especificamente voltados à informação e à conscientização do trabalhador rural, foram desenvolvidas 6.842 ações comunitárias, beneficiando 115.754 trabalhadores.

Quanto aos programas de erradicação da subabitação, apesar da lenta retomada dos investimentos em construção civil, conseguiu-se, em 1984, concluir 11.151 unidades habitacionais e promover a continuidade da construção de outras 22.100 unidades.

No que se relaciona aos serviços de segurança pública, através da criação de instrumentos capazes de efetuar a proteção da população, vem o setor público atuando no sentido de modificar a estrutura, até então rígida, dos órgãos policiais.

São exemplos de integração comunidade-segurança pública, os Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROS), criados no interior do Estado como organismo de apoio à segurança do município.

Ressalte-se, ainda, na busca de uma atuação mais eficaz da segurança pública, a implantação da nova Central de Radiocomunicações do Centro de Operações do Departamento da Polícia Metropolitana.

Na área da justiça, o Governo do Estado, consciente de que o apenado é um efeito cuja causa se reveste de características sócio-econômico-políticas, desenvolveu suas atividades, prioritariamente, visando a proporcionar ao detento as condições humanas indispensáveis, reabilitando-o para o retorno ao convívio social. Para tanto, procurou suprir deficiências dos prédios da rede penitenciária, com a

implantação de um programa de reformas; oportunizou cursos de preparação e aperfeiçoamento do seu quadro de pessoal, objetivando, através de novas técnicas, qualificá-lo ainda mais para o desempenho de suas tarefas na rede prisional do Estado. Além disso, foram ampliados os planos de atuação nas áreas de saúde, educação e assistência social. Assim, foram assistidas as famílias dos apenados e as das vítimas, e foi elaborado um projeto para construção da Casa do Toxicômano.

Senhor Presidente:

Não obstante os fatores adversos enfrentados, principalmente oriundos das dificuldades financeiras que repercutiram em todo o Plano de Governo para 1984, *conforta-me a constatação do muito que se conseguiu realizar, quer minorando, quer solucionando problemas surgidos e que se apresentaram como cruciais dentro da realidade do Estado.*

Fiel ao princípio de valorização do homem e buscando oferecer-lhe melhores condições de vida, consegui o atendimento, pelo empresariado, do apelo à Campanha de Geração de Empregos, alcançando sensível decréscimo no índice de desemprego.

Maiores espaços culturais foram conquistados na área de preservação de bens físicos, onde é de ressaltar o reconhecimento, pela UNESCO, das Missões como Patrimônio Cultural da Humanidade, na preservação dos usos e costumes, ou ainda com a abertura do Teatro São Pedro, Teatro da OSPA e do Cinema da Casa de Cultura Mário Quintana.

A entrega de postos telefônicos à grande maioria dos distritos rurais, numa clara tentativa de fixar o homem do campo em seu próprio meio, ampliou suas possibilidades de comunicação e sociabilidade.

A prática de virtudes cívicas e de espírito público que marcou a história gaúcha, o estímulo ao culto dos antepassados, a defesa e preservação do patrimônio histórico embasaram toda a programação das festividades comemorativas do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, desenvolvida ao longo deste ano e que *terá culminância no exercício de 1985.*

Feita breve análise do que foi alcançado em 1984, dando continuidade àquilo que se iniciou com a instalação deste Governo em 1983, creio poder afirmar que as *metas propostas no Programa de Governo estão sendo satisfatoriamente alcançadas.*

O texto e as tabelas que se seguem são elucidativos do esforço governamental no sentido de que as *diretrizes de trabalho, vertidas no Programa de Governo 1983-87, possam tornar-se exequíveis, em que pese à momentânea conjuntura adversa.* Volto a repetir: no período de meu governo, o destinatário das ações administrativas será o homem, numa visão integrada com o meio ambiente e com os demais fatores culturais que lhe forneçam o contexto de atuação, quer na cidade, quer no campo.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência e dignos pares expressões de apreço e consideração.

JAIR SOARES
Governador do Estado

2 — ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

2.1 – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

2.1.1 — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC)

As questões educacionais estão associadas a fatores de ordem política, econômica e social. Exigem, conseqüentemente, programas em que a continuidade é uma condição essencial, já que a maior parte das ações empreendidas em educação somente apresentam resultados sensíveis a médio e longo prazos.

Em 1984, visando aos objetivos traçados ao início do atual Governo, a Secretaria da Educação e Cultura empenhou-se no desafio de responder positivamente às exigências de uma clientela diversificada em sua faixa etária, origem e características de aprendizagem.

Ao mesmo tempo, procurou a implementação de um processo de planejamento que busca descentralizar ações e decisões, transformando gradativamente o assessoramento técnico e a cooperação financeira do Estado em meio para a realização das prioridades estabelecidas pelos municípios, articuladas a políticas estaduais e federais.

O ensino de 1.º grau, prioritário por disposição constitucional, foi, no período, ponto convergente de estratégias destinadas a diminuir o déficit quantitativo e qualitativo no atendimento à população abrangida pela escolarização obrigatória.

A fim de viabilizar o atendimento à demanda escolar das escolas municipais, especialmente das quatro primeiras séries, o Estado apoiou financeiramente a construção, ampliação e/ou recuperação de prédios escolares, principalmente nas periferias urbanas, onde o índice populacional está em ascendência.

Quanto à rede física estadual, as condições climáticas adversas enfrentadas pelo Estado no transcurso de 1984 levaram ao predomínio das obras de reforma e recuperação de prédios e instalação danificados, tendo-se, apesar disto, aumentado a sua capacidade com a ampliação de prédios já existentes e com a construção de novas escolas.

Assim, foram realizados trabalhos de construção e ampliação de prédios, que deram condições de funcionamento a 114 escolas estaduais de 1.º grau, e efetivadas obras de reforma ou recuperação de 366 escolas.

Atenta ao compromisso de ampliar ao máximo o atendimento escolar de 1.º grau, a SEC autorizou o funcionamento e a instalação de 81 classes formais e de 759 não formais de pré-escolar; de 51 escolas e 266 séries do ensino de 1.º grau; e a ampliação da jornada escolar em 41 escolas.

Outro meio utilizado para aumentar a oferta foi oportunizar o acesso e a per-

manência de alunos excedentes no Sistema Estadual de Ensino, em especial os de baixa renda, através da aquisição de vagas em estabelecimentos particulares de ensino pré-escolar, de 1.º e de 2.º graus, em número de 87.518.

Nas comunidades rurais, onde a população é rarefeita, propiciou-se o auxílio ao transporte escolar com vistas à nuclearização escolar de 1.ª a 4.ª séries, ou à continuidade de estudos da 5.ª a 8.ª séries nas sedes de distrito. Foram beneficiados com transporte escolar 17.750 alunos de 174 municípios.

A revitalização do ensino agrícola deu-se através da melhoria da infraestrutura e do fornecimento de assistência técnica às escolas de 1.º grau que mantêm regime de internato, aumentando em 60% a produtividade destas escolas.

Para o desenvolvimento das atividades curriculares em condições mais satisfatórias, foram adquiridos equipamentos, material permanente, material pedagógico e escolar. Foram criadas hortas escolares, que vêm-se constituindo, inclusive, em suporte à merenda escolar, e bibliotecas fixas em escolas ou ambulantes.

Nesse sentido, das cerca de 3.000 escolas existentes, receberam equipamento 1.330 escolas estaduais de 1.º grau, o que proporcionou melhores condições de ensino-aprendizagem a 492.487 alunos, enquanto 2.762 escolas receberam material de consumo básico. Foram também equipadas escolas municipais de 243 municípios.

No período, elegeu-se como um dos principais objetivos reduzir a evasão e a repetência nas séries iniciais do ensino de 1.º grau. Nesse sentido, desenvolveu-se o atendimento ao pré-escolar e procedeu-se à atualização e ao aperfeiçoamento dos docentes do ensino de 2.º grau que atuam na habilitação Magistério, responsáveis pela formação do futuro professor dessas primeiras séries. As atividades de atualização de docentes beneficiaram 61 escolas, atingindo 875 professores.

A educação pré-escolar atendeu a crianças na faixa etária de cinco a seis anos, beneficiando especialmente a clientela originária de famílias de baixa renda residentes em periferias urbanas ou no meio rural. Numa atividade conjunta e integrada com as prefeituras municipais e entidades assistenciais, foi prestado atendimento ao pré-escolar por meios alternativos, levando em conta as características individuais e sócio-econômico-culturais das comunidades. A assistência ao maior número possível de crianças constituiu-se em estratégia básica para favorecer a aprendizagem dos alunos que ingressam no ensino de 1.º grau, propiciando maior rentabilidade ao Sistema Educacional. Foi atendido em 1984 um total de 108.464 crianças nessa faixa etária.

A preparação de profissionais capazes de responder às exigências da problemática educacional foi um dos aspectos também enfatizados pela SEC durante o ano de 1984.

Com vistas à elevação dos padrões de desempenho dos professores e especialistas, foram oferecidas diversas opções de acordo com o nível de formação da clientela: cursos para docentes leigos, destinados principalmente a professores de escolas municipais e de zona rural; cursos de graduação; curta duração; especialização; e atualização, realizados por agências executoras em diversas regiões do Estado.

Desse modo, foram beneficiados: 10.382 professores e 278 supervisores da rede municipal de 242 municípios com programas de atualização; 314 dos cerca de 4.000 docentes leigos da rede municipal de 26 municípios com programas de capacitação; 6.733 professores e especialistas com programas de atualização de recursos humanos para o ensino de 1º grau; 174 com estudos adicionais; 45 com cursos de licenciatura de 1º grau; e 40 com cursos de licenciatura plena.

Com vistas a uma efetiva articulação entre o Sistema Estadual de Ensino e as instituições de ensino superior, capaz de apontar soluções alternativas para os problemas de 1º, 2º e 3º graus de ensino, desenvolveram-se ações no sentido da implantação e da implementação de comissões mistas, com participantes das delegacias de educação e daquelas instituições, cuja finalidade é a busca de soluções para a educação básica através de um planejamento participativo a nível local.

A preparação para o trabalho também mereceu estudos e atenção especial. Além da revitalização do ensino agrícola no ensino de 1º grau, procedeu-se à reorganização dos currículos de escolas estaduais de 2º grau, buscando-se adequá-los não só às realidades estadual e regional, mas também à realidade local.

Do mesmo modo, buscou-se a ampliação das funções das escolas que oferecem habilitação Magistério no sentido de promover a educação permanente, de realizar experiências, de atualizar e aperfeiçoar os profissionais da educação e de tomar decisões quanto a mudanças curriculares na escola em função da sua realidade.

A fim de atender ao contingente da população de adolescentes e adultos que não puderam cumprir a escolaridade regular por motivos os mais variados, foram oferecidos, através do ensino supletivo, cursos e exames tanto de educação geral como de qualificação profissional.

Nesse período, foram implantados e implementados Cursos de Habilitação de Docentes Leigos; Cursos de Educação Geral de 1º e 2º Graus; Centros de Estudos Supletivos (CES); Núcleos de Orientação do Ensino Supletivo (NOES); Núcleos Avançados de Centros de Estudos Supletivos (NACES); Exames Supletivos de Educação Geral e Exames Profissionalizantes; Programas Didáticos para Professores de 1ª a 4ª séries e Alunos da Habilitação de Magistério; e Programas Educativos, Culturais e Informativos.

Visando ao atendimento desses cursos e atividades, foram capacitados e atualizados profissionais através de treinamentos de recursos humanos. No que concerne aos recursos tecnológicos destinados a atender aos mesmos, foram adquiridos equipamentos de projeção audiovisual, laboratórios de Ciências, livros e audiovisuais; produzidos e avaliados módulos de ensino de 1º e 2º graus, audiovisuais e programas radiofônicos. Destaca-se também a implantação de uma das cinco rotas retransmissoras da TVE — Rota Sul —, com instalação e funcionamento da retransmissora do Canal 7, no Município de Pelotas.

Em virtude da complexidade dos problemas educacionais e dos fatores que interferem no equacionamento dos mesmos, especialmente os de ordem sócio-econômica, foi dada continuidade, no decorrer de 1984, às ações de assistência ao educando.

Constatando que 83% dos escolares do ensino de 1º grau pertencem aos

níveis sócio-econômicos mais baixos, a SEC desenvolveu atividades destinadas a suprir, dentro do possível, as necessidades do aluno no que concerne à alimentação, à saúde, às ações sociais e ao apoio pedagógico. Dessa forma, os atendimentos médico, odontológico, psicológico, reeducativo de linguagem, de enfermagem e social chegam ao aluno de uma forma global.

É de destacar-se o papel relevante que foi dado à participação da comunidade escolar como elemento decisivo no desenvolvimento de ações que envolvam a melhoria de sua qualidade de vida. A concretização de tal meta foi buscada através da dinamização do círculo de pais e mestres, o qual, como órgão associativo, caracteriza a ação participativa de todos os segmentos.

Para a melhoria do padrão nutricional dos pré-escolares e escolares de 1º grau, foi distribuída uma merenda escolar fornecendo o mínimo de 15% das necessidades nutricionais do alunado. Foram implantados, junto às 38 delegacias de educação, setores regionais de nutrição escolar para a racionalização da distribuição da merenda. Da experiência de ação integrada com a comunidade, envolvendo profissionais, instituições e círculos de pais e mestres, resultou a prestação de assistência alimentar a 1.068.690 alunos e de assistência, na área da saúde, a 720.627 alunos.

Foram distribuídos também, em 1.358 escolas estaduais e municipais, na abrangência das 38 delegacias de educação, módulos de material didático-pedagógico a professores e alunos. Mais de um milhão de livros didáticos chegaram às mãos de estudantes das escolas estaduais, e cerca de 1.500 escolas municipais tiveram bibliotecas instaladas.

Com relação ao atendimento ao excepcional, implementou-se uma política global de atendimento com ênfase na extensão de benefícios ao maior número de pessoas e na busca de integração do excepcional como ser social na medida de suas possibilidades.

Além da ampliação do setor de tratamento ao excepcional, foram implantadas classes especiais, e promoveu-se o encaminhamento de deficientes para estágio em empresas e sua colocação no mercado de trabalho, merecendo destaque, ainda, o apoio emprestado às entidades particulares através de subvenções sociais e auxílio para investimentos, os quais possibilitaram o atendimento a mais de 7.000 excepcionais.

Cabe destaque às realizações de cunho cultural, tanto pela sua repercussão em termos de área geográfica como pelo grande afluxo de público aos diversos eventos, ou pela mensagem de elevado conteúdo que transmitiram. Visou-se à elevação do nível cultural dos sul-rio-grandenses, à sua sensibilização para os fatos e feitos de importância cultural na situação de consumidor e à sua disposição de participar do processo de desenvolvimento cultural na situação de produtor.

Na área de preservação dos valores culturais, especialmente os constituídos de bens físicos, é de se ressaltar o reconhecimento, pela UNESCO, das "Missões" como "Patrimônio Cultural da Humanidade". O tombamento de oito prédios como Patrimônio Cultural do Estado, o assessoramento a vários municípios interessados em preservar prédios vinculados à história de sua comunidade, o restauro de prédios, de obras pictóricas e bibliográficas, bem como de documentos, são aspectos significativos na ação cultural do ano.

Na preservação dos valores culturais, como usos, costumes, expressão artística e artesanal, a atuação da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore foi marcante, incluindo-se a edição de obras bibliográficas vinculadas à idéia do tradicionalismo e ações objetivando a conscientização do público para os valores que representam etapas vencidas na escala da evolução cultural sul-rio-grandense.

O "Trem da Cultura" percorreu 18 municípios e contou com a participação de 279.000 visitantes, e o Subprograma Interiorização da Cultura fez-se presente em todos os municípios do Rio Grande do Sul, desenvolvendo ações didático-culturais destinadas a estudantes, professores e comunidade em geral, bem como exposições itinerantes.

Cabe ressaltar a abertura do Teatro São Pedro, do Teatro da OSPA e do Cinema da Casa da Cultura Mário Quintana, com intensa e selecionada programação, bem como o funcionamento dos serviços culturais de 18 instituições culturais, como museus, bibliotecas, arquivos e outras que promovem livros, discos e o desenvolvimento da expressão, realizam eventos e permanecem abertos ao público nos fins de semana para consultas ou visitas ao acervo, o que também favorece a pesquisa e a criação.

A área do desporto passou a integrar a área educacional nesta gestão. A união das ações educacionais às sociais está sendo realizada gradativamente, enfatizando o valor educativo do desporto, entendido aqui como educação física, esporte e recreação.

Uma atividade realizada com sucesso traz, como consequência, a satisfação, integrando o indivíduo num determinado grupo social. As ações do Programa Educação Física e Desporto partem desse pressuposto para efetivamente contribuir para a diminuição da repetência e da evasão escolar.

Em uma perspectiva de ação global que possibilite ao jovem e à criança seu desenvolvimento em todas as áreas, a SEC construiu quadras polivalentes e pistas de atletismo em nove municípios. Materiais para esporte e recreação foram doados às escolas estaduais e prefeituras municipais. Um amplo apoio às federações do Rio Grande do Sul, a realização do Campeonato Escolar Gaúcho e a dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul caracterizam a atuação na área do desporto. Lazer e recreação foram proporcionados às crianças e à comunidade em fins de semana, feriados e durante as férias escolares.

2.1.2 — CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE)

Por força da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e da Lei Estadual nº 4.724, de 10 de janeiro de 1984, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul desenvolve, como órgão colegiado, na área educacional, atividades de caráter consultivo, normativo, fiscalizador e contencioso, com vistas à expansão, à consolidação e ao aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ensino.

No ano de 1984, foi dada ênfase às seguintes matérias: normas referentes à cessação de atividades escolares e à extinção de estabelecimentos e de grau de ensino — Parecer CEE nº 243/84; consolidação da sistemática de apresentação de planos de aplicação de recursos do salário-educação (quota estadual para construção, ampliação, conservação e/ou adaptação de prédios escolares estaduais de 1.º

grau) — Parecer CEE nº 470/84; normas para autorização de funcionamento de escolas e de séries do ensino de 1º grau — Parecer CEE nº 200/84; normas para funcionamento, em caráter transitório, de cursos supletivos de qualificação profissional de Auxiliar de Enfermagem para atendimento com o 1º grau completo — Resolução CEE nº 174/84 e Parecer CEE nº 612/84; pronunciamento sobre o funcionamento de instituições particulares que atendem a crianças de zero a seis anos de idade — Parecer CEE nº 420/84.

Prioritariamente, foram realizados estudos com vistas a oferecer ao Sistema normas para delegação de atribuições do CEE aos conselhos municipais de educação sobre o tratamento a ser dado à preparação para o trabalho no ensino de 1º e 2º graus no Sistema Estadual de Ensino e sobre o aproveitamento de estudos.

No período de janeiro a 7 de dezembro de 1984, desenvolveram-se ações técnicas que resultaram em 921 pareceres e 3 resoluções, aprovados no decorrer das sessões plenárias.

Esse órgão, além de estudos e emissão de atos, promoveu o IV Encontro de Conselhos Municipais de Educação (CME) com o CEE, tendo por objetivo enfatizar a importância do funcionamento do CME no processo de municipalização do ensino.

2.1.3 — CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (CEC)

Durante o ano de 1984, dando prosseguimento à política de interiorização de suas atividades e ao assessoramento a entidades culturais dos municípios, o Conselho Estadual de Cultura esteve em Caxias do Sul, São Marcos e Santa Cruz do Sul, onde realizou visitas a entidades e participou de eventos significativos para aquelas comunidades. Em Santa Cruz do Sul, foi instalado, na oportunidade, o Conselho Municipal de Cultura.

Tendo em vista a busca de rumos para uma política cultural de integração nacional, o Conselho promoveu, de 14 a 18 de novembro, em Santo Ângelo, o I Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura, ao qual compareceram 27 representantes de 14 estados, do Conselho Federal de Cultura e do Conselho de Cultura da Itália, através de seu Presidente, o eminente jurista italiano, Diretor da Faculdade de Direito de Florença, Professor Paolo Grossi. Ouviram-se, entre outras manifestações culturalmente expressivas, a magnífica conferência do Professor Miguel Reale sobre Conceito de Cultura e a do Professor Paolo Grossi sobre Estado e Cultura. Na oportunidade, foi apresentado um audiovisual sobre as Missões Jesuíticas da América, bem como um espetáculo de luz e som junto às ruínas de São Miguel que deixou a mais viva impressão nos participantes do Brasil e do Exterior. O Encontro finalizou com visitas aos locais turísticos das Missões Jesuíticas, São João Velho, São Lourenço, Caaró e São Borja.

Cabe, ainda, referir a realização, com o co-patrocínio da Associação dos Profissionais Liberais do Brasil (APLUB), do Concurso de Artes Plásticas, a cargo da Casa do Artista Plástico Rio-Grandense, e que teve uma exposição de obras concorrentes no "foyer" do Teatro São Pedro.

2.1.4 — CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS (CRD)

Em sintonia com a ação governamental e de acordo com o artigo 164, do Decreto Federal nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, o Conselho Regional de Desportos do Estado do Rio Grande do Sul colaborou neste exercício, com o Conselho Nacional de Desportos (CND/MEC) na realização de suas finalidades.

A atividade básica desenvolvida destinou-se a: concessão de alvarás às federações, ligas e associações isoladas em atividade no Estado; encaminhamento às entidades superiores de pedidos de informações e consultas, reformas de estatutos e regulamentos, pareceres técnicos e jurídico sobre esporte, bem como interpretações aos textos legais (deliberações do CND/MEC); registro e arquivamento de contratos de atletas profissionais de futebol, técnicos e auxiliares especializados; realização de sessões plenárias para exame da decisão sobre matérias encaminhadas pelos clubes e federações, bem como para a análise dos processos de alvará desportivo.

Após a sua instalação, em fevereiro de 1984, o CRD realizou reunião com as federações esportivas, visando a dar-lhes conhecimento de suas metas e prioridades e requerendo das mesmas os respectivos calendários.

No presente exercício, o CRD funcionou, além das sessões plenárias, através de várias comissões, sendo as principais: Comissões de Finanças, Comissão de Reforma do Regimento, Comissão de Instituição do Sistema Desportivo Estadual, Comissão de Constituição e Regulamentação da Medalha do Mérito Desportivo Pedro Carneiro Pereira e Comissão de Proposição à Reforma da Deliberação nº 08/82 do CND.

Entre os projetos do CRD para o próximo exercício de 1985, destacam-se: a reforma do seu atual Regimento que data de 1967; a instalação do Sistema Desportivo Estadual (SDE); a reforma da sistemática para a concessão de alvará desportivo; um maior entrosamento com a Subsecretaria de Desporto, visando à perfeita sintonia com a atividade de clubes e federações; e a apresentação de vários subsídios ao exame do Conselho Nacional de Desportos para a consolidação da legislação desportiva no País.

O CRD propôs-se a elaborar, em 1985, uma Coletânea esportiva, destinada a federações, clubes, entidades desportivas, desportistas e justiça desportiva, com a finalidade de proporcionar a todos um rápido alcance à legislação desportiva emanada das entidades superiores, ou seja, Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED) e Conselho Nacional de Desporto (CND/MEC).

2.1.5 — FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE (FIGTF)

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, plenamente consciente de que a identidade cultural do homem rio-grandense não pode ser alcançada sem o conhecimento e a valorização do folclore e da tradição, preocupa-se em oferecer diferentes alternativas culturais que facilitem essas aquisições e assim contribuir para o fortalecimento da cidadania que é capaz de propiciar ao gaúcho condições mínimas para superar as pressões da massificação cada vez mais intensas.

A FIGTF orientou sua atuação, ao longo de 1984, no preparo e no treinamento de seu pessoal técnico para a realização de pesquisas e documentação do fato folclórico e também para o desenvolvimento de cursos voltados ao binômio folclore-educação.

Paralelamente, tem promovido, só ou em co-produção com outros órgãos da administração pública, a realização de festividades populares alimentadoras das típicas tradições rio-grandenses. A esse respeito destacam-se: Festas Juninas, Semana do Folclore e Natal Gaúcho.

Igualmente, a Fundação tem colaborado com outras entidades culturais na realização de festivais, concursos, rodeios, seminários, feiras e convenções.

Como pesquisa de relevância para os cenários gaúcho, brasileiro e sul-americano, destaca-se o Estudo da Trova, da Pajada e da Décima no Sudoeste Brasileiro.

2.1.6 — FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (FOSPA)

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, fundada há 34 anos, nessas três décadas de existência e trabalho, tem alcançado seus objetivos de difundir a música clássica, propiciando o acesso à cultura em forma de música, através de ações e metas que visam a atingir as camadas sociais.

Entidade conhecida internacionalmente e uma das maiores orquestras sinfônicas brasileiras, a FOSPA desenvolveu no presente exercício relevantes ações. Realizou, em convênio com as 1.^ª e 37.^ª Delegacias de Educação, 22 Concertos para a Juventude, levados a efeito em duas etapas no Teatro da OSPA, cujo público-alvo são os alunos das escolas localizadas na periferia de Porto Alegre, preferencialmente as mais carentes. Essas apresentações, de cunho didático e cultural, contaram com a presença de 26.000 alunos.

Com uma programação voltada para todas as camadas sociais, procurando uma comunicação a nível de massa, foi relevante a resposta em termos de público às apresentações Encontros com o Barroco, Encontros Sinfônicos de Outono, Encontros de Inverno, e Encontros de Primavera, visto que passaram pelo Teatro da OSPA aproximadamente 45.000 pessoas.

Além dos eventos citados, realizaram-se diversos concertos especiais, a grande maioria de cunho beneficente e cívico. Inserem-se dentro destes a abertura pela FOSPA das festividades do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha; e a montagem da ópera "La Traviata", idealizada e produzida por profissionais gaúchos, com a participação do Conselho de Entidades Assistenciais, cuja renda foi destinada a obras de caridade.

Dentro do plano de interiorização, a FOSPA levou a diferentes pontos do Rio Grande do Sul sua música. Percorrendo 2.400 km, as orquestras sinfônicas e de câmara apresentaram-se em 11 municípios, tais como Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Ibirubá e outros, alcançando um público de aproximadamente 3.000 pessoas por concerto, demonstrando o acerto da política empregada.

É preocupação constante da Fundação a formação de recitalistas e instrumentistas, razão pela qual se dá especial atenção à Escola de Música da OSPA, hoje com 56 alunos, que tem formado profissionais de elevada capacitação, muitos dos quais já atuando na OSPA e em outras expressivas sinfônicas brasileiras e do Exterior. Na mesma linha de ação, desenvolveu-se o Concurso para Jovens Solistas, onde oportunizou-se a jovens instrumentistas o aproveitamento pela Fundação em seu quadro de músicos.

Hospedada no Teatro da OSPA, ex-Teatro Leopoldina, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre tem propiciado expressivos encontros culturais, identificando o local como uma "casa de arte", aberta a todos que a ela acorrem.

2.1.7 — FUNDAÇÃO RIOGRANDENSE DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (FAERS)

A Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional, procurando responder às diretrizes contidas no Programa de Ação do Governo para o período 1983/87, vem desenvolvendo um conjunto de ações voltado à problemática do excepcional em nosso Estado.

Na área educacional, através de consultoria, supervisão e assistência técnica, atendeu às 38 delegacias de educação em suas classes especiais, salas de recursos e escolas especiais.

No atendimento direto à clientela deficiente, conta com seus órgãos de estrutura periférica, cujas atividades proporcionam avaliação, tratamento, habilitação, reabilitação e complementação à escolaridade aos excepcionais deficientes *mentais, auditivos e visuais desde a educação precoce até o 3º grau.*

Visando a ampliar o trabalho com o aluno deficiente, foram implantadas, no presente exercício, 25 classes especiais e 4 salas de recursos, beneficiando 257 alunos do 1º grau.

Para agilizar e adequar o processo de avaliação da clientela carente à sua realidade sócio-econômico-cultural, implantou-se a Equipe de Avaliação Itinerante que se desloca às unidades escolares que possuem classes especiais para deficientes mentais em Porto Alegre e na Região Metropolitana.

Considerando a relevância da estimulação precoce para o desenvolvimento do deficiente, firmou-se convênio com a UNESCO, com vistas à criação de serviços de atendimento aos deficientes auditivos e visuais e à implementação de trabalho com o deficiente mental.

A fim de melhorar a qualidade do trabalho com o excepcional, promoveu-se o aperfeiçoamento dos recursos humanos envolvidos através da realização de cursos, treinamentos, encontros e jornadas.

Foi ampliada a abrangência do Projeto Recreação, Lazer e Esportes para Crianças Deficientes para diversos municípios do Estado.

Na área da saúde, os estudos mostraram a necessidade de redimensionamento do Projeto Prevenção à Excepcionalidade que teve sua elaboração, neste ano,

com vistas, prioritariamente, à identificação de crianças portadoras de perda visual.

A conjuntura adversa por que passa nosso País favorece o surgimento de deficiências associadas a outros quadros, fazendo com que aumente a demanda de clientes que necessitam de tratamento biopsicossocial. Para atender a essa clientela, foi ampliado o setor de tratamento nos órgãos de estrutura periférica, bem como firmaram-se convênios com clínicas especializadas.

Para dar maior impulso à integração do excepcional na força de trabalho, a FAERS conta com o Núcleo de Colocação de Deficientes junto ao SINE (Sistema Nacional de Empregos), assim como tem estimulado a formação de núcleos protegidos junto às empresas, como continuidade do trabalho desenvolvido em seus centros pré-profissionalizantes. A fim de atender ao deficiente visual, implantaram-se oficinas pré-profissionalizantes junto ao Centro Louis Braille, além do trabalho reabilitatório com 45 cegos, em convênio com o Centro de Reabilitação Profissional (CRP/INPS).

Na área de assistência, ressalta-se o desenvolvimento da atividade Subvenções e Auxílios como programa relevante da FAERS em termos de apoio à iniciativa privada, num investimento total de Cr\$ 190 milhões.

Ainda, através do Projeto Correção Óptica e Auditiva para alunos portadores de deficiências, foi efetuado o fornecimento de próteses e telefones a deficientes carentes.

Na intenção de orientar e/ou encaminhar todas as pessoas que recorrem à Fundação, mantém-se um plantão permanente de atendimento ao público.

Em relação, ainda, aos excepcionais carentes que freqüentam seus centros, a FAERS fornece passagens e alimentação, assegurando sua presença nos programas e melhor rendimento no processo ensino-aprendizagem; bem como presta assistência jurídica gratuita a todos os excepcionais que a procuram.

Por ocasião da Semana Nacional do Excepcional, a Fundação, através de esclarecimento e orientação, proporcionou condições para que a população tomasse conhecimento do deficiente como uma pessoa que, apesar de suas limitações, possui potencialidades e capacidades, bem como pudesse conhecer o atendimento existente.

Ressalta-se, de forma especial, a ação integrada com o Gabinete da Primeira Dama do Estado, considerando-se que uma de suas metas prioritárias é o atendimento ao excepcional.

2.1.8 — FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA (FETLSVC)

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, com sede em Novo Hamburgo, desenvolveu, durante o ano de 1984, várias ações direcionadas para o seu objetivo maior que é a formação de técnicos para o Setor Secundário da economia.

A Escola empenhou-se, durante esse ano, no atendimento ao maior número

possível de matrículas através da oferta de habilitações plenas nas áreas de Química, Eletrotécnica e Mecânica, visando ao desenvolvimento integral da personalidade do aluno e à sua integração na comunidade, bem como à sua qualificação profissional em função das exigências tecnológicas do parque industrial da região.

Foram atendidos, em 1984, 1.203 alunos e habilitados 72 Técnicos em Química, 65 Técnicos em Eletrotécnica e 23 Técnicos em Mecânica.

Considerando a necessidade de um corpo docente sempre mais qualificado dentro dos princípios de humanização e do desenvolvimento científico-tecnológico, a Fundação proporcionou a seus professores um ciclo de palestras sobre educação e tecnologia e a participação em cursos, seminários, feiras e congressos.

Ainda em decorrência da preocupação com a melhoria da qualidade do ensino profissionalizante, foi seguida uma política de integração com as empresas através de sistemáticas visitas de estudos de alunos e professores, de contatos e palestras de empresários e lideranças da comunidade, e da realização de cursos complementares para alunos concluintes e ex-alunos.

O desenvolvimento de pesquisa, análise e produção foi levado a efeito como meio de oportunizar aos alunos atividades de complementação curricular, aproveitando, ao mesmo tempo, equipamentos de alta precisão e racionalizando os recursos materiais e humanos disponíveis. Assim, foram realizados testes de laboratório, desenhos e projetos industriais e usinagem de peças em geral, atendendo indústrias da região e favorecendo a troca de experiências e tecnologia entre a Escola e as empresas.

Na ampliação e melhoria da capacidade operacional, merece destaque a conclusão das obras do Módulo Desportivo-Cultural Carlos Armando Koch que veio suprir uma antiga aspiração e necessidade, visto sua múltipla utilização. Equipamentos foram modernizados e repostos nos diversos laboratórios e oficinas dos cursos técnicos, bem como procedeu-se à ampliação do acervo bibliográfico da Escola.

2.1.9 — FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA PIRATINI (TVE — Piratini)

A Fundação Televisão Educativa Piratini do Rio Grande do Sul desenvolveu, no ano de 1984, esforços para suas recuperação e manutenção, concomitantemente à viabilização de seu Projeto de Interiorização que culminou com a instalação e o funcionamento da primeira retransmissora educativa do Estado na cidade de Pelotas.

A extensão dos sinais de áudio e vídeo da TVE — Piratini, Canal 7-RS, através da instalação de repetidoras e retransmissoras no Interior do Estado, foi uma das principais ações em 1984, tendo em vista a necessidade de estender à população gaúcha os benefícios que uma televisão educativa pode proporcionar. Essa realização só foi possível graças ao esforço conjunto realizado pela TVE — Piratini e pela Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT), com sensível redução de custos, já que o Projeto de Interiorização da TVE — Piratini utiliza a infra-estrutura de microondas da CRT para repetição dos sinais de áudio e vídeo.

A significativa economia de recursos financeiros, humanos e materiais; o acesso proporcionado à comunidade interiorana rio-grandense à programação educativa, cultural e informativa do Canal 7; e, finalmente, a expansão da área de abrangência do som e da imagem da TVE — Piratini representam uma conquista irreversível na história da comunicação do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, estudos técnicos encontram-se em andamento a fim de que outros municípios, entre os quais, prioritariamente, Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul e Santa Maria, possam contar, a curto prazo, com retransmissoras da TVE — Piratini.

De conformidade com a política governamental vigente, visando à máxima redução de gastos no seu funcionamento, a TVE — Piratini celebrou acordos, contratos e protocolos de intenções com organismos públicos e privados, integrando atividades comuns, reduzindo custos e evitando paralelismos para execução de projetos de interesse de instituições como a FOSPA, a CRT, a FUNTEVÊ-MEC, a Escola Técnica Federal de Pelotas, a Prefeitura de Sapiranga, o IAPAS, o Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa e o 3º Regimento de Cavalaria do III Exército entre outros. Estudos foram realizados no sentido de: utilização da TVE — Piratini nas escolas; divulgação do funcionamento e da utilização do TRENURB; intercâmbio com instituições nacionais e internacionais; colaboração com secretarias de estado, Assembléia Legislativa, Ordem dos Músicos do Brasil, Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul e Instituto Estadual do Livro, com vistas à produção e à veiculação de programas; e a integração com outros órgãos que atuam na área da tecnologia educacional para realização conjunta de trabalhos de campo ou pesquisa, troca de "know-how", intercâmbio de experiências e aprimoramento de técnicas, especialmente com as universidades.

Para a execução de seus objetivos, em consonância com a meta prioritária do Governo, o binômio saúde-educação para o período 1983/87, a TVE — Piratini vem implementando, de maneira efetiva, nova política de programação voltada às reais necessidades da população, em especial às camadas mais carentes. Para tanto, realizou campanhas comunitárias, procurando sensibilizar e estimular a população para colaborar na solução de problemas da própria comunidade através da produção e transmissão de mensagens promocionais para o ICM, perfazendo um total de 540 inserções, e de outras mensagens promocionais e institucionais relacionadas às áreas de ecologia, agricultura, música, saúde, literatura, educação, artes, teatro, cinema, trabalho, serviço militar, energia, transportes, comunicações, segurança e utilidade públicas.

Perseguindo o objetivo de colaborar no desenvolvimento sócio-cultural da comunidade rio-grandense e de atuar no processo de educação permanente da população, a TVE — Piratini, em 1984, transmitiu 3.459 programas educativos, culturais e informativos, em consonância com as necessidades da Secretaria da Educação e Cultura e com as prioridades do MEC, bem como 2.463 mensagens promocionais, institucionais e chamadas. Realizou também ações relativas à educação infantil, à suplência e à qualificação profissional. Executou programas e projetos dirigidos às camadas mais carentes da população. Produziu e transmitiu programas do tipo "Pergunte à TVE", propiciando questionamento da população frente aos responsáveis pelos diversos órgãos do poder público; programas destinados à população da periferia urbana e zona rural, tentando contribuir para a fixação do homem à terra; e programas visando ao conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Parlamento nos níveis federal, estadual e municipal. A TVE — Piratini, em 1984, atingiu um índice médio de aproximadamente 50% de produção de programas.

Na área técnico-administrativa, as ações concentraram-se principalmente na racionalização do uso dos recursos disponíveis; na operacionalização de mecanismos de contenção e controle de gastos, de correta execução e controle de projetos; na busca de outras alternativas de receitas que não públicas, procurando ativar e operacionalizar atividades e funções que a TVE — Piratini possa desenvolver; e na determinação de nova política de pessoal, incluindo critérios de seleção e aperfeiçoamento de recursos humanos. Para 1985, está prevista a ampliação da produção da TVE — Piratini através da elaboração de subprojetos de produção local de programas, em convênio com a FUNTEVÊ-MEC, voltados para as camadas mais carentes da população, visando à valorização da área de educação e da cultura, intitulados “Com Ciência”, “Encontro com a Cultura”, “Mãos à Obra”, “Os Escritores”, “Galpão Nativo”, “Rumos da Educação”, “Sesquicentenário da Revolução Farroupilha”.

Prevê-se também, em termos de desenvolvimento tecnológico, viabilizar o entrosamento técnico-operacional entre a CRT e a TVE — Piratini para o desenvolvimento de atividades com vistas a: promover cursos de aperfeiçoamento técnico em ação conjunta CRT — TVE — Piratini; utilizar os serviços de laboratório para manutenção de equipamentos de ambas as instituições; operacionalizar novas técnicas; viabilizar técnico-operacionalmente a interiorização dos sinais da TVE — Piratini, via canal de reserva da CRT; proceder a estudos sobre a viabilização técnica do aperfeiçoamento do Sistema de Comunicação Telefônica da TVE — Piratini; produzir programas institucionais sobre serviços de telecomunicações; e realizar edições de video-texto a ser implantado pela CRT.

2.1.10 — FUNDAÇÃO TEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

Entre as metas previstas e cumpridas pela Fundação Teatro São Pedro em 1984, a mais relevante diz respeito à conclusão da reconstrução do Teatro São Pedro. As obras principais foram concluídas em 27 de junho passado, permitindo a reinauguração dessa tradicional casa no dia 28 de junho. Devolveu-se à comunidade, após 11 anos de interdição e 9 de reconstrução, o “Theatro São Pedro”.

Da validade desse projeto, basta mencionar que, nos seus 187 dias de atividade até 31 de dezembro de 1984, não considerando os dias de folga semanal ou de interrupção, foram realizados 209 eventos, o que, desde logo, polariza nesse Teatro a atividade cênica em nosso meio.

Nesse espaço de tempo, o Teatro recebeu, entre público e visitantes, aproximadamente 60.000 pessoas. A diversificação dos espetáculos apresentados, por seu turno, criou uma nova mentalidade em relação à casa. Abrangendo toda a gama de público, do popular ao sofisticado, e atingindo a faixa etária jovem, foram apresentados projetos especiais, exposições, espetáculos de música e dança clássicas e modernas e de expressão corporal. Foi valorizada a música popular, desde a regional até os chorinhos brasileiros (O Choro é Livre). A apresentação de peças teatrais ocupou mais de 50% da programação realizada e está a enunciar uma desmistificação do apodo elitista com o qual, às vezes, se pretende rotular o Teatro São Pedro. A significativa concorrência de público representa o melhor retorno ao Governo do investimento dos recursos do Tesouro na manutenção da Fundação.

Além do já exposto, é mister salientar que a reconstrução ampliou a área útil do Teatro, acrescentando 1.880m² ao espaço da casa, altamente significativos pelo valor imobiliário somado ao patrimônio.

2.2 — SAÚDE E MEIO AMBIENTE

2.2.1 — SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE (SSMA)

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente que desenvolve os Programas Saúde e Proteção ao Meio Ambiente conseguiu, graças à prioridade conferida pelo Governo do Estado a seus programas, superar as dificuldades apresentando desempenho significativo. A rede de serviços foi ampliada; contratos com prefeituras municipais permitiram a construção e instalação de 60 novas unidades sanitárias. A área hospitalar foi acrescida de duas novas unidades: Cachoeirinha e Alvorada. A Central de Hemoterapia e a Unidade de Produção de Imunobiológicos do Instituto de Pesquisas Biológicas, cujas obras estão em andamento, deverão preencher lacunas de há muito sentidas pela saúde pública do Rio Grande do Sul.

Os programas e serviços dos diferentes departamentos da SSMA tiveram suas ações ampliadas, visando a proporcionar a toda a população o básico em termos de cuidados de saúde. As doenças transmissíveis, em especial tuberculose e hanseníase, acham-se sob controle, mercê de uma bem organizada rede ambulatorial apoiada pelos Hospitais Partenon e Itapoã. A cobertura vacinal — poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, sarampo — de menores de um ano continua acima de 80%. Na área materno-infantil, destacam-se os programas de reidratação oral e de controle das doenças respiratórias agudas, a suplementação alimentar de gestantes, lactentes e pré-escolares e os contratos com hospitais para atendimento de mães e crianças carentes. A prevenção de doenças cardiovasculares e do câncer recebeu grande impulso. O Instituto de Cardiologia foi ampliado e é hoje um dos melhores no seu gênero no País. O serviço de saúde mental reforçou as ações de tratamento ambulatorial do doente mental em unidades sanitárias, visando ao desenvolvimento de programas de controle de alcólatras, psicóticos, epiléticos, deficientes mentais e neuróticos. Esses programas têm o apoio do Hospital São Pedro e de outros hospitais mediante convênio para locação de leitos psiquiátricos.

No Programa de Odontologia Sanitária, foram intensas as gestões para que se procedesse à sistematização da fluoretação das águas de abastecimento público. A assistência odontológica ao escolar utilizando tecnologia simplificada, altamente eficaz, está-se expandindo para todo o Estado, aumentando consideravelmente a rentabilidade do programa, tendo sido realizado tratamento odontológico completo em 7.259 escolares.

A Divisão de Vigilância Sanitária, além das atividades rotineiras de inspeção veterinária, controle de prédios e instalações, desenvolveu programas especiais de combate à raiva mediante vacinação de cães e, ainda, de combate a simúldeos e outros insetos. Na área de controle de alimentos, merece destaque a investigação de surtos de intoxicação alimentar. No serviço de controle toxicológico, o destaque maior fica com a microfilmagem de fichas básicas de controle toxicológico, visando à distribuição aos demais centros de informação toxicológica de todo o País. A manutenção de bancos de antídotos e soros para uso em acidentes com

animais peçonhentos, metais pesados e algumas doenças infecciosas e parasitárias também é destaque no setor. Merece ainda especial consideração a criação de sistema de notificação obrigatória dos casos de intoxicação por defensivos agrícolas, encontrando-se em desenvolvimento o projeto-piloto na 5ª Delegacia Regional de Saúde. Na área de saneamento, deve-se conferir destaque aos projetos integrados (DMAE - DEP - FUNDASUL - DMLU - CORSAN e METROPLAN), visando a dotar as vilas de Porto Alegre e das demais cidades da Região Metropolitana com equipamentos mínimos de saneamento. O projeto especial, com recursos do FINSOCIAL, para a região litorânea, iniciando pelos municípios de Rio Grande e São José do Norte, está em desenvolvimento. No ano de 1984, na área de saneamento foram realizadas, no Estado, 587 melhorias na disposição de dejetos, 167 melhorias na disposição de lixo, 9 extensões de rede de água, implantação de 15 sistemas de abastecimento d'água, 27 extensões de rede de água, instalação de 4 bicas públicas e 3.582 melhorias em abastecimento de água.

O Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB) forneceu suporte a uma série de ações ligadas à vigilância epidemiológica e sanitária, produção de imunizantes, orientação e supervisão à rede de laboratórios de saúde pública e investigação científica e tecnológica relacionada com a saúde pública. Como fato de importância para o Estado, o IPB tornou-se, por delegação do Ministério da Saúde, Laboratório Nacional de Saúde Pública, com área de abrangência nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O Laboratório Farmacêutico do Estado teve sua produção mantida, garantindo apoio ao programa de assistência médica e possibilitando considerável economia de recursos.

O Departamento do Meio Ambiente deu continuidade à implementação de ações de controle do equilíbrio ecológico. Executou ações de análises de projetos de sistema de tratamento de resíduos industriais, cadastramento, mapeamento de áreas, segundo diretrizes técnicas de controle de meio ambiente. Manteve permanente controle das atividades nas áreas de mineração do carvão, destilarias de álcool e do Pólo Petroquímico, onde realizou 24 campanhas para o monitoramento da qualidade de água do rio Cai na região, 225 fiscalizações nas atividades das indústrias em operação, 133 vistorias no ambiente, 63 vistorias no sistema integrado de tratamento de efluentes líquidos, 12 campanhas para o monitoramento da qualidade das águas subterrâneas na região e 265 avaliações das condições das águas subterrâneas na área de disposição final de efluentes líquidos. Esse Departamento apreciou e examinou projetos de construções de prédios industriais, não industriais e piscinas de uso coletivo. Executou estudos das bacias hidrográficas e estabeleceu padrões de balneabilidade do Guaíba e da lagoa dos Patos. Todas as ações desenvolvidas pelo Departamento contam com o apoio do moderno laboratório que desenvolve atividades de coleta e análise de amostras de água, sedimentos e peixes e que executa a supervisão e calibração dos equipamentos das estações de amostragem da qualidade do ar.

2.3 — SANEAMENTO

2.3.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO (CORSAN)

Entre as realizações do Governo do Estado, destaca-se a ação no campo do saneamento básico por aliar o vulto dos investimentos à importância das obras para o bem-estar da população. Neste programa foi dada prioridade ao abastecimento de água. A extensão das redes de distribuição de água, operadas pela CORSAN, foi ampliada em 339 km, durante o exercício, aumentando em quase 80.000 habitantes a população beneficiada. O percentual da população urbana do Estado servida com água tratada passa, assim, se contarmos os atendidos pelos sistemas operados por órgãos municipais, ao expressivo coeficiente de 89%. Foram também realizados melhoramentos e substituições, como implantação de novos coletores de cidades de médio e grande portes.

Ainda no campo do abastecimento de água, foi dada continuidade ao Programa de Poços e Açudes para atender a núcleos populacionais isolados ou localidades com menos de 750 habitantes.

A Companhia deu continuidade às obras para o abastecimento do Distrito Industrial de Rio Grande e às do sistema de tratamento dos efluentes do Pólo Petroquímico, bem como à implantação do Projeto Rio Guaíba.

Quanto ao esgoto cloacal, foram continuadas as obras de implantação dos sistemas em Canoas e Novo Hamburgo e as de ampliação dos sistemas em Cachoeira do Sul, Santa Maria e Torres. Em Santa Maria está em construção a estação de tratamento de efluentes. Em Cachoeira do Sul foram executados 30km de rede coletora.

Em 1984, perfuraram-se 67 poços e construíram-se duas barragens e três câmaras de captação, 15 instalações de recalque, seis estações de tratamento de água, aumentando a capacidade de tratamento em 580 ls, nove reservatórios, crescendo 5.820 m³ na capacidade, 110km de rede de distribuição e 12km de adutoras. Concluíram-se, ainda, 50km de redes coletoras de esgoto.

Em ampliações e melhorias de sistema de abastecimento de água, foram gastos Cr\$ 5,8 bilhões em cidades de grande e médio portes e Cr\$ 364 milhões em pequenas localidades.

Na ampliação, melhoria de sistemas de coleta e tratamento de esgotos cloacais de cidades grandes e médias, foram gastos Cr\$ 18 bilhões.

No Distrito Industrial de Rio Grande, no Pólo Petroquímico e no Projeto Rio Guaíba, foram gastos Cr\$ 8,4 bilhões em obras de saneamento e Cr\$ 2,7 bilhões em outros projetos específicos.

2.4 — TRABALHO, ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO

2.4.1 — SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS)

A Secretaria do Trabalho e Ação Social coordena um programa específico denominado Programa de Desenvolvimento Social que compreende o “conjunto de ações voltadas para o bem-estar social”. Sua execução está a cargo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) e da Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra (FUNDASUL).

A operacionalização do Programa se dá através das ações desenvolvidas em quatro subprogramas: Promoção do Agricultor de Baixa Renda e ao Migrante (PRODAMI); Capacitação Profissional do Trabalhador; Concessão de Auxílio às Entidades; Implantação de Equipamento Social — Creches.

No ano de 1984, o destaque fica com o PRODAMI que, iniciado em 1981, hoje atinge 166 municípios e 15.546 famílias com recursos de mais de Cr\$ 1 bilhão.

Ao oferecer ao carente agricultor do minifúndio instrumentos de trabalho e produção, o PRODAMI vem propiciando a recuperação econômica da pequena propriedade como alternativa de resposta ao êxodo rural.

O projeto promove não só culturas, tais como feijão, milho e hortigranjeiros, como também piscicultura e a pecuária de pequeno porte. O acompanhamento do agricultor é prestado pela EMATER/RS, fruto de convênios firmados entre a STAS e essa entidade. Em 219 projetos nos dois últimos anos, foram beneficiadas 23.668 economias e mais de 110.000 pessoas.

As verbas para auxílio em 1984 atingiram o montante de Cr\$ 376 milhões, o que possibilitou o atendimento de algumas necessidades, como alimentos, vestuários, medicamentos e material escolar a mais de 18.000 pessoas através de entidades assistenciais.

Ainda cabe destacar o atendimento dado a 7.637 pessoas em aperfeiçoamento e/ou qualificação de mão-de-obra, com recursos que somaram Cr\$ 150 milhões; e a Implantação de Equipamento Social — Creches, com gastos de Cr\$ 400 milhões para atendimento de 40 solicitações de reforma, construção e/ou ampliação de creches.

2.4.2 — FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)

Para o ano de 1984, a Fundação Gaúcha do Trabalho estabeleceu políticas norteadoras relativas à formação profissional, segurança do trabalho, desenvolvimento de comunidades e desenvolvimento do artesanato.

Na área de formação profissional, a Fundação desenvolveu 531 atividades através de cursos e/ou treinamento nos Setores Primário, Secundário e Terciário e nas áreas de construção civil, artesanato e doméstico. Da mesma forma, o Sistema de Instrução por Correspondência (SIC), que se destina a atualizar o homem do campo nas técnicas de cultivo e manejo de equipamento necessário à melhoria de seu desempenho no trabalho, beneficiou 16.212 pessoas.

Na área de segurança do trabalho, o treinamento de recursos humanos por meio de ações integradas e especializadas atuou no sentido de orientar e de preparar o trabalhador quanto à prevenção de acidentes, segurança, higiene e medicina do trabalho. Com tal finalidade foram realizadas 174 atividades, beneficiando 3.247 pessoas.

As atividades de desenvolvimento de comunidades rurais compreenderam 6.842 ações sócio-comunitárias, voltadas à informação e conscientização do trabalhador rural, beneficiando 115.754 deles nas áreas de associativismo, saúde, alimentação, infra-estrutura, habitação e ainda produção e comercialização de produtos agropecuários.

Quanto ao desenvolvimento do artesanato, procurou-se incentivar e promover o artesão, dirigindo suas atividades no sentido de aperfeiçoá-lo e cadastrá-lo, organizar o sistema de comercialização e definir padrões quantitativos de produção. Comercializaram-se, neste exercício, mercadorias no valor de Cr\$ 796 milhões e foram beneficiados 2.703 artesãos.

Visando a obter resultados concretos e imediatos no atendimento da clientela de baixa renda urbana e rural, a FGT implantou neste exercício duas novas ações: Microunidades de Produção Agropecuária (MICRUP) e Prestadoras de Serviços Temporários Autônomos (PRESTA).

A MICRUP desenvolveu-se a partir do apoio técnico-financeiro ao pequeno produtor rural para a produção de subsistência.

A PRESTA desenvolveu-se através do treinamento de grupos de trabalhadores desempregados ou subempregados, visando à prestação de serviços como autônomos, inserindo-os no mercado informal de trabalho.

Com a finalidade de manter um sistema de informações sobre o mercado de trabalho, manter um serviço de intermediação de mão-de-obra no Estado e desenvolver programas de promoção e geração de emprego e renda de Estado, a FGT dispõe da intermediação do SINE/RS. Esta atividade propiciou, em 1984, a captação de 92.376 vagas, encaminhamento de 105.642 pessoas a vagas e colocação de 48.448 candidatos a emprego.

O serviço de intermediação de autônomos, "Campanha Pro-Trabalho" nos municípios de Santa Cruz, Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre, registrou 1.636 solicitações de mão-de-obra e empregou 1.399 trabalhadores.

A fim de melhor cumprir com suas finalidades, o SINE/RS abriu novos postos em São Lourenço, Torres, Crissiumal, Capão da Canoa, Tramandaí e Garibaldi.

2.4.3 — FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SENADOR TARSO DUTRA (FUNDASUL)

A crise que atinge a sociedade como um todo reproduz cada vez mais, nas comunidades de periferia, o círculo de pobreza, onde a insatisfação de uma necessidade é, ao mesmo tempo, causa e consequência do baixo nível de vida das populações ali localizadas.

À Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra, como órgão do serviço público estadual, compete implantar e desenvolver programas de promoção social, ação comunitária e assistência social, visando à melhoria das condições de vida de indivíduos, grupos e comunidades carentes.

O Programa, desenvolvido neste exercício em 52 municípios, foi operacionalizado de forma direta através dos subprogramas Apoio a Comunidades e Centros Sociais Urbanos que utilizam como campo de intervenção a comunidade, e do subprograma Atendimento Social Direto que atende ao indivíduo e/ou ao grupo familiar. O subprograma Apoio às Entidades é a forma indireta de operacionalização, pois o campo de intervenção se constitui de entidades assistenciais e setores de bem-estar das prefeituras municipais que estejam voltadas para o atendimento de famílias e de idosos carentes.

Neste exercício de 1984, a FUNDASUL desenvolveu suas ações orientadas pelo "Programa de Governo 1983-1987" que estabelece como diretrizes gerais: "Emprego e Ocupação Econômica, Alimentação Suplementar à População de Baixa Renda e Diálogo permanente com a população no processo de planejamento dos assuntos que lhe dizem respeito".

Atuando dentro desta política através dos Centros Sociais Urbanos (CSUs) localizados na Região Metropolitana e no Interior do Estado, prestou-se à população carente atendimentos nas áreas de saúde e nutrição, previdência e assistência, trabalho, cultura, artes, lazer e recreação. Estes Centros tiveram suas atividades dinamizadas graças ao apoio financeiro do Programa Nacional de Centros Sociais e Urbanos e propiciaram 3.067.864 atendimentos. Coordenaram também 175 mutirões nas vilas através do Programa Temporário de Atendimento Alimentar às Famílias de Desempregados, sendo distribuídos 77.147 refeições e 9.196 ranchos.

A necessidade de melhorar as condições de atendimento à população-alvo levou a uma programação de construções e reformas dos CSUs. Em 1984, foram concluídas as obras dos CSUs de Uruguaiana, Alegrete e Rio Grande, bem como a construção da unidade de São Jerônimo, último dos 52 programas para o Estado. Na execução desta programação, a FUNDASUL contou com recursos do FAS/CEF.

O trabalho de organização comunitária teve continuidade em vilas de subabitação, atingindo 68 comunidades urbanas e 21 rurais, e beneficiando aproximadamente 25.000 famílias de baixa renda. Em muitas dessas comunidades, o espírito associativo e a dinamização da vida comunitária foram deflagrados a partir da intervenção da equipe técnica da FUNDASUL.

Como forma de ocupação econômica, foram estimuladas as atividades de núcleos produtivos e unidades produtivas, visando ao aumento, direto ou indireto,

da renda familiar através da confecção de roupas, agasalhos, artefatos de madeira e lã e outros artigos. Participaram dos núcleos e unidades 1.582 pessoas.

O incentivo à produção de alimentos através da implantação de hortas domésticas e comunitárias vem sendo uma das alternativas para melhorar o nível nutricional da população.

Nos serviços de assistência, a entidade tem contado com recursos sociais de cada município e de cada vila, fato que possibilitou otimizar os serviços prestados à clientela.

A FUNDASUL ofereceu assessorias técnicas às entidades sócio-assistenciais, objetivando o seu fortalecimento e orientando-as para um atendimento à clientela numa linha mais promocional e menos assistencialista.

Como órgão do Estado, responsável pela execução da política de Migração Interna, do Ministério do Interior, procurou dar atendimento à clientela migrante através de seus dois Centros de Triagem e Encaminhamento, localizados em Porto Alegre e no III Pólo Petroquímico. Concedeu auxílios para alimentação, pernoites, documentação e encaminhamentos a emprego através do SINE/RS e outros recursos da comunidade. Procurou ainda facilitar o retorno dos migrantes aos municípios de procedência, contribuindo assim para a inversão do fluxo migratório.

Conjuntamente com outros órgãos governamentais, atuou em projetos específicos ou em situações emergenciais, como com a Comissão Especial de Saneamento em Vilas; e com a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre, realizando acompanhamento social das famílias que participam do Projeto Granja Solidária, coordenando mutirões de desempregados, distribuindo ranchos e refeições nos CSUs de Cachoeirinha, Canoas e Alvorada.

2.4.4 — FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

No Rio Grande do Sul, pelo censo de 1980, há uma população de 3.246.639 menores para uma população total de 7.542.722. Destes menores, 905.831 são de famílias com renda mensal de 0 a 2 salários mínimos, faixa esta que a STAS determina como sendo prioritária a ser atendida pela presente Administração.

A clientela da FEBEM é caracterizada pelo menor em situação irregular e constituída pelo "menor carente, pelo menor excepcional e pelo menor abandonado", todos eles, de certa forma oriundos de famílias desestruturadas que recebem de 0 a 2 salários mínimos, são dependentes. Assim, na medida em que a FEBEM consegue torná-los auto-sustentáveis já estaria contribuindo efetivamente com o setor ao qual está vinculado, isto é, com a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado.

A FEBEM adotou como processo de administração e orientação técnica **A Educação Participativa**. Através dela pretendeu-se criar internamente formas de co-responsabilidade e co-gestão que resultaram na orientação, para que os menores, guardadas suas características, colaborem na administração de seus programas e de sua casa. Transformou-se a proposta num desenvolvimento de responsabilidades social e pessoal, passando a ocorrer a democratização das ações.

A política adotada induziu a que fossem repensadas as formas de atuação nos campos da educação (alfabetização em especial), da formação pelo e para o trabalho, da recreação, da assistência social, da socialização e da cultura, visando a adequar as ações destes setores à nova filosofia implantada em 1984.

A abertura do Centro Alberto Plínio Kroeff, com participação da FIERGS, do SESI e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, possibilitou a colocação de parcela do pessoal da FEBEM nas ruas de Porto Alegre, junto ao menor, estimulando sua função no mercado informal e evitando o desvio de sua conduta ou sua exploração pelo maior.

Na área de formação para o trabalho, a coordenação desenvolveu, em 1984, 600 cursos que prepararam para o trabalho 15.528 menores, tanto para colocação em emprego efetivo como em estágio remunerado em empresas e órgãos públicos.

O Programa de Estágios Remunerados para Menores Carentes (Pro-Menor) recebeu expressivo impulso na área jurídica, onde várias sentenças judiciais favoráveis ao trabalho do menor foram prolatadas. Através deste Programa foram encaminhados 2.116 menores.

Além destas atividades, foram incrementados os intercâmbios com: Juizado de Menores, Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, Veículos de comunicação (RBS) e Hospital da Criança Santo Antônio.

Em sincronia com o Plano de Ação de 1984, a Coordenação de Ação Comunitária desenvolveu o Projeto Menino de Rua. Este integrou órgãos da comunidade, como FIERGS, SESI e Sindicato das Indústrias Metalúrgicas. O Projeto visa a atender o menino de rua, com alimentação, vestuário e recreação.

No momento, o Projeto está atingindo 300 menores a curto prazo. Convém destacar a reabertura de outro Centro Infanto-Juvenil, localizado na zona sul, com o mesmo objetivo do Projeto Menino de Rua, prevendo ainda evitar que o menino de bairro termine no centro da cidade.

As oportunidades de tratamento do menor em desvio de conduta em seu ambiente e sua cultura, visando a facilitar o ajuste ao convívio social, contaram, a partir de 1984, com mais duas unidades no Interior, entidades privadas com apoio da FEBEM, localizadas em Caxias do Sul e Passo Fundo.

A infra-estrutura de assistência foi acrescida, também, de mais três centros profissionalizantes localizados em Jaguari, Santiago e Palmeira das Missões.

2.4.5 — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)

O ano de 1984 foi caracterizado por uma lenta retomada do nível de investimentos, drasticamente reduzido nos últimos anos, com a contratação de empréstimos para novas obras que possibilitaram a continuidade do desenvolvimento do Programa a cargo da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul.

Suas atividades, porém, continuam a sofrer reflexos do quadro recessivo da economia, tanto em termos de investimentos destinados a aquisições de glebas — base para a elaboração de projetos — até construções propriamente ditas, quanto

em relação aos níveis salariais que determinaram a desestabilização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a conseqüente elevação da inadimplência e comprometimento da comercialização.

Entretanto, por força de contratações anteriores com recursos financeiros assegurados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), ficam permitidas a continuidade e a conclusão das obras em andamento que atingem expressivo número de unidades. Assim sendo, foi possível o prosseguimento do Programa Habitação através dos subprogramas: PLANHAP — núcleos de casas e/ou apartamentos, PROFILURB — lotes urbanizados, PROMORAR — erradicação da subabitação e FICAM — construção em terreno próprio. Para o total dos subprogramas registrou-se a conclusão de 11.151 unidades habitacionais e o andamento das obras para outras 22.100 unidades a concluir após 1984.

Paralelamente à execução das obras, foram desenvolvidos projetos técnicos destinados à análise e concessão de empréstimos por parte do BNH, objetivando a realização de novos empreendimentos.

2.5 — SEGURANÇA PÚBLICA

2.5.1 — SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)

A Secretaria da Segurança Pública, na atual administração, vem desenvolvendo uma política norteada para uma atuação mais participativa da comunidade. Essa posição adotada espelha a tomada de consciência para o fato de que os resultados da atuação policial atingem o âmago do social, onde há diversificações de alvos e campos de ação.

Com vistas à criação de instrumentos capazes de propiciar proteção à população, a mesma vem procurando adaptar a estrutura dos órgãos policiais; desta forma, foram criados no Interior do Estado, como organismos de apoio à segurança em âmbito municipal, os Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública (CONSEPROs), aos quais vem sendo atribuída parcela significativa de responsabilidade na instalação e manutenção da infra-estrutura necessária ao desempenho deste serviço.

A partir de outubro, a exitosa experiência do interior foi trazida para a Capital: cartilhas sobre a importância, necessidade e funcionamento dos CONSEPROs foram divulgadas em ato público no Palácio, numa proclamação à consciência da população local para o esforço conjunto Governo-Comunidade no trato de questões de segurança que tanto preocupam.

A Comissão de Planejamento Operacional da Pasta, criada pela Portaria nº 28/84-SSP, objetiva o estudo, acompanhamento e avaliação de atividades operacionais não rotineiras dos órgãos policiais, sobretudo as que envolvem a participação conjunta das Polícias Civis e Militares.

Para o fluxo permanente das atividades policiais, a SSP mantém o funcionamento dos seus órgãos, ininterruptamente, na Capital e Interior do Estado. Concomitantemente, a presença diuturna e intensificada de policiais militares nas ruas dá atendimento às áreas de grande densidade populacional.

O Governo do Estado tem-se empenhado na melhoria da infra-estrutura física e material (construção e equipamento de prédios) dos serviços de segurança pública, objetivando torná-los mais eficientes; para tanto, vem contando com o decisivo apoio de prefeituras e das comunidades beneficiadas, através de vários convênios.

Dentro do Projeto Integração Comunidade-Segurança Pública, "PROJETÃO", foram construídos 15 prédios para delegacias de polícia e quartelamentos da Brigada Militar em vários municípios.

No que se refere à construção de prédios "EXTRA-PROJETÃO", foram

2.6 — JUSTIÇA

2.6.1 — SECRETARIA DA JUSTIÇA (SJ)

A Secretaria da Justiça tem como finalidade fundamental o relacionamento do Poder Executivo com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário, com os partidos políticos e com o Corpo Consular. Cuida também da política penitenciária do Estado, da liberdade condicional, dos indultos, do serviço externo da população carcerária, do registro dos atos do comércio e da indústria, do arquivamento da memória histórica do Rio Grande do Sul e da defesa do consumidor e proteção da população.

Dentro das diretrizes de ação do atual Governo, a SJ, preocupada com a ressocialização do homem-presos, desenvolveu suas atividades, prioritariamente, visando a proporcionar ao detento as condições humanas indispensáveis, preparando-o para o futuro retorno ao convívio social.

Para tanto, foram ampliados os programas de atuação na área social, saúde, educação e em especial no que se refere à assistência à família do apenado e à família das vítimas, além da elaboração de um projeto para construção da casa do toxicômano.

Em complementação a estes programas, a Escola Penitenciária ministrou cursos de preparação e aperfeiçoamento do seu quadro de pessoal, objetivando qualificá-lo ainda mais para o desempenho de suas tarefas na rede prisional do Estado.

Outro aspecto da maior relevância dentro da política adotada foi a preparação humana, cultural e profissional, que se procurou dar ao detento, para que ao sair ele não só se reintegre à sociedade, mas seja um elemento atuante no seu progresso.

Para atingir o objetivo de ressocialização, é necessário que, por suas condições, os estabelecimentos de reclusão estejam aptos a proporcionar ao indivíduo a conscientização de que sua estada nos mesmos é simplesmente um estágio para a sua volta ao convívio da sociedade e de que os atos que o levaram à prisão não deverão ser repetidos.

A alimentação, item fundamental para um bom atendimento ao apenado, foi uma das prioridades da atual administração, que designou uma comissão encarregada da análise indireta de consumo de alimentos, da elaboração de cronograma mensal com especificação de tipo e quantidade de gêneros alimentícios, do custo por preso, bem como de todas as atividades relacionadas neste setor.

Nos estabelecimentos penais, além da depreciação natural do prédio, há uma ação depredatória que é ocasionada pelo indivíduo que o utiliza. Tais ações

refletem-se não só em aspectos internos e externos dos prédios, mas principalmente em instalações hidrocloacais e elétricas. Assim, estes estabelecimentos necessitam continuamente ser atendidos nos aspectos de sua manutenção, conservação, reforma e ampliação, para que continuem a apresentar condições físicas e higiênicas satisfatórias. Isto constituiu preocupação da rede penitenciária neste ano, sendo que as ampliações e reformas abrangeram 41% de toda a rede prisional, além da reforma no órgão central da SUSEPE, obras estas realizadas com recursos orçamentários do Fundo Penitenciário.

A superlotação em que atualmente se encontra a rede prisional, especialmente nas grandes casas, é fator que torna a missão da administração penitenciária por demais difícil.

Assim, a construção de novos estabelecimentos prisionais tem por finalidade principal fazer com que as grandes casas voltem aos seus níveis normais de lotação e possam, dessa maneira, permitir que o contexto prisional venha melhorar sensivelmente o seu desempenho. Visando a atingir esse objetivo, a Secretaria encaminhou à Caixa Econômica Federal um pedido de financiamento, através do projeto FAS, para construção de novos presídios, reformas e equipamentos de outros, visando a mantê-los em condições satisfatórias no que se refere aos aspectos de segurança e de habitabilidade.

Em 1984, a SUSEPE também implantou o sistema de computação, através do qual controla com maior rapidez e segurança os dados referentes à rede penitenciária, desde a alimentação até a fuga de presos.

Ao Conselho Penitenciário compete estudar o benefício da concessão ou não de livramento condicional, indulto, redução de pena, serviço externo e graça presidencial para apenados condenados pela Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Este colegiado, que funciona na forma de órgão consultivo e opinativo, tem também a missão de verificar a boa execução do regime penitenciário, podendo, sempre que entender, representar o Governo, através da SJ, em qualquer providência.

A normatização e fiscalização da atividade empresarial, finalidade maior da Junta Comercial, tiveram, no exercício findo, um incremento maior com a redução de custos, através da sintetização dos atos publicados e com a regulamentação das taxas devidas aos serviços prestados com base nas ORTNs.

O povoamento efetivo de diversas regiões do Estado exige, em função do dinamismo da atividade econômica e da necessidade de organização dos trâmites legais, uma desburocratização dos órgãos competentes, de maneira a atender pronta e efetivamente às exigências da comunidade empresarial.

Assim, sentiu-se a imperiosa necessidade de levar ao Interior do Estado, de uma maneira mais rápida e objetiva, os serviços da Junta Comercial. Desse modo, através da regionalização, almeja-se possibilitar ao empresário a facilidade de acesso para o cumprimento dos requisitos legais. Além desses benefícios, a redução do custo de implantação pode, especialmente para as pequenas empresas, determinar um incremento na atividade empresarial.

As cidades-sede têm como função primordial atuar como centro de serviços para o Interior imediatamente próximo a elas, fornecendo bens e serviços centrais como comércio, organização de negócios, serviços profissionais e serviços administrativos. Para tanto, estão sendo instalados escritórios da Junta Comercial em Caxias do Sul e Santana do Livramento e pretende-se, para 1985, a instalação nos municípios de Santa Maria, Rio Grande e Lagoa Vermelha.

Iniciaram-se no Arquivo Público o reordenamento e a avaliação de seu acervo, com vistas à implantação do processo de microfilmagem, fator determinante na continuidade do órgão registrador da memória rio-grandense.

Quanto à memória histórica, a introdução de um sistema de microfilmagem, no Arquivo Público, deverá possibilitar a eliminação de grande parte da documentação original, ou sua transferência a outro órgão. Este trabalho será complementado com a elaboração de tabelas de temporalidade dos documentos e prazos de transferências destes para o Arquivo Público.

Considerando que é dever do Poder Público preservar e melhorar a qualidade de vida da população e que, quando cria amplo e generalizado mercado consumidor, desencadeia situações que podem propiciar transgressões aos direitos dos consumidores, o Estado obriga-se a colocar-se como mediador entre os diversos segmentos da sociedade, acionando suas agências especializadas no sentido de concretizar essa mediação. Em 1983, através do Decreto nº 31.203, foi criado o Programa da População e Defesa do Consumidor para preservar e melhorar os padrões de qualidade dos produtos e serviços colocados à disposição da população e para criar uma consciência de defesa dos próprios direitos. Este programa desenvolveu-se e, já tendo atingido seus objetivos na Grande Porto Alegre, tem como meta para o próximo exercício a interiorização para as principais cidades do Estado, levando a elas seus benefícios.

Em defesa do consumidor, o PRODECON procurou manter intercâmbio com sociedades privadas, associações de bairros e demais entidades ligadas à proteção da população e defesa do consumidor, a fim de coletar, analisar e receber manifestações de consumidores que lhe sejam encaminhadas, buscando, através de órgãos capacitados, o atendimento de suas demandas.

2.7 — DEFESA JUDICIAL DO ESTADO

2.7.1 — PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado, para melhor desempenhar sua missão constitucional, traçou cinco grandes objetivos: *defesa do Estado em juízo; defesa em juízo, gratuita, dos necessitados; assistência jurídica gratuita aos necessitados; uniformização da jurisprudência administrativa; assistência jurídica ao Governador do Estado, aos órgãos da Administração Estadual e aos municípios.*

Dentro desta linha de ação, a atuação da PGE, na defesa do Estado em juízo, proporcionou ao mesmo a economia de vultosas indenizações que somariam bilhões de cruzeiros nas ações de indenizações de aproximadamente 500 hectares.

Nesta mesma área, salienta-se também, entre as teses jurídicas desenvolvidas em juízo, o caso da Interpretação do Acordo de Reversão do Estado/União/RFFSA. Obtendo expressiva e destacada vitória no Supremo Tribunal Federal, a PGE modificou orientação jurisprudencial firmada há mais de 20 anos, o que causava incalculável prejuízo ao erário público.

Merecem, ainda, especial menção as teses discutidas em juízo sobre assuntos fiscais que versaram sobre a base de cálculo do ICM nas vendas realizadas através da modalidade de cartões de crédito de emissão da própria empresa vendedora e sobre a incidência de correção monetária sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis não recolhido.

No tocante à área de procuradorias regionais no Interior do Estado, destaca-se a instalação da sede própria da 6ª Procuradoria Regional, em Santana do Livramento, em zona central da cidade, estando aparelhada e em condições de patrocinar a contento os interesses judiciais do Estado, bem como oferecer perfeito atendimento àqueles que tiverem assuntos a tratar perante a representação desta Procuradoria. No mesmo prédio, está funcionando o serviço de assistência judiciária.

Das muitas atividades desenvolvidas pela PGE no Interior do Estado convém evidenciar também a tese a respeito da responsabilidade de sócios-gerentes como devedores solidários em execuções fiscais. Tal posicionamento tem possibilitado ao Estado um considerável aumento da arrecadação via execução fiscal.

Com relação à defesa gratuita dos necessitados, nos foros cíveis e criminais, destacam-se a defesa de 180 servidores municipais de Porto Alegre em ação popular, a assistência prestada a numerosos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação em Viamão e a regularização de mais de duas dezenas de lotes urbanos da cidade de Pelotas.

Na área de jurisprudência administrativa, entre outras, foram realizadas 127

pesquisas em matéria jurídica, editados dois números da Revista da Procuradoria e executado o planejamento e organização do Seminário de Pessoal da Administração Estadual relativo a aspectos jurídicos, que abordou os importantes temas da acumulação de cargos, empregos e funções, cedências, admissão de servidores temporários e ordens de serviço sobre assuntos de pessoal.

Com relação à atividade de consultoria à Administração estadual e municipal, foram emitidos 429 pareceres sobre diversos temas, entre os quais: regime jurídico do magistério público, eleição da mesa de Câmaras de Vereadores, limite de idade para investidura em cargos em comissão, definitividade das decisões do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, cobrança de sobretarifas sobre os serviços de telecomunicações (Fundo Nacional de Telecomunicações), reajuste semestral dos salários (convenção coletiva).

Com relação à assistência jurídica aos municípios, foram promovidos debates, conferências e seminários com prefeitos, vereadores e pessoal técnico das administrações municipais. Tal atividade logrou ampliar consideravelmente o número de consultas que chegaram à Procuradoria, não só oficialmente, como as atendidas quer por telefone, quer verbalmente.

Além disso, foram editados os números 11, 12, 13 e 14 do Boletim Informativo — Assuntos Municipais, dando continuidade a esta publicação que se vai firmando nos municípios como fonte de consulta e orientação.

2.8 — MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

2.8.1 — PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA (PGJ)

Registrou a Procuradoria-Geral da Justiça, no período, um excelente relacionamento entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, em todos os níveis.

O Procurador-Geral atuou em 1.006 processos que tramitaram junto ao Tribunal de Justiça, Conselho Superior da Magistratura, Tribunal de Alçada e Supremo Tribunal Federal, comparecendo pessoalmente a todas as sessões do Tribunal Pleno.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público realizou 96 correições, tendo processado 82 expedientes administrativos e realizado seis sindicâncias, além de supervisionar o estágio probatório de 84 bacharéis aprovados em concursos, organizar o curso de orientação ao estágio probatório e realizar outros trabalhos.

A atividade do Ministério Público da Primeira Instância, em Matéria Criminal, destaca a atuação em 62.258 inquéritos policiais, tendo sido oferecidas 27.986 denúncias, assistidas 81.338 audiências e realizados 15.111 debates orais, além de 39.014 outras providências inerentes às funções do Ministério Público, incluindo 43 "habeas-corpus" impetrados. Registrou, ainda, a absolvição de 16.468 réus, a condenação de 9.316, bem como a interposição de 1.084 recursos e o oferecimento de 3.077 contra-razões.

Em Matéria Cível, registrou-se a atuação das curadorias de família e sucessões em 104.991 processos; massas falidas em 11.706, incluindo habilitações e verificações de créditos, restituições de bens, reclamações trabalhistas contra e massa, etc.; curadorias junto às varas cíveis em 20.129 processos, interposição de 183 recursos e pareceres em 1.585 recursos das partes; acidentes do trabalho com 794 atuações diversas; Fazenda Pública Municipal com 563 atuações diversas; menores com 12.786 promoções diversas, destacando-se processos especiais contra menores, alvarás de autorização para trabalho, adoções simples e plenas, e guarda e responsabilidade de menores; além de 1.004 procedimentos de iniciativa do Ministério Público. Na Justiça do Trabalho, foi prestada assistência a empregadores em 7.566 rescisões de contratos e ajuizadas 27 reclamatórias trabalhistas pelo Ministério Público. Manifestou-se, também, o Ministério Público, em seis ações penais junto à Justiça Eleitoral, alcançando 35 o número de intervenções diversas. Na Vara de Registros Públicos, atuou em 6.219 na área de Registro Civil, 2.954 relativamente ao Registro de Imóveis e 204 promoções diversas quanto ao Registro de Títulos e Documentos. Foram assistidas 19.758 audiências e atendidas 88.635 pessoas.

A Coordenadoria das Promotorias Cíveis de Porto Alegre atuou em 467 processos, destacando-se alvarás, tutelas, interdições, requerimentos em autos de in-

terdição, de alvarás e de tutelas, além de 218 outras atuações e 3.770 atendimentos a pessoas.

A Promotoria, junto à Vara de Execuções Criminais, atuou em 2.447 processos, registrando apresentação de 86 recursos e 124 outras atividades.

Junto à Justiça Militar, ocorreu a intervenção em 1.030 processos, além de 58 outras intervenções, destacando-se Requisições (Art. 47, CPP), assistência em 925 audiências, 234 debates orais e 174 alegações finais. Foram absolvidos 286 réus e condenados 152; interpostos 25 recursos e 85 contra-razões do Ministério Público.

A Procuradoria de Fundações desenvolveu suas atividades de fiscalização às fundações, no que concerne à destinação de seus patrimônios e às alterações institucionais, tendo em vista a observância da fidelidade operacional dessas entidades aos objetivos de seus instituidores.

Foram recebidos, no período, 99 processos de prestação de contas, sendo analisados 78 e procedidas 39 diligências. Entre outras atividades, destaca-se a emissão de 81 pareceres contábeis, 36 pareceres jurídicos, 87 portarias e 110 outras atividades administrativas.

A representação do Ministério Público junto à Junta Comercial do Estado registrou a atuação em 23 pareceres escritos, 12 recursos e a realização de 100 reuniões plenárias, com a presença do Procurador.

A Coordenadoria das Promotorias Criminais no período, entre outras atividades, apresentou o seguinte movimento: atendimento a 2.241 pessoas, registro de 369 ocorrências, formação de 842 expedientes, com a atuação, ainda, em mais 113 do ano de 1983, expedição de 1.912 intimações e 1.295 ofícios, oitiva de 1.030 partes, acompanhamento de 35 inquéritos, apresentação de 52 contra-razões de recursos, pedidos de arquivamento de 3.661 processos de delitos de trânsito e 192 perícias e laudos.

Registrou-se 306 atendimentos às promotorias, destacando-se a localização de 39 partes e testemunhas, cobrança de 25 inquéritos às delegacias e promoções em 306 inquéritos.

Mantendo constante atividade de pesquisa jurídica, o órgão atendeu a 253 consultas doutrinárias sobre matérias cíveis e criminais.

O reaparelhamento administrativo do Ministério Público prosseguiu durante o período, tanto no que diz respeito à substituição de material obsoleto quanto na ampliação da capacidade instalada.

2.9 — AGRICULTURA

2.9.1 — SECRETARIA DA AGRICULTURA (SA)

Instrumento de execução de uma das metas prioritárias da atual Administração, a Secretaria da Agricultura desenvolveu intensa atividade de apoio ao produtor rural e de incentivo à produção e produtividade agrícolas.

Mais uma vez duramente atingida pelas adversidades climáticas em 1984 e sofrendo as conseqüências de uma política inadequada para o setor de parte da área econômica federal, a agropecuária rio-grandense, apoiada na união de esforços entre Governo e produtores rurais, não esmoreceu, sobrepujando com trabalho e determinação os óbices ao seu desenvolvimento, apresentando significativo desempenho global. É de se registrar, por oportuno, o valioso apoio recebido de parte do Ministério da Agricultura e de organismos a ele vinculados.

A SA, em sua ampla e complexa área de atuação, procurou direcionar suas atividades, especialmente aos pequeno e médio produtores rurais, visitando-os nos mais longínquos rincões, ouvindo suas reivindicações, orientando-os tecnicamente e transmitindo-lhes a mensagem de apoio e incentivo do Governo.

Visando à preservação da salubridade da produção primária e do ambiente natural, destaca-se o acompanhamento, em todo o território rio-grandense, da adequada utilização de agrotóxicos, com a implantação do receituário agrônômico em todas as delegacias regionais agrícolas e agronomias regionais, além de campanhas de esclarecimento e cursos de treinamento, objetivando o emprego de defensivos de acordo com os preceitos da legislação estadual vigente.

O setor da produção animal constitui significativa participação na vida econômica do Estado. A bovinocultura de corte e a ovinocultura têm elevado seus índices de desfrute e aprimoramento zootécnico. A exploração leiteira permitiu manter a renda familiar. Aves e suínos apresentam evoluções destacadas, dando suporte à atividade de pequenos agricultores, fixando-os no meio rural, especialmente o setor de aves, já que a suinocultura necessita reconquistar espaço no Estado. O fomento à inseminação artificial tem proporcionado aos usuários maior produtividade e menores custos financeiros.

As atividades de vigilância epidemiológicas desenvolveram-se em ritmo intenso, culminando esse trabalho com a declaração, em Brasília, de ser o Brasil, atualmente, um País livre da peste suína africana.

Cumpramos ressaltar, ainda, a realização da VII Exposição Internacional de Animais, em Esteio, evento coroado de pleno êxito, superando, quer em termos de padrão zootécnico, quer de comercialização de animais, todas as demais feiras realizadas em nosso Estado.

Incentivou-se, com a produção e distribuição de alevinos, o desenvolvimento do setor pesqueiro, importante segmento da economia do Estado, possibilitando geração de receita, criação de empregos, exportação e geração de alimentos, além de valioso suprimento de proteína à população.

A pesquisa agropecuária busca o aumento de produtividade, adequando potencialidades agrícolas a novas tecnologias. Também esse setor se voltou para o pequeno produtor, propiciando uma melhoria do nível sócio-econômico da pequena empresa rural.

Promoveu-se o lançamento de quatro cultivares de trigo, cujos resultados superaram em 10% os cultivares padrões no Estado, prevendo-se rendimentos médios em torno de 1.500 kg/ha.

O lançamento de híbridos de milho SAVE 342 e SAVE 394, se cultivados com as tecnologias recomendadas, apresentam potencial produtivo superior a 5.000 kg/ha.

Ainda neste segmento, merecem destaque o lançamento oficial da vacina anti-ftosa com coadjuvante oleoso, que permite, com uma única aplicação anual, imunizar os rebanhos contra a doença, bem como a adoção do teste de progênie em gado leiteiro para melhoria do rebanho.

Visando à melhoria da infra-estrutura de produção, a SA procedeu, em 1984, à perfuração de 225 poços tubulares profundos, à construção de 19 barragens, à construção de 89.704m³ de canais de irrigação e à construção de 1.785 açudes e bebedouros.

Fundamento prioritário da política governamental, as ações desenvolvidas no sentido de preservação e utilização racional dos recursos naturais renováveis — solo, água, flora e fauna — receberam especial atenção, eis que imprescindíveis à proteção do meio ambiente, além de propiciarem ao agricultor maior produtividade, com reflexos sócio-econômicos evidentes.

A SA produziu, em 1984, 2.848.367 mudas de espécies diversas, visando à reposição da cobertura florestal do Estado, tendo promovido, igualmente, a realização do V Congresso Brasileiro de Conservação do Solo, evento de ampla repercussão, inclusive a nível internacional.

Motivo de permanente atenção da SA, o assentamento de agricultores sem terra demandou intensa atividade, obtendo-se, em 1984, a racionalização do Programa de Assentamento Agrário no Estado, através de ações e medidas para a organização de comunidades produtivas, assegurando a definitiva integração do agricultor na atividade agrícola e desestimulando o êxodo rural. A implementação do FUNTERRA, em 1985, vai proporcionar ao agricultor sem terra, aos pequenos agricultores e aos agricultores com insuficiência de terras a possibilidade de aquisição de terras, absorvendo a força de trabalho familiar e ordenando o processo fundiário no Estado.

Na área de abastecimento, deu-se continuidade ao programa de implantação de "mercado do produtor", visando não só a oferecer alimentos mais baratos aos consumidores, como também a dar condições para que os pequenos produtores aumentem suas rendas pela eliminação da intermediação.

No início do ano, foi instituído o Conselho Estadual de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (CONEA) para desempenhar a função de implementar o Programa de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros no Estado, promovendo o abastecimento de alimentos na Região Metropolitana e nas cidades de grande e médio portes do Interior, promovendo a utilização produtiva de terras ociosas e o aproveitamento de mão-de-obra local, com benefícios nutricionais e financeiros aos consumidores.

Foram implementadas, em conjunto com a Secretaria da Educação e Cultura, as atividades do Programa Integrado para a Promoção do Desenvolvimento do Meio Rural, visando a aprimorar o desenvolvimento rural pela participação efetiva da comunidade e pela integração de órgãos dos setores público e privado, através de um planejamento participativo e da soma de recursos comunitários e públicos, adequando o currículo das escolas às características sociais, econômicas e culturais e ao modo de vida das populações rurais.

Cumpra salientar, por oportuno, o esforço desenvolvido pelo Governo do Estado que, embora reduzindo a alíquota do ICM para carnes, alocou maiores recursos extra-orçamentários para suporte das atividades de assentamento agrário e extensão rural.

Promoveu-se, igualmente, a ampliação das atividades inerentes às campanhas de incentivo às produções de milho e de sorgo.

As reivindicações do produtor rural, especialmente relativas a suínos, custeio agrícola, política de preços mínimos e estoques reguladores de alimentos, foram objeto de permanentes gestões do Governo do Estado e da Secretaria da Agricultura junto ao Governo Federal.

2.9.2 — ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS)

Os esforços desenvolvidos pela EMATER/RS em assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul, no ano de 1984, consubstanciam as políticas Federal e Estadual para o setor agropecuário e efetivam as intenções expressas no Programa do Governo Estadual para o período 1983-87.

Dentro do objetivo básico de contribuir para a elevação do nível de vida das famílias e comunidades rurais, através do incremento de sua renda líquida e do aumento da produção e produtividade da agropecuária, mediante a utilização de processos educativos, a EMATER/RS concentrou suas ações num público beneficiário que compreende os produtores — em termos de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial — as famílias — em termos de ações educativas nas áreas de alimentação, higiene, saúde e habitação — e os jovens — em termos de aprendizagem agropecuária, social e comunitária.

Esse público beneficiário, que em 1984 se constituiu de 188.335 produtores, 108.322 famílias e 39.240 jovens, localiza-se especialmente nos pequenos e médios estabelecimentos rurais e desenvolve suas economias geralmente mediante a utilização da mão-de-obra familiar, com participação eventual do trabalho assalariado.

Nesse sentido, utilizou-se uma força de trabalho composta por 947 técnicos extensionistas, distribuída em 177 escritórios municipais e dois postos avançados, em municípios para os quais a agropecuária apresenta expressão econômica.

As ações buscaram promover a produção e a produtividade, com vistas ao abastecimento interno e à exportação de excedentes, através de transferência de tecnologia adequada às condições do Estado, ou seja, levando em conta as características dos produtores e da sua estrutura produtiva, bem como o uso racional dos recursos naturais renováveis e o uso adequado de agrotóxicos. Essas ações tinham como objetivos específicos o abastecimento, especialmente de produtos perecíveis, o aumento da produção e da produtividade dos produtos da agropecuária, a busca de novas alternativas de produção e de geração de energia, a organização de produtores, a proteção ao meio ambiente, o bem-estar social da população e o desenvolvimento da juventude rural.

Pode-se destacar a aplicação de recursos emergenciais do FINSOCIAL que beneficiaram, no ano, aproximadamente 2.100 pequenos produtores, proporcionando a estes a possibilidade de recuperação de sua capacidade produtiva através de investimentos. Essa experiência mostrou as potencialidades que a ação da assistência técnica pode ter, quando levada juntamente com o crédito, ou seja, a possibilidade de investimento produtivo que coloca o estabelecimento agrícola num novo patamar de produção, produtividade e renda.

Destaca-se a busca de renovação genética de culturas de pequena propriedade, onde, também através de recursos do FINSOCIAL, foram beneficiados com empréstimos para gastos com sementes aproximadamente 50.000 pequenos produtores. O retorno do valor da semente emprestada, na forma de produto comercial, proporcionará a manutenção do Fundo Rotativo de Sementes que continuará beneficiando esse estrato de produtores.

Em termos de abastecimento, procurou-se estruturar, através da assistência técnica à produção e da organização dos produtores na comercialização, as "feiras do produtor" a nível de município. Essas ações que pretendem, a médio prazo, atingir todos os municípios do Estado e que, em 1984, chegaram a 123 municípios, objetivam reduzir as importações de hortigranjeiros pelo Estado, propiciar uma fonte de renda adicional aos produtores e oferecer preços favorecidos a um grande contingente de consumidores.

No subsetor lavoura, destacam-se os esforços na introdução de tecnologia de baixo custo e com potencial expressivo de aumento da produtividade. Nesse sentido, a EMATER/RS, assistindo 58.634 produtores na cultura do milho, numa área de 342.000 ha, permitiu alcançar uma produtividade superior em 50% à produtividade média obtida no Estado. Também na cultura da soja, os produtores assistidos numa área de 486.000 ha superaram em 17% a produtividade estadual.

Na criação animal, em bovinos de corte, observou-se também uma produtividade superior em 53% da média do Estado; em bovinos de leite o ganho chegou a 73%; em produção de lã, 12%; e, em produção suína, os produtores assistidos superaram em 49% a média estadual.

Na busca de novas alternativas de crescimento da produção, bem como de uma maior estabilidade das colheitas com diminuição dos níveis de risco, a difusão e a demonstração de técnicas de irrigação e drenagem para pequenas proprie-

dades atingiram uma área de quase 2.000ha, em 11 pólos de atuação do PRO-VÁRZEAS, e cerca de 2.420ha em irrigação em olerícolas, especialmente por aspersão.

No acompanhamento do desenvolvimento de formas alternativas de energia, buscou-se a implantação de processos e equipamentos de produção de energia de biomassa e energia solar, hidráulica e eólica, com destaque para o uso de biodigestores, estufas solares para a secagem de grãos, cata-ventos, rodas de água e osciladores hidráulicos.

A grande dificuldade do pequeno produtor, em termos de escala, na produção, na compra de insumos ou na comercialização de seus produtos tem sido um fator de constante preocupação da instituição. A maneira encontrada para enfrentar esse problema tem sido a organização dos produtores, seja em trabalho integrado com as cooperativas, objetivando a nucleação de produtores, seja na conscientização destes quanto aos princípios básicos do associativismo e cooperativismo, bem como no treinamento dos quadros diretores de cooperativas. Nesse sentido, foram implantadas, em 1984, 15 novas associações com objetivos diversos, desde a compra de máquinas e implementos agrícolas até a produção de suínos, em forma de condomínio.

Nos esforços de proteção ao meio ambiente, neste ano, os extensionistas dedicaram-se a um amplo trabalho de esclarecimento e conscientização dos produtores sobre a necessidade de adoção de práticas conservacionistas, atingindo-se 126.000ha com rotação de culturas, 272.000ha com terraceamento, 196.000ha com recuperação da fertilidade do solo, além de 62.000ha com adubação orgânica e 50.000ha com adubação verde. Iniciou-se, também, a conservação do solo no âmbito de microbacias, o que exige a mobilização de todos os produtores da área em trabalho integrado e a utilização de técnicas especiais na sua execução.

No que diz respeito ao reflorestamento, trabalhou-se no esclarecimento e conscientização de produtores e, paralelamente, na distribuição de mudas de espécies florestais, tendo sido distribuídas, em trabalho integrado, cerca de quatro milhões de mudas, e estimulada a implantação de viveiros, a nível municipal, em escolas e pequenas comunidades rurais.

Num esforço especial, através da integração com a pesquisa, no sentido de reduzir o volume de agrotóxicos utilizados, desenvolveu-se a produção e distribuição do baculovírus para o controle da lagarta da soja para aproximadamente 10.000 produtores.

Visando à melhoria da qualidade de vida das famílias do meio rural, as extensionistas da EMATER/RS desenvolveram ações educativas nas áreas de alimentação, higiene, saúde e habitação, através do trabalho integrado com instituições de ensino, professores e alunos, destacando-se entre outras realizações a implantação de cerca de 1.650 hortas e 300 pomares escolares e a orientação no preparo correto da merenda escolar para 42.500 alunos.

Na atuação junto às famílias, destaca-se a implantação de 27.300 hortas e de 19.000 pomares domésticos, além de outras ações que proporcionaram a criação de aves, de vacas leiteiras, armazenagem correta de alimentos e industrialização caseira dos mesmos. Nas áreas de higiene, saúde e habitação, destacam-se os tra-

balhos de prevenção de doenças, de controle de pragas domésticas e de melhoria nas condições de vida dessas famílias.

Quanto à juventude rural, através de 450 clubes 4-S e 650 grupos de jovens, cerca de 26.000 jovens foram atingidos pelas atividades de aprendizado agropecuário, social e comunitário, além de aproximadamente 13.000 jovens assistidos individualmente, em grupos de adultos, em projetos de produção.

A EMATER/RS deverá continuar, em 1985, intensificando sua atuação no atendimento aos produtores rurais. Nesse sentido, prevê a implantação de projetos de recuperação de pequenos estabelecimentos rurais do Estado com recursos do FINSOCIAL, de renovação genética de culturas alimentares para produtores de baixa renda, de incentivo ao plantio de frutíferas de clima subtropical, de integração com cooperativas visando à melhoria da produtividade e produção de alimentos básicos e de controle biológico da lagarta da soja via intensificação da produção, distribuição e uso do baculovírus.

2.9.3 — COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns, na qualidade de órgão oficial responsável pela política de armazenagem do Estado do Rio Grande do Sul, no decorrer de 1984, procurou direcionar seus objetivos na busca de um melhor equilíbrio entre a oferta e a demanda de armazenamento. Agindo dessa forma, a Empresa, além de assegurar a regularização dos canais de comercialização de produtos agrícolas, propiciou também o crescimento do Setor Primário.

No transcurso desse ano, a rede de silos e armazéns da Companhia, que conta com uma capacidade estática de 646.900 toneladas, recebeu mais de 1,2 milhão de toneladas de grãos, destacando-se, dentre eles, principalmente a soja e o trigo.

No que diz respeito à armazenagem em ambiente controlado, os frigoríficos localizados em Caxias do Sul e Capão do Leão receberam, entre congelados e refrigerados, mais de cinco mil toneladas de produtos não paletizáveis e, aproximadamente, 16 mil paletes.

Em 1984, a CESA investiu Cr\$ 735,5 milhões no desenvolvimento de seus projetos.

Com o objetivo de alcançar uma ideal conservação e melhoria da rede operacional, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 139,8 milhões nas unidades armazenadoras.

Na construção da Unidade Frigorífica Polivalente Regional do Sul, com 34.000m³ de capacidade estática, localizada no município de Capão do Leão, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 401,2 milhões, em 1984, na conclusão de obras e aquisição de equipamentos necessários à operacionalização da Unidade.

Para ampliar em mais de 19.800m³ a capacidade da Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 80,1 milhões neste ano.

Nos hortos florestais, destinados à produção de lenha para servir como combustível dos secadores das unidades armazenadoras de grãos, foram gastos Cr\$

53,0 milhões no plantio de 211.000 mudas e na manutenção dos hortos situados nos municípios de Camaquã, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Santo Ângelo e Tapejara.

Para o reaparelhamento administrativo-operacional da Companhia (sede e 28 unidades armazenadoras), foram aplicados Cr\$ 61,4 milhões.

A nível externo, durante o exercício de 1984, a CESA realizou dois importantes convênios. O primeiro com a Bolsa de Mercadorias de Porto Alegre (BMPA) com vistas à negociação, no pregão da Bolsa, das ofertas de compra e venda de mercadorias originárias do Sistema CICOA. Com esse Convênio, a CESA amplia as possibilidades de comercialização de produtos agrícolas depositados nas unidades de sua rede, bem como propicia significativos benefícios aos produtores. O segundo convênio foi assinado com a EMBRAPA para conhecer o comportamento das culturas de espécies frutíferas e olerícolas, quando armazenadas a frio.

No tocante ao programa desenvolvido pela CESA, foram atingidas as seguintes metas, no exercício: recebimento de 1.236.228t de grãos para armazenagem a meio ambiente; 6.496.417t de grãos para estocagem a meio ambiente; 1.149.659t para expedição de grãos estocados a meio ambiente; 6.827 paletes para armazenagem de produtos resfriados; 3.171t através de paletes para armazenagem de produtos resfriados; 8.802t paletes para armazenagem de produtos congelados e 1.917t para armazenagem de produtos congelados, através de paletes.

2.9.4 — FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (FZB)

O Banco de Dados do Ambiente Natural do Rio Grande do Sul (BDA) foi criado pelo Decreto Estadual nº 31.162/83 para organizar, ampliar e centralizar o acervo informativo representado pela coleção científica do Museu de Ciências Naturais, a respeito da flora e fauna que constituem o Patrimônio Natural do Estado, proporcionando a agilização do acesso a esses dados pelo Poder Público e entidades privadas tanto para consultas em momento de decisões quanto em razão de solicitações, visando a minimizar impactos ambientais.

Como resultado do trabalho de ampliação e organização da coleção de plantas vivas, foram acrescentadas 357 espécies ao acervo do Jardim Botânico que, neste ano, produziu 112.717 mudas e recebeu 120.263 pessoas para visita.

No Jardim Zoológico, foram realizadas obras em recintos de animais em 1.400m² com o objetivo de torná-los mais adequados, bem como foram realizadas permutas que permitiram a inclusão de 42 animais ao acervo faunístico do parque que, neste ano, recebeu a visita de 569.986 pessoas.

A Fundação Zoobotânica ainda realizou 59 pesquisas e 272 expedições científicas para coleta de dados.

A FZB, em 1985, instalará, no Museu de Ciências Naturais, uma exposição museológica sobre fauna e flora regionais, tendo em vista oferecer atividades educacionais, culturais e de lazer, através de exposição permanente de material representativo da flora, fauna e geologia do Rio Grande do Sul e de cursos e publicações, visando a despertar e fortalecer o respeito à natureza.

2.9.5 — INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

Entre as várias atividades desenvolvidas por este Instituto em seu desempenho global em 1984, verifica-se que, se, por um lado, foi um ano de muita luta e reivindicações junto às autoridades da Administração Federal, também o foi de vitórias e de maior conagraçamento entre a classe orizícola.

Entre as ações desenvolvidas pelo IRGA em 1984, destacam-se: as gestões junto ao Governo Federal para a liberação de recursos para o estoque regulador e operações pré-EGF; e as gestões junto ao Banco do Brasil para a liberação de recursos para a colheita. Salienta-se, ainda, a prestação de serviços para a COBAL, através de armazenagem, empacotamento, estiva e expurgo, e para a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre, na embalagem de ranchos alimentares destinados a desempregados e remanescentes de calamidades públicas e também a realização da XIII Reunião da Cultura do Arroz Irrigado, com o objetivo de avaliar os últimos resultados da pesquisa.

A retirada de subsídio do crédito agrícola, o sistema de pós-fixação dos juros para a agricultura e a instabilidade da política agrícola adotada pelo Governo Federal foram as causas que levaram a classe orizícola a fechar questão em torno de suas solicitações.

Em fevereiro de 1984, o preço mínimo para a saca de arroz foi fixado em Cr\$ 11.200, porém o surto inflacionário reinante no País e as altas taxas de juros do mercado financeiro, que não se coadunam com o sistema de produção agrícola, levaram os orizicultores a organizarem o movimento que ficou conhecido nacionalmente como "boicote arrozeiro".

Esse movimento foi exitoso, pois o Governo federal não só alterou o preço mínimo para Cr\$ 13.400, como também destinou Cr\$ 110 bilhões ao IRGA para a aquisição do produto por Cr\$ 16.000 o sacco. Esses recursos permitiram, até novembro, a compra de 244.892 toneladas de arroz.

Ainda para regular o mercado, o IRGA adquiriu, com recursos próprios, 10.200t de arroz beneficiado, isto é, 170.000 sacos de arroz.

Foram inúmeros os trabalhos desenvolvidos na área técnica. No tocante à divulgação, além da publicação da *Revista Lavoura Arrozeira e do Anuário do Arroz*, foi elaborado, publicado e distribuído "Bibliografia sobre plantas daninhas e seu controle na cultura do arroz do Rio Grande do Sul".

Também estão sendo produzidos programas radiofônicos para os produtores de arroz sobre todas as fases da cultura do arroz, os quais serão distribuídos às 31 zonas de assistência técnica da Autarquia em 1985.

Tendo em vista que as lavouras pequenas, via de regra, têm produtividade baixa, neste ano teve início o Plano de Assistência ao Pequeno Produtor, que visa a levar a esta faixa de orizicultores a tecnologia disponível para o uso racional e intensivo do solo. Estão participando deste plano aproximadamente 100 pequenos produtores que recebem orientação sobre a condução da lavoura, especialmente com relação à rotação de culturas, drenagem e irrigação.

Desde 1980, o IRGA vem promovendo a "Semana Arrozeira" nos mu-

nicípios onde predominam lavouras com baixa produtividade. Esta promoção consta da atuação intensiva de técnicos que realizam o trabalho de visitas aos orizicultores, prestando assistência técnica diretamente na lavoura. Por ocasião dessas visitas, são obtidos dados sobre a condução da lavoura que, posteriormente, são avaliados e servem de subsídios ao trabalho do técnico lotado no município. Em 1984, foi realizada uma semana arroteira no Município de Santana do Livramento, com visitas à 135 pequenos produtores.

Quanto à rotação de culturas, estão sendo realizadas em Guaíba, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Cachoeira do Sul áreas demonstrativas com milho e sorgo em rotação com o arroz, com a finalidade de aproveitamento racional do solo. Para a semeadura destas culturas, está sendo testado um protótipo de camaleoneira.

Nos trabalhos de pesquisa, a ênfase continua sendo a obtenção de variedades, paralelamente aos experimentos em fertilidade do solo, controle de ervas daninhas, fitopatologia, tecnologia de sementes, entomologia, controle de qualidade e agroindústria.

Em 1984, foram testados 350 linhagens provenientes da Estação Experimento do Texas A&M; houve prosseguimento na troca de informações com o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT), órgão da FAO; estão sendo instalados experimentos com milho, soja e sorgo, inclusive com o sorgo branco, muito utilizado na Europa como substituto do trigo para a produção de farinha.

Visando a agilizar as informações relativas ao arroz, essa atividade foi reorganizada no sentido de dar-lhe o porte de um banco de dados. Também foi intensificado o cadastramento de lavoureiros, totalizando até novembro seis mil lavoureiros cadastrados no Rio Grande do Sul, sendo 380 novas inscrições em 1984.

Para atender a solicitação de orizicultores no Município de Palmares do Sul, o IRGA firmou contrato de comodato com a Secretaria da Saúde para a instalação de uma unidade sanitária, tendo não só adaptado um prédio para a sua instalação, como também cedido todos os móveis e equipamentos necessários.

Ainda para o atendimento àquela população, a Autarquia firmará convênio com a Faculdade de Medicina da UFRGS, através do Departamento de Medicina Preventiva, para desenvolver, no segundo semestre de 1985, estágios de medicina rural e realização de um censo sócio-econômico.

Também para o atendimento da população da Estação Experimental do Arroz em Cachoeirinha, foi firmado convênio com a Escola de Enfermagem da UFRGS, para estágios em saúde pública, devendo ser construído um ambulatório em 1985.

2.9.6 — INSTITUTO SUL-RIO-GRANDENSE DE CARNES (ISRC)

Após ouvir todos os segmentos do setor pecuário do Rio Grande do Sul, com o objetivo de obter um consenso a respeito das atribuições que o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes deveria desempenhar, a atual Diretoria propôs uma reforma institucional da Autarquia, visando à sua adequação às novas atribuições.

Destaque deve ser dado à atuação da Autarquia, em 1984, no que se refere à

reativação do Conselho de Desenvolvimento da Suinocultura do Rio Grande do Sul (CODESUL); à elaboração de trabalhos técnicos sobre bovinos, ovinos, suínos, aves e milho; ao acompanhamento e assessoramento aos deputados e Secretários de Estado no período em que tramitou o projeto de lei para reduzir a alíquota do ICM incidente sobre a carne bovina; e ao desenvolvimento de uma campanha de valorização de couro bovino no Estado.

Na defesa dos interesses do Estado, a Autarquia declarou-se contrária à importação de carnes do Mercado Comum Europeu, por entender que a mesma causaria enormes prejuízos a todos os segmentos ligados à economia pecuária gaúcha.

Também, no transcorrer de 1984, o ISRC se fez representar nos acontecimentos mais significativos para a produção, comercialização ou industrialização no País e até mesmo no Exterior, buscando atualizar-se sempre mais e colher subsídios para a indústria de carnes do Estado.

Para melhorar a sanidade do rebanho bovino, encontra-se em estudo a assinatura de um convênio do ISRC com a Faculdade de Veterinária da UFRGS, objetivando a identificação da problemática do carrapato no Rio Grande do Sul.

Levantamento realizado junto à indústria de carnes demonstrou que os estabelecimentos frigoríficos do Estado se defrontam com sérios problemas relativos à qualificação de mão-de-obra. No sentido de colaborar na solução desse problema, o ISRC assinou convênio com o SENAI.

O Instituto continuou divulgando seu "Boletim Informativo" que contém informações estatísticas mensais atualizadas, importantes para o setor, tais como dados sobre abate, preços, importações, exportações, etc.

2.10 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2.10.1 — SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)

A Secretaria da Indústria e Comércio, buscando atingir os objetivos e metas fixados de acordo com as linhas básicas instituídas no Plano de Governo, desenvolveu suas ações no sentido de: consolidação do parque industrial e promoção de novos investimentos; apoio à comercialização interna e externa dos produtos gaúchos; interiorização do desenvolvimento econômico e descentralização industrial; e a consolidação das atividades turísticas.

O ano de 1984 marcou o engajamento definitivo do Rio Grande do Sul no Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), a partir da assinatura de protocolo entre o Governo do Estado e o Ministério da Indústria e do Comércio.

A SIC elaborou estudos econômicos e financeiros para a orientação de empresários e produtores interessados. Preparou também uma equipe que, a cargo da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC), percorreu diversos municípios para a divulgação do Programa.

O resultado prático dessas ações foi o encaminhamento à Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) de onze cartas-consultas de empresários gaúchos, das quais duas já foram aprovadas: Usina de Alcool Porto Xavier S/A e Usina de Alcool Farroupilha (ALFA) de Butiá. A primeira com uma capacidade de 60.000 litros/dia e a segunda com uma capacidade de 180.000 litros/dia. Espera-se que novas usinas sejam aprovadas já nos primeiros meses de 1985.

Com o objetivo de identificar espaços na indústria e comércio, foi realizada a pesquisa Importações Interestaduais, com o apoio do Ministério da Indústria e do Comércio, que procurou levantar o maior número possível de produtos que compõem a pauta importadora do Estado. Foram identificados 5.355 produtos com a quantidade e valor, assim como a procedência. Em 1985 deverão ser realizados estudos de mercado e perfis sobre os produtos selecionados.

Neste exercício, foi iniciada a pesquisa sobre os lixos industriais do Interior do Estado que objetiva conhecer os processos de industrialização nesses locais e estabelecer um rol de recomendações de ação e de investimento para a sua consolidação, com vistas à desconcentração industrial e, em consequência, ao redirecionamento dos fluxos migratórios dentro do Estado. Serão pesquisadas seis concentrações, abrangendo 23 municípios e 200 empresas. Além da elaboração dos estudos preliminares, iniciou-se a pesquisa de campo nos eixos industriais de Passo Fundo—Erexim e de Santa Rosa—Santo Ângelo—Ijuí—Panambi.

Relativamente ao Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial por Microrregião (PROMIR), foram complementados os estudos de 23 microrregiões homogêneas do Estado, encontrando-se em implantação a segunda etapa do Pro-

grama, que compreende a realização de encontros com as lideranças municipais, onde são discutidos os problemas e identificadas as oportunidades de investimentos. Assim sendo, encontra-se em andamento a implantação de ações na MR 317 — Lagoa dos Patos, tendo sido iniciada a segunda etapa em mais de três microrregiões: MR 211 — Campanha, MR 311 — Vinicultora de Caxias do Sul e MR 309 — Colônia da Encosta da Serra Geral.

Desenvolveram-se ações conjuntas com as prefeituras e associações de classe, abrangendo desde as formas de atração de investimentos até a elaboração de planos diretores para a ocupação de áreas industriais e auxílio financeiro para a implantação de infra-estrutura básica, inclusive pela seleção de áreas para a localização industrial e definição de perfis industriais. Foram concedidos auxílios, num total de Cr\$ 310 milhões, às prefeituras municipais de Nova Prata, Frederico Westphalen, Santa Rosa, Erechim, Horizontina, Passo Fundo, Butiá, Pelotas e Carazinho.

Foi dada continuidade às atividades dos comitês setoriais, tendo a destacar: a atuação do Comitê de Informática na remessa de sugestões para a elaboração da lei que estabeleceu a política nacional da informática; o Comitê da Micro e Pequena Empresa pela sua integração na implementação do PROMIR; a criação do Comitê da Maçã com a elaboração de um estudo completo sobre a maçã no Estado e a realização de perfis de câmaras frias para a armazenagem do produto.

Com relação ao desenvolvimento do setor turismo, foi elaborado o documento "Turismo RS, Ações Básicas de Desenvolvimento", o qual foi aprovado pelo Comitê de Turismo, tendo sido iniciados os trabalhos dos seguintes projetos: Sistema de Acompanhamento do Fluxo Turístico do Rio Grande do Sul; Programa de Comercialização; Sistema Estadual de Informação e Recepção Turística.

Foi ainda constituída a Comissão Técnica para Estudos de Comercialização Turística do Rio Grande do Sul.

Neste exercício foram elaborados dois documentos de apoio aos municípios: Conselho de Desenvolvimento Econômico Municipal (CONDEM) e A Comunidade e o Desenvolvimento Local, assim como foi atualizada e reeditada a publicação anual Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios.

Objetivando promover as exportações gaúchas, a Secretaria da Indústria e Comércio desenvolveu, como atividade permanente, o assessoramento a empresários em termos de orientação quanto ao tratamento fiscal e aduaneiro de produtos no Brasil e no país importador, do fornecimento de perfil do mercado importador, da identificação de oportunidades reais de negócios e da participação em feiras e exposições. Essa assessoria é dada diretamente à empresa ou através de jornadas, seminários e mesas-redondas.

Foi realizado o III Seminário sobre Exportações do Rio Grande do Sul, com assistência aos seguintes eventos: FENATUR, MULTIFEIRA, DIVERSHOW e VII Exposição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas.

Com a Missão da Província de Shiga-Japão, foram visitados diversos municípios do Estado, para conhecimento do parque industrial e possibilidade de negociações empresariais com a referida Missão.

No que diz respeito às entidades supervisionadas, procurou-se enquadrá-las

nos objetivos de austeridade e racionalização administrativa, buscando-se dar uma efetiva assessoria às empresas vinculadas a esta Secretaria.

2.10.2 — CONSELHO ESTADUAL DO LEITE E SEUS DERIVADOS

O Conselho Estadual do Leite e seus Derivados realizou dez reuniões plenárias durante o ano de 1984, tratando de diversos assuntos correlatos ao setor. Entre as reuniões, destacam-se as realizadas no Parque de Esteio, durante a realização da EXPOINTER, que contaram com a participação do Presidente da Associação Brasileira do Leite Tipo "B", Ministro da Agricultura e deputados estaduais e federais.

O Conselho, através de representantes, tem participado assiduamente de reuniões realizadas em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, convocadas por diferentes órgãos do Governo Federal, sempre defendendo a posição e os interesses do Estado.

No período anual, foram instaladas diversas juntas técnicas para apreciação de assuntos específicos, sendo que a junta técnica para elaboração das matrizes do custo do leite a nível de produtor se mantém em caráter permanente, atualizando estes custos mensalmente.

2.10.3 — CONSELHO ESTADUAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (CECEX)

No decorrer do ano de 1984, o Conselho Estadual de Comércio Exterior reuniu-se em várias oportunidades, através de comissões técnicas, com a finalidade de tratar de matérias diretamente concernentes ao setor exportador do Estado, contempladas na estratégia global para a promoção das exportações do Estado. Em vista de sua importância, merece destaque a reunião com a FIERGS para a elaboração do documento apresentado no VII Encontro Nacional de Exportadores realizado em Brasília. Neste trabalho, foi postulada a constituição de um fundo no Estado, com recursos provenientes do Governo Federal, a ser utilizado como suporte financeiro de programas de promoção de exportações. A proposta, apresentada em plenário, pretende o retorno aos estados de um percentual proporcional à sua participação no total exportado pelo País no ano imediatamente anterior.

Salienta-se, também, a visita da delegação da Municipalidade e do Porto de Rotterdam, em abril do corrente ano, ocasião em que foram colocadas à disposição do Brasil facilidades visando à implantação de um escritório de promoção comercial do Brasil naquele local. A partir daí, vêm sendo realizadas reuniões com setores industriais rio-grandenses selecionados (coureiro/calçadista, mobiliário, vestuário e alimentação), representados por suas entidades, visando a debater a importância e a forma de participação do Estado no centro a ser brevemente implantado. A importância do centro prende-se às facilidades portuárias disponíveis, assim como locacionais, facilitando o acesso de nossas exportações à grande parte da Europa.

2.10.4 — CONSELHO ESTADUAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CEICO)

A Comissão Estadual da Indústria da Construção foi instituída em maio de 1976 pelo Decreto Estadual nº 24.421 e, em 22 de novembro de 1982, através do

Decreto Estadual nº 30.942, foi transformada no primeiro conselho, em âmbito nacional, destinado a estabelecer uma política integrada para a indústria da construção. Foi assim constituído o Conselho Estadual da Indústria da Construção (CEICO) que, embora como atividade relacionada a este importante segmento tenha sido estabelecida oficialmente há mais de sete anos, no Rio Grande do Sul está completando dois anos de realizações como Conselho.

O CEICO do Rio Grande do Sul possui um aprofundado e positivo relacionamento com as entidades do setor, em âmbito federal e dos estados, quer no setor público como no privado.

O Conselho Estadual da Indústria da Construção busca estabelecer uma sólida estrutura para o fortalecimento da indústria da construção, elaborando e propondo a política de desenvolvimento da construção, sugerindo as normas e diretrizes a serem estabelecidas para a execução dessa política, em harmonia com programas nacionais respectivos e mantendo estreita ligação com organismos e entidades federais e estaduais relacionadas com a matéria e, especialmente, com o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) e com a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil (CNICC).

Destacam-se entre as etapas realizadas pela CEICO no presente exercício:

- ação conjunta com as entidades de crédito imobiliário, objetivando medidas que foram encaminhadas às autoridades federais para manter um nível mínimo de atividade para o setor;
- conclusão do trabalho "Manutenção de Nível de Atividade Compatível para a Indústria da Construção", com suas conclusões enviadas à SEPLAN, ao Ministério da Indústria e do Comércio, ao Ministério do Interior e ao Ministério dos Transportes;
- permanente atividade no elenco de medidas para a concretização do Diagnóstico Nacional para a Indústria da Construção;
- envio ao Ministério do Interior das conclusões do trabalho destinado à elaboração de projetos habitacionais junto às fontes de produção;
- conclusão da pesquisa que realizou a abordagem setorial do segundo semestre de 1983 e primeiro semestre de 1984;
- realização da pesquisa referente ao Aproveitamento de Materiais de Origem Petroquímica para Indústria da Construção;
- conclusão da pesquisa A Indústria da Construção como Fonte Geradora de Emprego e Investimento, sua análise econômico-financeira e o envio das conclusões aos Ministérios do Interior, do Transporte e da Indústria e do Comércio, bem como ao COFEA, Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC) e SEPLAN;
- celebração de convênio entre a União (MIC/CNICC) e Estado (SIC/CEICO), para elaboração do Manual de Recomendações de Projetos para Minimização dos Consumos Energéticos dos Edifícios, com recursos federais exclusivamente;

- estudos em desenvolvimento para estabelecer medidas objetivando o desenvolvimento do fabrico de materiais de construção no Estado;
- estabelecimento, sob a coordenação do *CEICO* do Rio Grande do Sul, do projeto Redes Integrada de *CEICOs*, com a participação da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil, *CEICO* ou entidade afim de outros seis estados da União e fomento à instituição em mais quatro unidades federativas;
- continuidade dos trabalhos de revisão da Norma Brasileira que irá atualizar as atribuições dos diversos intervenientes em obras e/ou serviços de engenharia e arquitetura;
- participação na *Comissão Nacional de Materiais de Construção e Intercâmbio*, através da participação da *CBIC* e da *Federação Interamericana na Indústria da Construção*, em aspectos da problemática comum da crise no setor da indústria da construção;
- entrosamento com o *BNH* e envio de proposições que, em boa parte atendidas, conduziram ao estabelecimento das medidas que objetivam a reativação do setor.

Deve ser registrado o alto grau de entrosamento do *CEICO* do Rio Grande do Sul com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção e com a Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil, o que tem conduzido à realização de elevados e práticos objetivos.

2.10.5 — CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (CONDEI)

O Conselho de Desenvolvimento Industrial, criado pelo Decreto nº 21.159, de 18 de junho de 1971, tem por objetivo: definir a política de desenvolvimento industrial em consonância com a política global do Governo do Estado; orientar, coordenar e promover o desenvolvimento da industrialização do Estado; entrosar os esforços do setor público com os da iniciativa privada, para o fortalecimento e para a consolidação industrial; proceder estudos e analisar projetos com vistas à concessão de incentivos às empresas industriais; definir, através de critérios a serem estabelecidos, os setores prioritários setoriais e regionais para o desenvolvimento industrial do Estado.

Em 1984, foram analisadas questões referentes aos preços de venda de lotes já compromissados nos Distritos Industriais de Cachoeirinha, Gravataí e Santa Maria, tendo sido fixados preços diferenciados para seis empresas de acordo com a proposta apresentada pela *CEDIC*.

O *CONDEI* aprovou também a venda dos lotes no Distrito Industrial de Santa Maria em até 100 parcelas mensais, corrigidas pelas *ORTNs*, atendendo a reivindicação daquela comunidade e com o objetivo de incentivar a sua ocupação.

A conclusão do estudo do Grupo de Trabalho Intersecretarial (*GTI*) sobre instrumentos para o desenvolvimento industrial e comercial do Rio Grande do Sul foi apresentada aos conselheiros e está sendo analisada pelos mesmos.

2.10.6 — AÇÚCAR GAÚCHO S/A (AGASA)

A Açúcar Gaúcho S/A tem por finalidade industrial a produção de açúcar e álcool pelo aproveitamento da matéria-prima produzida na região de Santo Antônio da Patrulha e Osório.

Tanto a safra de 1983/84, encerrada em fevereiro, como a de 1984/85, iniciada em julho, apresentaram, como em anos anteriores, os mesmos problemas de qualidade de matéria-prima e de insuficiência, não permitindo uma maior e melhor produção de açúcar.

Através de diversas iniciativas, a AGASA vem incentivando o aumento da produção de cana, via aumento de área e aumento de produtividade da cultura.

Para uma melhor orientação no plantio e colheita da cana, foram realizadas reuniões na comunidade.

Incentivou programas radiofônicos e participou deles, proporcionando informações diversas, tendo em vista fazer um chamamento ao agricultor para o aumento do plantio da cana.

Através de visitas realizadas aos canavieiros, foram prestadas informações com o objetivo de dar assistência técnica por ocasião do plantio e colheita da cana.

Visando a apoiar financeiramente os produtores minifundiários, foram proporcionados 577 financiamentos através de crédito rural.

Em caráter experimental, foram realizados trabalhos de pesquisa, visando à obtenção de variedades de cana que permitam o aumento de sua produtividade.

Com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida ao pequeno produtor de cana, tem a AGASA dado especial atenção ao patrocínio de cursos sobre a cultura de cana-de-açúcar, hortas domésticas e pomares. Também para melhorar as condições de alimentação familiar foi efetuado o fornecimento de 5.400 kg de batatinha (semente) para o plantio em consórcio com a cana.

Para assegurar condições de transporte da matéria-prima, foram executados melhoramentos em 80.510 metros de estradas.

A atuação da AGASA, durante o ano, resultou numa produção de 156.945 sacos (60 kg) de açúcar, 4.202 toneladas de melaço, 1.500 toneladas de melaço para a produção de álcool, 400 mil litros de álcool e 3.270 toneladas de torta-fertilizantes.

2.10.7 — COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEDIC)

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul, como instrumento de apoio à política industrial, atingiu seu trabalho no sentido do aproveitamento integral dos recursos técnicos e humanos, buscando a máxima eficiência na aplicação dos recursos financeiros postos à sua disposição.

No decorrer de 1984, merece destaque a solução dada à maioria dos proces-

tos expropriatórios que, com o apoio da Comissão de Desapropriações, acabou com as pendências que se arrastavam por longos anos.

Somente no que se refere a desapropriações, foram investidos recursos superiores a Cr\$ 2,6 bilhões, o que dimensiona a abrangência do trabalho e do esforço desenvolvido nessa área.

Paralelamente foram realizadas obras de infra-estrutura nos distritos industriais, como redes de distribuição de energia elétrica e de água, salientando-se, pela sua magnitude, a aquisição do material para execução da rede de água de 5.148 metros, para abastecimento do Distrito Industrial de Bagé que, assim, está em condições de receber indústrias pioneiras dedicadas ao processamento da proteína vermelha.

Na mesma linha de atuação, o órgão continuou o seu trabalho de execução de obras, resultante dos incentivos materiais concedidos pelo Governo do Estado, beneficiando diversas comunidades do Interior, estrategicamente localizadas. Dessa forma foi possível prestar um assessoramento direto a mais de 20 municípios, na orientação e na elaboração de projetos de infra-estrutura municipal.

A CEDIC contribuiu, ainda, através de seu corpo técnico, com a Secretaria da Indústria e Comércio, no programa de interiorização industrial que visa a dar um melhor atendimento aos empresários do Interior.

Dentro das novas alternativas em que está envolvida, desponta o Programa Nacional do Alcool, a fim de atender o consumo de 1,5 milhão de litros/dia de álcool, atualmente suprido por outros estados.

Com a criação de um Grupo de Trabalho foi possível reunir empresários interessados na produção de álcool, cuja previsão inicial se situa em torno de 1,23 milhão de litros/dia, através da implantação de 11 destilarias, cuja escala de produção varia entre 60.000 e 150.000 litros/dia.

A entrada em funcionamento desses complexos fará com que, a preços atuais, o Estado passe a arrecadar mais de Cr\$ 15 bilhões de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

O ano de 1984 marca também a execução da primeira Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos, desenvolvida pela CEDIC, a partir da entrada em funcionamento da Estação Experimental da CORLAC que, em modelo reduzido, servirá para a avaliação dos parâmetros considerados nos projetos de estações maiores, projetadas para atender à demanda dos distritos industriais.

2.10.8 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)

A Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos, no decorrer de 1984, preocupou-se, sobremaneira, com a queda da produção leiteira do Estado e colocou todos os esforços possíveis na assistência técnica permanente e gratuita, como a execução de testes de brucelose, tuberculose e mamite; a inseminação artificial; o controle de fertilidade; a orientação na formação de pastagens, aquisição de matrizes; a melhoria das propriedades e das instalações; a venda de matrizes sele-

cionadas, sementes, adubos, rações, fertilizantes e demais produtos para aumento da produtividade e melhor qualidade do leite; treinamento aos produtores de leite com aconselhamento na feitura de silagem, qualidade do leite e combate às pragas.

Para atender aos produtores de leite, bem como manter e recuperar outros, foram construídos postos de recebimento e resfriamento de leite em Jaguari e Marau, ambos com capacidade de até 10.000 litros de leite.

No que se refere a melhorias ou ampliações, foi construído, em Vacaria, um depósito para insumos e gêneros alimentícios; em Torres, ampliado o depósito de insumos; e, em Taquara, realizada a reforma da fábrica.

Em Veranópolis e em Taquara, foram adquiridos, respectivamente, um tanque estacionário de 30.000 litros e uma balança pesa-caminhões de 60 toneladas.

Em Santa Maria, foi posta em funcionamento uma nova seção de ensacamento, com capacidade de 3.000 litros/hora, obedecendo a critérios modernos de fluxo.

Merece ainda destaque a continuidade no fornecimento de leite em pó para a LBA, que absorve toda a produção.

Com referência ao leite e seus derivados, a CORLAC apresentou, em 1984, a seguinte produção: leite "in natura", 151.249.818 litros; leite pasteurizado, 102.403.626 litros; leite em pó, 7.951.663kg; leite em pó (compra), 3.498.870kg; queijo, 187.913kg; manteiga, 675.355kg; creme, 292.805kg; iogurte, 475.754 litros; requeijão, 77.981kg; doce de leite, 34.483kg.

2.10.9 — CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL (VINOSUL S/A)

A Central Vitivinícola do Sul, desde o mês de janeiro, imprimiu prioridade às atividades relacionadas com a safra vitícola que se aproximava, face à problemática representada, anualmente, por essa importante fase da vitivinicultura rio-grandense.

Agindo em estreito relacionamento com a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a VINOSUL contactou com diversos estabelecimentos vinícolas que oferecessem condições técnicas e se dispusessem a receber e industrializar eventuais excedentes de uva, comprovadamente assim caracterizados.

Dada a excepcional comercialização de vinhos ocorrida em 1983 e a elevada quebra de safra de uva naquele ano (cerca de 50% em relação a 1982), os estoques de vinhos, especialmente os originados de uvas de variedades americanas e híbridas, apresentavam-se baixíssimos no início da nova safra, razão por que houve maior interesse das cantinas na absorção dessas uvas, resultando que, apenas no município de Antônio Prado, tornou-se necessário receber e industrializar uvas Isabel e Herbemont.

Entretanto muitos produtores de algumas variedades vitiviníferas não encontraram colocação para parte ou para toda a produção. Diante de tal situação, a VINOSUL e a CFP desenvolveram intensa atividade junto a cantinas industriais e

cooperativas, procurando a colocação da uva dos produtores em dificuldades. Assim, com a colaboração desses estabelecimentos vinícolas, na safra de 1984, foram recebidos tão-somente pouco mais de setecentos mil quilos de uva realmente excedentes.

Após ultimada a vinificação, a VINOSUL elaborou relatório com estudo de formação do custo dos vinhos de cada estabelecimento para encaminhar à CFP.

As atividades no setor industrial desenvolveram-se segundo as necessidades dos períodos em que ocorreram. Durante a safra de uva, período de trabalho intenso devido à concentração de mosto virgem, promoveu-se a seleção interna destinada à contratação de safristas para a unidade de Bento Gonçalves.

As operações da unidade concentradora de sucos de Bento Gonçalves orientaram-se no sentido da redução de custos em energia, através de seu enquadramento pela CEEE na categoria de indústria de operação sazonal, meta essa atingida no mês de setembro.

Não obstante as limitações financeiras enfrentadas pela empresa, foram desenvolvidos trabalhos para manter os equipamentos e as instalações em perfeitas condições de funcionamento.

De outra parte, através das duas unidades industriais — Caxias do Sul e Bento Gonçalves — foram operados 7.612.259 litros de mosto, 19% a mais do que em 1983.

2.10.10 — PRODUTOS GAÚCHOS S/A (PROGASA)

A Produtos Gaúchos S/A, cuja finalidade é a de regular a comercialização da cebola e de outros produtos hortigranjeiros, no decorrer do exercício de 1984, procurou minimizar suas dificuldades econômicas e financeiras, através da industrialização de formulados com vistas ao suprimento de merenda escolar por intermédio do FAE, LBA e COBAL.

Os produtos como a cebola e hortigranjeiros desidratados são vendidos a empresas que industrializam produtos alimentares ou reutilizados no próprio órgão para a produção de formulados (sopas, mingaus).

Como os custos dos formulados são elevados, face ao preço dos concorrentes que possuem produção própria de farinha, a PROGASA, através da realização de reformas e aquisição de equipamentos, procurou uma melhor adequação de sua estrutura, a fim de participar em melhores condições nas concorrências públicas.

A produção do órgão, durante o corrente exercício, foi de: sopa-creme de feijão, 17.500kg; sopa-massa com legumes, 1.518kg; mingau, 1.049.330; cebola "in natura", 474.430kg; cebola desidratada, 13.451kg; produtos hortigranjeiros desidratados (cebola, alho-porró, repolho, batata e couve), 15.849kg.

Com o objetivo de estimular os agricultores, a empresa vem mantendo, em caráter experimental, uma lavoura de hortigranjeiros, além de realizar reuniões buscando afastá-los da monocultura.

2.10.11 — CONSELHO DE IMPLANTAÇÃO DO PÓLO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CONPETRO)

A Secretaria Executiva do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul coordena as atividades de implantação do programa, especialmente no que se refere à ação do Governo Estadual.

No decorrer de 1984, a Secretaria Executiva do CONPETRO empreendeu atividades destinadas à avaliação e redirecionamento de seus objetivos, tendo em vista que a entrada em operação do complexo básico exigiu, do órgão, uma reformulação administrativa-operacional, a fim de se ajustar à nova realidade.

A par destas atividades foi dada continuidade à programação já iniciada, dando curso aos contratos firmados.

O Sistema de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Pólo Petroquímico do Sul foi ativado em 1984, tendo desenvolvido as seguintes atividades: cursos de formação e qualificação de pessoal para empresas do complexo industrial, realizados em conjunto com o SENAI; curso de operadores com 50 alunos; e cursos de segurança interna, com 32 alunos; a orientação ao encaminhamento de pessoas às empresas com carência de mão-de-obra, num total de 50 candidatos, de todos os níveis.

A proteção ambiental foi redirecionada visando ao incremento e à implantação de cortinas vegetais, tendo sido plantadas, no ano de 1984, 450.000 mudas, que, somadas às já plantadas no ano anterior, perfazem um total de 950.000 árvores medradas em torno de todo o complexo básico. Além da reativação do viveiro na área do Pólo Petroquímico, também foi elaborado um programa silvoagrícola, com cinco projetos a serem desenvolvidos na produção de hortifruti-granjeiros e criação de novos açudes na área.

A área de infra-estrutura física, responsável pelos projetos e execução de todas as obras realizadas e em andamento na área industrial do Pólo Petroquímico do Sul, retomou as suas atividades visando a complementar algumas importantes obras necessárias à consolidação do complexo industrial, como sejam o início da ligação rodoviária BR-386 aos núcleos habitacionais do BNH em Montenegro, cuja extensão, em pavimentação asfáltica, de primeira classe, em pista simples, é de 16.842,29 m, estando em obras cerca de 65% do seu total; duas pontes que completam a ligação, um trevo e um viaduto sobre a BR-386, em edital de concorrência, com início e término em 1985; um novo Projeto da Zona de Serviços e a implantação do Projeto de Conservação Preventiva do Sistema Viário. Também em 1984 deu-se a aprovação e o acompanhamento do projeto e da obra de construção do depósito da AKZO — Indústria e Comércio S/A, a primeira empresa a instalar-se no loteamento industrial do CONPETRO, destinado à terceira geração e afins.

As atividades da unidade de transformação estiveram voltadas para oportunizar a consolidação do Pólo Petroquímico do Sul como um pólo industrial, não medindo esforços no sentido de definir condições motivadoras para sensibilizar os investidores das segunda e terceira gerações a virem se instalar no Rio Grande do Sul.

Com vistas à concretização desses objetivos, foi realizado, em janeiro, um

Seminário de Avaliação Interna do órgão, com o objetivo de traçar um programa geral para 1984, o qual deu respaldo para que o CONPETRO promovesse a realização do Seminário de Petroquímica no Sul em abril. Este seminário contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas, dentre as quais se destacaram diversos dirigentes da política petroquímica nacional, diretores da PETROQUISA — PETROBRÁS e vários empresários do setor petroquímico, tanto de indústrias de segunda geração quanto de indústrias de transformação.

Ainda com o objetivo de divulgação e ampliação de contatos, o CONPETRO fez-se presente no 3º Congresso Brasileiro de Petroquímica e na 2ª Feira da Indústria de Petróleo e Gás, o mais importante encontro de dirigentes, empresários e técnicos do setor petroquímico latino-americano.

2.10.12 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE NITROGENADOS (CRN)

A Companhia Riograndense de Nitrogenados, órgão no qual o Estado tem participação acionária, tem-se empenhado na implantação da Central de Gás Roberto Bastos Tellechea (CGRBT), no Complexo Portuário-Industrial de Rio Grande.

O gás combustível industrial de carvão mineral produzido é vendido às indústrias ali localizadas, que o utilizam em substituição ao óleo combustível.

O projeto global prevê a substituição de 60.000 toneladas por ano de óleo combustível importado, quando implantado em sua totalidade.

O ano de 1984 foi destinado, fundamentalmente, aos trabalhos de pré-operação nesta central de gás de baixo poder calorífico. Foram ativados: os ajustes dos equipamentos; o consumo experimental pelos usuários (indústrias de fertilizantes e de secagem de grãos); a modificação e otimização do processo e dos equipamentos; e a formação e o treinamento das equipes de produção, manutenção e assistência técnica aos usuários.

Como parte da complementação da implantação, foi instalado, neste ano, um gerador de vapor de pequeno porte destinado a agilizar os serviços de limpeza industrial; auxiliar nas partidas e facilitar o manuseio dos alcatrões.

Da mesma forma, foram construídos dois prédios, um destinado a abrigar a caldeira supra citada (45,60 m²) e o outro (311,60 m²) para ser utilizado como carpintaria, depósito e abrigo para os veículos da CGRBT (pá carregadeira, caminhão, empilhadeira, etc.).

Ainda durante o exercício foram efetuados testes de gaseificação com diferentes tipos e procedências de carvões, testes estes que propiciaram conhecer o desempenho dos mesmos para o processo.

2.11 — CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2.11.1 — FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (CIENTEC)

No exercício de 1984, através dos seus programas de Pesquisa e Desenvolvimento, a CIENTEC teve oportunidade de concluir cinco importantes projetos de pesquisa, dar continuidade a oito e início a outros 27 projetos, contando como fonte de recursos entidades a nível federal (STI/MIC, FTI, FINEP, BNH, CNP), Governo do Estado e recursos próprios.

Entre os projetos de pesquisa atualmente em execução, ressalta-se o projeto CIGÁS, cujo escopo é a obtenção de gás de médio poder calorífico através da gaseificação autotérmica de carvão em leito fluidizado e que representa importante passo para a utilização integral do carvão mineral como fonte de energia, como matéria-prima industrial, como subproduto de interesse econômico e como redutor siderúrgico, tudo de acordo com a diretriz maior de reduzir a dependência energética do petróleo.

Outro projeto a destacar, pelo seu alcance social, é o AGLOTEC, cujo objetivo é o de obter e desenvolver a aplicação de um aglomerante hidráulico à base de cinza de carvão e calcário dolomítico, adequando-o às construções habitacionais para população de baixa renda, reduzindo os custos de construção. Merece também destaque o projeto CONSERG III, que tem por objetivo prestar assistência técnica à indústria no que se refere à racionalização do uso de energia derivada do petróleo e à adoção de fontes alternativas, quando possível.

Cabe salientar, ainda, a participação da CIENTEC na concorrência de projetos para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), coordenado pelo CNPq através da FINEP, STI/MIC, com recursos federais e do BIRD. A CIENTEC mobilizou-se para participar dessa concorrência, tendo apresentado 22 propostas de projetos vinculadas a diversos subprogramas do PADCT.

Face às dificuldades de obtenção de recursos para custeio de projetos de pesquisa e considerando a mobilização gerada pela apresentação de propostas ao PADCT, o Órgão desencadeou, a nível interno, uma seleção de propostas de projetos, os quais deveriam encerrar características de baixo custo, rápido retorno técnico e/ou econômico-financeiro e, principalmente, a de ser de interesse relevante para a economia do Estado como um todo. Foram apresentadas para seleção 52 propostas vinculadas a diferentes programas de pesquisa, das quais, pelo seu mérito, 32 receberam aprovação e encontram-se, na sua maioria, em execução com recursos próprios da Fundação.

Para o exercício de 1985, está previsto o início de cinco novos projetos de pesquisa, além da continuidade e conclusão de 35 projetos iniciados em 1984.

No tocante à assistência à indústria, sua atividade tem-se desenvolvido dentro do objetivo de prestar assistência aos Setores Primários e Secundário do Estado na forma de realização de análises, testes e ensaios e da prestação de serviços técnicos, além de atuar como Laboratório Oficial do Estado. No exercício de 1984, adotou a estratégia de difundir suas possibilidades de atuação junto ao Parque Industrial do Estado, através da implantação de um programa de visitação e divulgação, cujos resultados práticos deverão se fazer sentir ao longo do próximo exercício.

Além disso, prestou assessoramento técnico ao poder público mediante a colaboração de seus técnicos nas mais diversas atividades empreendidas pelo Governo do Estado, entre as quais se destacam: Programa Estadual do Alcool, Detecção de Oportunidades de Investimentos, Programa de Interiorização da SIC, auditorias energéticas prestadas à AGASA, PROGASA, VINOSUL, CORLAC, etc.

Cumprimenta, também, a atuação da CIENTEC, em cumprimento à Lei nº 6719/74, na realização de ensaios, análises, vistorias, testes de desempenho e outras atividades técnicas específicas para entidades públicas como CORSAN, COHAB e DAER, principalmente.

2.12 — TURISMO

2.12.1 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CRTUR)

A Companhia Riograndense de Turismo vem cumprindo suas finalidades através do desenvolvimento de uma gama de atividades dentro do setor, beneficiando empreendedores da iniciativa pública e privada, municípios e o Estado em geral.

O turismo, como setor dinâmico dentro da economia do Estado, provoca o crescimento e a distribuição da renda interna e o aumento dos níveis de emprego, não só no próprio setor, mas, através de efeitos induzidos, impulsiona outros setores da atividade econômica.

Ciente da dimensão econômica e social das atividades turísticas, o Estado adotou como meta básica a atração, para as regiões e localidades turísticas do Rio Grande do Sul, de visitantes externos ao Estado, bem como o estímulo do fluxo turístico interno. Desta forma pretende: viabilizar economicamente o potencial atrativo, preservando-o; organizar o conjunto produtivo da oferta combinada com a iniciativa privada; e definir linhas eficientes de comercialização.

Dados fornecidos pelos organismos oficiais de estatística, bem como aqueles levantados pela própria CRTUR que possui controle estatístico nos 13 centros de informações turísticas e nos outros empreendimentos turísticos, evidenciam a importância do setor turístico. Atualmente existem, no Rio Grande do Sul, aproximadamente 200 estabelecimentos hoteleiros classificados, um número muito maior de restaurantes, bares e lancherias, 180 agências de viagem registradas e aproximadamente 112 transportadoras turísticas.

Dentre os estudos e projetos desenvolvidos pela CRTUR, cumpre destacar: a organização e execução do Projeto Verão RS/84, atividade integrada com outras secretarias do Estado, companhias e PRODECON, em Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, nos meses de janeiro e fevereiro; coordenação e execução da Pesquisa de Demanda Turística Internacional; participação na organização e recepção da Festa da Uva, em Caxias do Sul; lançamento da Casa do Gaúcho, no Parque Assis Brasil, em Esteio; coordenação e organização do Seminário de Marketing e da Promoção Turística, desenvolvida pela CRTUR com o apoio da OEA, CICATUR e da EMBRATUR; elaboração do Manual de Orientação para o Desenvolvimento Turístico de Municípios, com o objetivo de subsidiar as secretarias municipais de turismo; a realização do II Encontro de Organismos Oficiais de Turismo, em Santo Ângelo.

Na área de promoção, a CRTUR realizou e participou na confecção, criação

e distribuição de folhetos e impressos; na criação, elaboração de "layout" e arte final para cartazes; e na criação de mapas.

Foram, ainda, realizados serviços de manutenção dos parques terminais turísticos, campings e centros de informações turísticos (CENINTUR'S), além da elaboração do projeto do pórtico de entrada do Rio Grande do Sul, em Torres; do Centro de Convenções e do Complexo Turístico no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio; da execução de contratos de comodato com as Prefeituras de São Lourenço (*Camping da Lagoa*), de Vicente Dutra (*Balneário do Prado*) e de Flores da Cunha (*Camping da Vindima*).

2.13 — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

2.13.1 — SECRETARIA DA FAZENDA (SF)

A Secretaria da Fazenda, órgão da Administração pública estadual, que tem como atribuições básicas a formulação e a coordenação da política financeira do Estado, voltou a defrontar-se, em 1984, com as graves dificuldades decorrentes do descompasso que se verifica entre receita e despesa.

Manteve-se, assim, a necessidade de rígido controle dos gastos, simultâneo à busca de receitas agregadas, com o objetivo de reduzir o déficit inicialmente previsto para o exercício que se situava em torno de 36% da despesa então programada.

Dentro dessa linha de ação, a programação financeira foi desdobrada segundo períodos semestrais, na tentativa de obter-se maior compatibilização entre os fluxos de ingresso e as reais necessidades de cada órgão da Administração, com observância das prioridades escalonadas no Programa de Governo.

A par disso, variadas ações foram desenvolvidas no sentido de conferir melhor perfil à receita do ICM, dentre as quais salientam-se:

TB1TB2combate a focos de evasão fiscal, resultando na constituição de créditos tributários no valor de Cr\$ 140 bilhões em cifras redondas;

- a celebração de convênios de capital importância para as finanças estaduais, como o que redefiniu, para fins de antecipar o ingresso do tributo, a data da conversão cambial nas exportações de produtos sujeitos ao estorno do crédito de ICM, bem como o que elevou o percentual de estorno nas exportações de fumo; tais convênios, junto com os demais firmados no decorso de 1984, deverão proporcionar aos cofres do Tesouro do Estado valores superiores a Cr\$ 300 bilhões anuais, já em 1985;
- a elaboração de dispositivos legais atinentes à substituição tributária e à atualização de penalidades fiscais;
- a vigilância em torno do ICM declarado, mas não recolhido nos prazos regulamentares, com o lançamento de créditos tributários no montante aproximado de Cr\$ 97 bilhões.

Esse conjunto de medidas, tanto do lado da receita como da despesa, aliado a fatores exógenos — como, por exemplo, a leve recuperação da economia registrada a partir de julho de 1984 — bem como a algumas mudanças na estrutura tributária — dentre as quais o aumento da alíquota interna de 16 para 17% e a Emenda Passos Porto, aprovada pelo Congresso Nacional em fins de 1983 — não foi sufi-

ciente para evitar o decréscimo real verificado na arrecadação do ICM, calculado em torno de 3,2% comparativamente aos ingressos do exercício anterior. Já no capítulo da despesa, a política de contenção de gastos, adotada desde os primórdios do presente período administrativo, logrou relativo êxito, pois a despesa efetuada foi inferior em Cr\$ 67 bilhões à inicialmente prevista.

Entretanto todos os denodados esforços empreendidos na busca do equilíbrio financeiro esbarraram, inexoravelmente, nos vultosos acréscimos sofridos pelas despesas correspondentes ao pagamento da dívida pública, cujos encargos se acumularam em função dos freqüentes e inevitáveis reajustes cambiais e da incontornável espiral inflacionária.

Assim, teve-se, para 1984, a despesa total da ordem de Cr\$ 3.028 bilhões; confrontada com a receita total que atingiu o montante de Cr\$ 2.584 bilhões, apurou-se a ocorrência de déficit, somando Cr\$ 444 bilhões, equivalente a 15% da despesa total.

Cumpre registrar a variação ocorrida no saldo da Dívida Pública, em relação a 1983, a saber: em 31.12.83, Cr\$ 964 bilhões, em 31.12.84, Cr\$ 3.629 bilhões, equivalendo a um crescimento de 276%, fruto, em grande parte, de oscilações devido às correções monetária e cambial

2.14 — INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

2.14.1 — BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A. (BANRISUL)

Os bancos comerciais que atuavam quase que exclusivamente na captação dos haveres financeiros monetários na época da reforma bancária, hoje detêm menos de 8% na forma de depósitos à vista. Através da utilização do recolhimento compulsório como mecanismo de controle da liquidez da economia, as autoridades monetárias esterilizam 50% desses recursos.

Os depósitos a prazo, que nos últimos tempos têm assumido crescente importância para os bancos comerciais, também começaram a sofrer a incidência do recolhimento compulsório e, a partir de setembro do corrente ano, o percentual foi fixado em 22% do saldo captado, inclusive sobre seus encargos.

Desta forma, os recursos disponíveis para prestar o suporte financeiro às atividades do Estado cada vez se tornam mais escassos frente às crescentes necessidades dos setores público e privado.

Para fazer frente a essa situação, o BANRISUL elegeu, dentre seus objetivos, o aumento de sua participação nas captações, atingindo no final de 1984 o percentual de 1,55 dos depósitos totais no mercado nacional e 36,9% dos depósitos à vista do sistema bancário estadual.

A política econômica dos últimos anos, voltada essencialmente para a obtenção de divisas, induzindo ao endividamento, legou ao sistema financeiro um crescente índice de inadimplência.

O BANRISUL, com as características peculiares aos bancos oficiais, teve seu grau de inadimplência a nível de considerar-se relevante eleger, como um de seus objetivos, a redução de seu índice de créditos em liquidação. Neste sentido, visando a recuperar créditos inadimplentes, foram adotadas medidas de redução do saldo de créditos em liquidação sobre as operações de crédito que vêm diminuindo gradativamente.

Complementarmente, foram implantados mecanismos com a finalidade de orientar as gerências do deferimento de operações de crédito e, conseqüentemente, a obtenção de melhores índices de rentabilidade.

A evolução do sistema financeiro, ao estreitar o volume de haveres financeiros dos bancos comerciais pelos escassos recursos, impôs crescente concorrência, o que, associado ao vertiginoso desenvolvimento da informática, impeliu as instituições bancárias a crescentes investimentos na área tecnológica, na tentativa de conquistar maior fatia de mercado. Esses investimentos, aliados aos de immobilizações em novos prédios, levaram o BANRISUL a um nível elevado de immobiliza-

ções, prejudicial às suas atividades normais. Dai surgiu a necessidade de redução do referido índice de imobilizações, que se situou em 127,2% do seu patrimônio líquido no final de 1984.

Portanto, os investimentos em imobilizações vêm declinando em relação ao patrimônio líquido face à política adotada em termos de contenção de maiores inversões, à exceção daquelas de caráter irreversível ou estritamente necessárias ao desenvolvimento das atividades-fim.

A atual administração do BANRISUL, com a adoção de uma filosofia substanciada na austeridade, responsabilidade e integração, vem objetivando a recuperação do Banco através da reversão, em médio prazo, das expectativas atuais de resultado e pelo alcance de índices satisfatórios de desempenho global.

Essa política de austeridade nos gastos está expressa na fixação das despesas administrativas ao nível de dezembro de 1983, em termos reais, e que, no final de 1984, situou-se em 7,5% abaixo desse referencial. Os efeitos decorrentes dessa medida permitiram reverter o resultado negativo de Cr\$ 25,9 bilhões verificado no exercício de 1983 para um significativo lucro líquido de Cr\$ 34,1 bilhões no ano de 1984.

Também está em desenvolvimento o Projeto de Integração das Empresas que compõem o Sistema BANRISUL, em níveis administrativo, operacional e mercadológico, aprimorando e racionalizando a oferta e a captação de recursos do sistema financeiro estadual através de sua administração participativa, solidária e responsável.

Para a conquista das metas programadas para 1984 no que tange à participação dos depósitos dos mercados nacional e regional, obteve ressonância a campanha "Grande Arrancada BANRISUL" em todas as agências do Banco e que vem atingindo níveis satisfatórios.

Dentre as ações que contribuíram para o atingimento das metas de maior participação no mercado, têm significação as relativas ao campo da informática, com destaque ao Tele-Saldo BANRISUL, à emissão automática do DOC's personalizados, ao acesso direto — via telex — do cliente às posições de cobrança e contas correntes, à recente instalação de terminais de acesso dos depositantes às suas contas correntes.

Todo o elenco de ações adotadas pela empresa adveio de uma proposta de mudança de filosofia e mentalidade administrativa de gestão que, além de atingir todo o quadro funcional do Banco, em princípio, propiciou a reversão de resultados de balanço e de imagem ainda no decorrer de 1984, dando a necessária segurança de estimar-se que, a partir de 1985, o BANRISUL buscará obter índices de crescimento satisfatórios, visando a atingir o pleno desenvolvimento da organização, com vistas a servir de mola propulsora do desenvolvimento sócio-econômico de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

2.14.2 — BANRISUL — DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.

O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Fazenda, detém o

controle acionário da Bannrisul — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, com 66% do seu capital social, o que representava em dezembro de 1984 a importância de Cr\$ 4,5 bilhões.

A empresa foi criada com a finalidade específica de colocar, manter e assistir no mercado financeiro a dívida mobiliária interna do Estado, proporcionando liquidez para seus papéis.

Das emissões efetuadas pelo Governo do Estado no presente exercício e vendidas através de leilões públicos, a Bannrisul Distribuidora adquiriu 76,8% das Obrigações Reajustáveis do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul e 100% das Letras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, para posterior colocação no mercado financeiro, dando ao Tesouro estadual, dessa forma, um maior preço unitário médio por papel.

Cabe ressaltar que a administração do “Fundo para Garantia de Liquidez da Dívida Pública Estadual” que havia sido transferida para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul em 26 de abril de 1983, retornou para a Bannrisul Distribuidora através da Portaria nº 1.421, da Secretaria da Fazenda, em 20 de junho de 1984.

Para cumprir com seus objetivos, a empresa, através de sua mesa de “open-market”, estava captando diariamente, em dezembro de 1984, no mercado financeiro, importância superior a Cr\$ 800 bilhões.

Em virtude das modificações introduzidas na sistemática de compra e venda final no mercado “administrativo”, as receitas operacionais evoluíram de Cr\$ 14,3 bilhões em 1983 para Cr\$ 178,4 bilhões em 1984, tendo as despesas crescido no mesmo período de Cr\$ 4,5 bilhões para Cr\$ 161,3 bilhões, o que ocasionou um aumento do lucro operacional da empresa de Cr\$ 9,8 bilhões em 1983 para Cr\$ 17,1 bilhões em 1984.

O patrimônio líquido cresceu 207,6% no exercício, passando de Cr\$ 13,1 bilhões em 1983 para Cr\$ 40,4 bilhões em 1984.

O capital social, apenas com a incorporação de reservas de lucros, cresceu de Cr\$ 2,2 bilhões em 1983 para Cr\$ 6,8 bilhões em 1984, uma evolução correspondente a 200%.

Através da aplicação sistemática de seu capital de giro próprio e da procura diária da melhor taxa de mercado, a empresa, neste exercício, conseguiu ultrapassar o seu objetivo de um crescimento real de 6% do capital de giro próprio em 2,1%, passando de Cr\$ 10,1 bilhões em 1983 para Cr\$ 35,3 bilhões em 1984.

2.14.3 — CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL (CEE/RS)

A atuação da Caixa Econômica Estadual, no ano de 1984, objetivou a melhoria das condições de atendimento e orientação ao pequeno e médio depositantes.

Especificamente para atuar junto às agências, com o objetivo de coordenar e orientar a captação de recursos, foi criada uma gerência especial — a Gerência Geral de Depósitos (GEDEP).

Ainda foi criado o Sistema de Contas Conjugadas que permite ao cliente o

acesso rápido às várias linhas de créditos da Caixa, em função de suas contas de depósito, podendo, inclusive, solicitar empréstimos sem fiador.

Em 1984, também, foi iniciada a automação bancária com a utilização do cartão magnético, implantado nas agências Moínhos de Vento, Assembleia Legislativa e Praia de Belas. Esse programa de automação bancária é o seguimento das etapas anteriores de extrato automático e do telecaixa e, inicialmente, o programa abrange a área da capital.

A CEE/RS, constituída de 135 agências e 10 postos de serviço, ao término do exercício de 1984, obteve desempenho bastante satisfatório face aos resultados obtidos em relação às atividades que lhe são próprias.

As aplicações brutas no ano, sob a forma de empréstimos, atingiram 125,68% da meta programada, equivalente a Cr\$ 1,15 trilhões, destacando-se, entre outras:

- as aplicações brutas de empréstimos rurais da ordem de Cr\$ 29,7 bilhões, correspondendo a 15.007 contratos concedidos e liberados;
- as aplicações brutas de empréstimos contratados no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que atingiram Cr\$ 707,08 bilhões para os 2.300 contratos concedidos e liberados;
- as aplicações brutas de empréstimos escolares da ordem de Cr\$ 11,3 bilhões em 66.501 contratos concedidos e liberados;

O saldo da Carteira de Empréstimos sem Correção Monetária atingiu o valor de Cr\$ 86,8 bilhões, representando 119,06% da previsão, que foi de Cr\$ 72,9 bilhões.

O saldo da Carteira de Empréstimos com Correção Monetária, cuja previsão para o ano de 1984 era de Cr\$ 910,0 bilhões, atingiu Cr\$ 1,03 trilhão, representando 113,18% da previsão, ou seja, um acréscimo real de 2,27%.

No que se refere ao saldo da Carteira Geral de Empréstimos, cuja meta programada era de Cr\$ 1,03 trilhão, foi alcançado um saldo de Cr\$ 1,13 trilhão, correspondendo a 109,70% da meta programada, ou seja, 9,7% superior à programação.

A Carteira de Depósito de Poupança Livre atingiu um saldo de Cr\$ 934,3 bilhões, correspondendo a 109,91% da meta programada de Cr\$ 850 bilhões, obtendo assim um crescimento real de 10,73%.

Atualmente, a CEE/RS mantém em atividade 1.438.348 contas das 3.292.657 contas existentes e, somente no exercício de 1984, a Caixa processou a abertura de 426.523 contas de novos clientes, das quais 336.348 foram contas de Correção Monetária.

O saldo do patrimônio líquido da CEE/RS, cuja previsão era de Cr\$ 18,0 bilhões, atingiu o valor de Cr\$ 52,0 bilhões, portanto, 188,88% superior ao valor programado.

No que se refere à Loteria Estadual, no exercício, foram processadas 52 extrações, sendo distribuída a importância de Cr\$ 2,0 bilhões entre os contemplados.

2.14.4 — BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BADESUL)

A atuação do BADESUL no decorrer do exercício de 1984 desenvolveu-se numa conjuntura ainda desfavorável, em razão de políticas adotadas a nível nacional, como a redução dos recursos disponíveis para repasses de parte das instituições financeiras oficiais e da limitação do crescimento do saldo de aplicações que influíram no sentido de restringir as possibilidades de aplicação.

Por isso, independentemente dos objetivos específicos que configuram sua linha de atuação, o Banco colocou como objetivo de caráter geral a orientação de sua ação financiadora à consolidação dos investimentos existentes e a conservação do nível de empregos nas pequenas e médias empresas pertencentes aos segmentos relevantes da economia do Estado.

Por conseguinte, o BADESUL optou pela manutenção de suas políticas operacionais básicas adotadas em 1983, representadas pela concessão de apoio financeiro destinado, em especial, à capitalização e consolidação de pequenas e médias empresas; ao incremento das exportações; ao desenvolvimento tecnológico; à infra-estrutura; ao desenvolvimento social e urbano; e ao desenvolvimento de pólos industriais.

Complementarmente a essas políticas, concentraram-se esforços no sentido de continuar a consolidação dos programas já operacionalizados, destacando-se o Programa de Substituição de Combustíveis Derivados de Petróleo, cujos projetos contratados pelo BADESUL no período 1979-84 geraram uma economia de óleo combustível de 232.070 t/ano, substituídos por 544.463 t/ano de carvão mineral e por 283.529 m³/ano de lenha, destacando-se também a participação de outras fontes energéticas nacionais, como a eletricidade e a casca de arroz.

O Programa de Apoio às Microempresas, criado com o objetivo de apoiar o desenvolvimento econômico através de estímulo ao surgimento de novos empresários, possibilitou a expansão de pequenas unidades de produção no Estado com geração de novos empregos, reduzindo as pressões migratórias aos grandes centros. Neste sentido, durante o ano de 1984, o PROMICRO cumpriu a programação estabelecida, canalizando o apoio financeiro e gerencial a cerca de 451 microempresas, num montante aproximado de Cr\$ 5 bilhões.

Como coordenador e responsável pela execução do Programa de Informática do Rio Grande do Sul, o BADESUL empreendeu esforços para consolidar e expandir o parque industrial de informática, que representa a terceira maior indústria a nível nacional, através de um apoio basicamente institucional, agindo como interface, buscando harmonizar os interesses das empresas gaúchas com as diretrizes da política nacional de informática.

Objetivando consolidar e implementar as atividades do Centro de Biotecnologia foi dado prosseguimento aos diagnósticos elaborados em 1983 nas áreas de Química Fina, Engenharia Genética e Mecânica Fina, que culminou com a elaboração do Programa de Biotecnologia do Rio Grande do Sul.

A fim de avaliar e apoiar financeiramente as iniciativas empresariais públicas e privadas, o BADESUL desenvolveu suas atividades durante 1984, alcançando um desempenho que pode ser sintetizado como segue.

Os créditos aprovados, representados pelo valor das operações que obtiveram pareceres favoráveis quanto ao apoio financeiro pretendido a partir de análises técnico-econômico-financeiras, atingiram 92% da meta estabelecida, apresentando um crescimento nominal de 225,90% sobre os valores aprovados no ano anterior. A distribuição setorial destes créditos identificam uma destinação maior dos mesmos ao Setor Terciário da economia com Cr\$ 198,5 bilhões (76,02%), seguindo-se o Setor Secundário com Cr\$ 59,6 bilhões (22,81%) e o Setor Primário com Cr\$ 3 bilhões (1,17%). Ressalta-se que a estrutura de distribuição setorial resultante foi significativamente influenciada por operações realizadas com o Governo do Estado e com instituições públicas.

Quanto à distribuição geográfica, constatou-se uma orientação maior de recursos à microrregião de Porto Alegre (Cr\$ 141,6 bilhões), 54,20% do total dos créditos aprovados, cabendo às demais microrregiões homogêneas do Interior do Estado 45,80% (Cr\$ 119,6 bilhões).

O montante das contratações, que representa o valor das operações aprovadas cujas formalizações jurídicas ocorreram no decorrer do período em apreciação, alcançou 86% da meta fixada, representando um crescimento nominal de 252,21% sobre o correspondente período de 1983.

O total dos recursos financeiros desembolsados pelo Banco (Cr\$ 246,1 bilhões) representou 93% da meta de liberações estabelecidas. Constatou-se, assim, um bom crescimento nominal das liberações relativamente a 1983 (316,81%), consideradas as restrições orçamentárias enfrentadas pelos organismos federais de repasses, bem como a evolução observada nas condições do mercado financeiro como fonte expressiva para mobilização de recursos via colocação de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

2.14.5 — BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

Face ao contexto recessivo em que se encontra a economia nacional nos últimos anos, onde vem predominando a carência de recursos financeiros das tradicionais fontes repassadoras e a pouca disposição do meio empresarial para a realização de novos investimentos, as atividades de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento econômico e social mostraram-se extremamente difíceis para o BRDE durante 1984.

Nesta fase adversa, o BRDE, em consonância com as prioridades governamentais, adotou uma linha de conduta visando, basicamente, à preservação do parque industrial do Estado, à manutenção do nível de emprego e do ritmo de desenvolvimento tecnológico das empresas, especialmente no que se refere às atividades produtivas de maior expressão para a economia estadual.

No decorrer de 1984, o BRDE, através da Agência de Porto Alegre, contratou 361 operações financeiras no valor de Cr\$ 458,3 bilhões, superando em 172% o montante contratado no ano anterior. Deste total, 34 operações destinaram-se ao Setor Primário, num montante de Cr\$ 10,2 bilhões (2%); 250 operações foram

contratadas com o Setor Secundário, atingindo Cr\$ 118,3 bilhões, o que representou 26% do valor total contratado; e 82 operações com o Setor Terciário, no valor de Cr\$ 329,8 bilhões, representando 72% da ação financiadora da Agência.

A assistência financeira prestada pelo BRDE ao setor privado da economia rio-grandense, abrangendo 23% do valor das contratações, foi mais incidente nas *operações de saneamento financeiro e reforço de capital de giro*, significando que a parcela de recursos destinada à formação de capital na economia foi menor, provavelmente em consequência da política de consolidação empresarial adotada nestes anos de crise. Os referidos financiamentos beneficiaram 179 empresas, abrangendo produtores rurais, cooperativas, empresas rurais, industriais, comerciais e de serviços, sendo 87 micros, pequenas e médias empresas e 92 de grande porte.

A alocação de recursos ao setor público respondeu pelos demais 77% do total do montante contratado, onde predominaram os financiamentos ao Governo do Estado.

Quanto à origem desses recursos, 72% foram provenientes de poupanças geradas no próprio Estado, em sua maioria captados via emissão de *Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)* e, em menor escala, através da utilização dos recursos próprios da instituição. Os outros 28% foram buscados fora do Estado, destacando-se a captação de empréstimos externos e de recursos de entidades financeiras federais, principalmente BNDES, BACEN e FINEP.

Além dos esforços para manter e ampliar os repasses através das fontes tradicionais, buscou-se abrir novas frentes, obtendo-se êxito em relação aos recursos provenientes da linha *Exposição-Feira/BACEN*, que resultou em significativo apoio ao Setor Primário, contribuindo com Cr\$ 1,3 bilhão nas aplicações deste ano.

Não houve evolução do capital social da Agência em 1984, permanecendo o mesmo em Cr\$ 3,1 bilhões, embora tenha havido aporte de recursos do Governo do Estado para esse fim, o que determinará sua elevação possivelmente em 1985.

O patrimônio líquido da Agência, por sua vez, cresceu 356,7%, evoluindo de Cr\$ 51,5 bilhões em 1983 para Cr\$ 235,2 bilhões em 1984, devendo o resultado líquido do exercício atingir Cr\$ 15,0 bilhões.

O saldo de aplicações do BRDE, Agência de Porto Alegre, atingiu Cr\$ 2.113,7 bilhões em 1984, representando um incremento de 219% em relação ao saldo do ano anterior, quando chegou a Cr\$ 662,7 bilhões. Esta posição coloca a Agência entre os maiores bancos de desenvolvimento do País.

2.15 — ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

2.15.1 — SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

A Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, no exercício de 1984, deu continuidade ao Programa de Governo e orientou as realizações das empresas a ela vinculadas: Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e Companhia Riograndense de Mineração (CRM), dentro das respectivas políticas e das diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado. A Secretaria acompanhou também as atividades da Companhia Riograndense de Nitrogenados (CRN), empresa em que o Estado é acionista minoritário.

No exercício de 1984, repetiram-se as calamidades ocorridas no ano anterior, com vendavais e enchentes, que cobriram boa parte do território do Estado do Rio Grande do Sul. Esse fato obrigou a transferência de grandes somas de recursos financeiros, materiais e humanos, que inicialmente estavam programados para a expansão dos sistemas, para reparar os defeitos, substituir equipamentos, refazer redes e reconstituir torres, para recolocar os sistemas de energia e telecomunicações novamente em funcionamento normal.

Apesar das dificuldades que se apresentaram no decorrer do período, essa Secretaria e suas empresas vinculadas conseguiram atingir os principais objetivos estabelecidos para o exercício.

A SEMC, considerando a importância estratégica que representam os setores de energia e telecomunicações para o desenvolvimento econômico e sócio-político do Estado, principalmente numa época de crise social e escassez de combustível, orientou as empresas vinculadas para empreenderem todos os esforços necessários a fim de racionalizar os seus sistemas de operação, com o objetivo de reduzir os custos, aumentar as receitas e, assim, melhorar o desempenho global da organização, além de aumentar a quantidade e o nível de qualidade dos serviços prestados.

No intuito de melhorar o relacionamento e aproximar mais a Secretaria da comunidade rio-grandense, foram realizadas inúmeras viagens a todos os recantos do Estado, nas sedes municipais, distritos, povoados, vilas e bairros, para despachar assuntos relacionados à SEMC, entregar obras e ouvir reivindicações das comunidades. Dentro dessa linha, foram desenvolvidas atividades na Câmara de Indústria e Comércio, na cidade de Caxias do Sul, nas quais estiveram presentes os presidentes e as assessorias das empresas. Nessa oportunidade, foram despachadas dezenas de assuntos de interesse da região da serra.

No exercício, foram ativados numerosos serviços e obras novas, apesar da recessão econômica, principalmente nas áreas de energia e telecomunicações.

A eletrificação rural mereceu especial atenção da Secretaria e da CEEE, pas-

sando de 127.194 para 139.620 o número de usuários, com acréscimo de 9,9% no período. Paralelamente, prossegue o desenvolvimento do Projeto Fronteira Oeste, com o objetivo de substituir derivados de petróleo por energia elétrica.

Ao lado disso, foi elaborado um programa de reabilitação financeira, subscrito pelo Governo do Estado e autoridades federais, no sentido de viabilizar as medidas preconizadas pelo BIRD, visando principalmente a uma melhoria do perfil econômico-financeiro da CEEE no período de 1985 a 1989, buscando-se, assim, alcançar os índices recomendados por aquela instituição financeira para o setor elétrico.

Os serviços de telecomunicações constituem fator essencial ao desenvolvimento e à integração nacional, facilitando contatos de objetivos econômicos, políticos e sociais, acelerando o processo de tomada de decisões, e reduzindo os deslocamentos humanos e materiais, principalmente numa época de crise econômica.

Neste Governo, iniciou-se a execução do Programa de Telefonia Rural Social que implantará 484 postos de serviços rurais em distritos do Interior do Estado.

Na área de mineração, a Secretaria participou de uma comissão do carvão, com representantes de empresas estatais, entidades governamentais e empresas privadas, para a confecção de um trabalho que versará sobre a participação do carvão no Programa Energético Nacional.

A SEMC participou também, de uma reunião com as demais Secretarias dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, visando à montagem de um documento criando uma entidade responsável pelas atividades concernentes ao carvão, sendo sugerida a criação do Conselho Nacional do Carvão Mineral. O documento foi apresentado ao Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) que o encaminhou ao Governo Federal.

Neste exercício, foi realizada a Reunião Internacional Brasil-Alemanha para sugerir a continuação do Convênio de Cooperação Técnica, com o qual seriam desenvolvidas a instalação experimental da Unidade Termelétrica a Carvão de São Jerônimo em leito fluidizado, a de Gaseificação do Carvão em Candiota e a transferência do modelo "Markhal" para elaboração do Modelo Energético do Estado.

A Secretaria coordenou uma reunião, na qual participaram as demais companhias de mineração públicas e privadas, bem como as entidades governamentais das áreas estadual e federal responsáveis pelo transporte, com o objetivo de analisar a problemática do transporte do carvão mineral.

2.15.2 — COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

O mercado de energia elétrica no Estado do Rio Grande do Sul expandiu-se, no ano de 1984, a uma taxa de 12%. Nesse período, foram atendidos através da CEEE 1.734.790 consumidores, 5,8% acima do número de consumidores atendidos no ano anterior.

No que se refere ao consumo, merece destaque o desempenho da classe industrial que, mesmo em um período de recessão econômica, conseguiu elevar seu

nível de consumo 15,3% em relação ao índice apresentado no ano anterior; este fato resultou, principalmente, do incentivo governamental à exportação. Ao consumo da classe rural cresceu a uma taxa de 15,7%, seguindo-se o da classe residencial, com 10,3% e o da comercial, com 6%. O índice de participação de cada classe no mercado próprio é representado pelos seguintes percentuais: industrial, 43,5%; residencial, 24,7%; comercial, 13,75%; rural, 8,8%; e outros, 9,3%.

A CEEE, sociedade de economia mista, com capital social de Cr\$ 377,6 bilhões, formado com 82,5% de participação do Estado, 10,4% da ELETROBRÁS e 7,1% dos municípios e acionistas particulares, é a maior empresa do Estado.

Não obstante as limitações e os custos dos recursos destinados a investimento, a Companhia vem dando curso aos seus programas de projeto e construção de obras de geração própria de linhas de transmissão, de subestações transformadoras e de redes de distribuição urbanas e rurais.

Os programas de investimentos das diversas atividades da CEEE nesse ano totalizaram Cr\$ 201,6 bilhões, assim distribuídos: Cr\$ 72,3 bilhões para a geração de energia; Cr\$ 61,6 bilhões para a transmissão; Cr\$ 18,8 bilhões para a distribuição; Cr\$ 4,5 bilhões para eletrificação rural; Cr\$ 6,1 bilhões para instalações gerais; e Cr\$ 38,4 bilhões para engenharia de projeto.

No que se refere à expansão da transmissão, foram construídos 189km de linha de alta tensão, registrando um acréscimo de 2,4% em relação ao total de linhas existentes até 1983; houve ainda o reisolamento de 45km de linha, de 69kV para 138kV. Em relação à transformação, houve um aumento de potência de 336,2MVA, correspondendo a um acréscimo de 6,5% em relação ao total existente em 1983, sendo 168,25MVA em ampliações das capacidades das subestações existentes e 168MVA em novas subestações.

Foi concluída a instalação dos precipitadores eletrostáticos da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fase A, minimizando, assim, os problemas de poluição ambiental anteriormente existentes.

Em relação à Usina Hidroelétrica Dona Francisca, além de manter com recursos próprios a infra-estrutura da obra, já instalada, a CEEE está gerenciando, junto ao Governo Federal, a antecipação do início das obras e a data prevista para operação da Usina para 1989. Atualmente, foram concluídos estudos internos e encontra-se em andamento o relatório do IPH relativo ao modelo reduzido da usina.

No que se refere à expansão da transmissão, foram construídos 189 km de linha de alta tensão, registrando um acréscimo de 2,4% em relação ao total de linhas existentes até 1983; houve ainda o reisolamento de 45 km de linha, de 69 kV para 138 kV. Em relação à transformação, houve um aumento de potência de 336,2MVA, correspondendo a um acréscimo de 6,5% em relação ao total existente em 1983, sendo 168,25MVA em ampliações das capacidades das subestações existentes e 168MVA em novas subestações.

O setor de distribuição, em seu programa de expansão, cujo projeto principal conta com recursos do BIRD, construiu 669,7km de alimentadores e 2.963,3km de redes de distribuição no período 1981-84, sendo que, somente neste último exercício, foram construídos 80,6km de alimentadores e 457,9km de redes. Esse

projeto continua sendo implementado através da aquisição de materiais e equipamentos em concorrências internacionais, com participação expressiva da indústria nacional.

Como resultado desse projeto, foi implantado o Programa de Ligações de Consumidores de Baixa Renda que visa beneficiar com serviço de energia elétrica cerca de 35.000 habitações da população na periferia das grandes cidades do Estado até 1985.

O Programa de Eletrificação Rural para o Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu-se com o objetivo de levar energia elétrica à zona rural, visando à melhoria das condições de vida do homem do campo e a implementar a estratégia do Plano Nacional de substituição de derivados de petróleo.

Contando com recursos próprios, da comunidade, do Governo do Estado e do Governo Federal, a CEEE estima desenvolver 1.865 obras, totalizando 3.600km de redes rurais, para atender a 8.085 consumidores ligados em redes novas, com um investimento total da CEEE de Cr\$ 5,1 bilhões.

Nesse sentido, a rede rural foi ampliada em 3.600km, a fim de proporcionar a ligação de 12.568 consumidores rurais e a adequação do sistema elétrico existente para proporcionar a substituição de motores a Diesel por elétricos na safra 1985/86.

O número de consumidores rurais atendidos pela CEEE passou de 127.194 para 139.620, ou seja, obteve um crescimento de 9,9% em relação ao ano de 1983. Esse fato deve-se ao empenho da CEEE e do Governador do Estado em levar avante os programas de eletrificação rural que se constituem em uma de suas metas.

Paralelamente, está sendo desenvolvido o projeto Fronteira Oeste, buscando a substituição de derivados de petróleo por energia elétrica.

O projeto Fronteira Oeste depende da conclusão das obras de infra-estrutura, ou seja, construção do Alegrete 2, Livramento 2, Bagé 2 e Presidente Médici, que estava prevista para 1985 e, devido à falta de recursos, foi postergada para 1986.

2.15.3 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

Desde 1980, o Rio Grande do Sul sofre os efeitos da crise mundial, expressa inclusive por taxas de crescimento negativas.

A Companhia Riograndense de Telecomunicações, como inúmeras empresas brasileiras, vem passando por momentos de dificuldades financeiras provocadas pelo alto custo do dinheiro em razão das dívidas assumidas para realizar as expansões no sistema telefônico. Nessas ocasiões, surgem como fatores preponderantes a criatividade e a agilização de todos os processos da Companhia através da participação efetiva do seu corpo funcional e do cumprimento das políticas e diretrizes do Estado, notadamente daquelas que priorizam o combate ao êxodo rural e vêem as telecomunicações como uma medida importante para manter o homem no campo. A CRT está desenvolvendo um programa de instalação de telefones junto

aos distritos industriais do Interior, para evitar que as indústrias deixem de se instalar por dificuldades de comunicação. Daí a importância que vem sendo dada aos programas de interiorização, sem descuidar daqueles que, pelas características da planta instalada, podem atualmente ser autofinanciáveis.

Medidas gerenciais na área administrativa, como a centralização das compras, permitem a racionalização e a busca de melhores preços no mercado, reduzindo conseqüentemente os custos com expansão e operação do sistema.

Na área operacional, cabe salientar a preocupação com o usuário dos serviços telefônicos através de uma permanente prestação de contas quanto à qualidade e à justiça tarifária dos serviços. Há que se focar, nessa área também, o esforço em disseminar o conceito e a aplicação do "marketing" empresarial, como meio para integrar todo o corpo funcional em busca da prestação de mais e melhores serviços de acordo com as necessidades do usuário.

Apesar de todas as dificuldades por que passou a Companhia em 1984, foram saldados débitos no montante de Cr\$ 140 bilhões, o que permitiu o cumprimento das obrigações com os empreiteiros e fornecedores, e ainda se pode apreciar, ao final do primeiro semestre, um lucro da ordem de Cr\$ 398 bilhões.

Esses resultados são efeitos das medidas tomadas, algumas arroladas acima, e permitem, a partir dos objetivos traçados para 1985, antever de forma otimista a recuperação gradativa da CRT, para satisfação de seus acionistas e funcionários.

Considerando que significativa parcela da população gaúcha, face ao baixo poder aquisitivo, ainda não tem condições de acesso aos serviços telefônicos e que estes desempenham efetiva função social, atendendo a numerosas necessidades individuais e coletivas, a CRT desenvolveu o Plano de Popularização do Telefone que teve seu início no mês de julho de 1984 com a instalação de 208 novos telefones públicos, dando condições de comunicação a 200 vilas populares. Através do Plano de Popularização do Telefone, pretende-se instalar um total de 2.300 telefones públicos em cerca de 1.277 vilas populares de 164 municípios até o seu final, em 1986.

Em 1984, a CRT instalou 23.986 novos terminais telefônicos automáticos e manuais em todo o Estado do Rio Grande do Sul através dos Planos de Expansão n.ºs 9, 10 e 11, o que representou um ganho na planta instalada de 11.592 terminais. Até o final do ano de 1984, a Companhia atingiu um total de 395.948 terminais instalados, dos quais 373.931 automáticos e 22.017 manuais.

Com relação ao sistema interurbano, terá continuidade, em 1985, a ampliação da canalização, de forma a possibilitar o escoamento do tráfego telefônico dos atuais e futuros planos de expansão até 1987.

A partir de 1985, estarão entrando em operação os serviços de telecomunicações do Plano 12, apoiados integralmente na infra-estrutura implantada em planos anteriores, o que permite a sua viabilização econômico-financeira. Serão contempladas 40 sedes municipais através desse Plano, num total de 59.000 terminais.

Ainda em 1984, foi aprovado e encontra-se em execução o Plano 13, cujo objetivo é automatizar os serviços telefônicos de localidades atendidas por serviços manuais, de forma viável técnica e financeiramente mediante a participação das

comunidades beneficiadas. Serão contempladas 31 sedes municipais e 4 distritos, num total de 7.700 terminais.

Atendendo à preocupação governamental de proporcionar ao homem do campo condições básicas à sua permanência no meio rural, encontra-se em execução um plano de implantação de 484 postos de serviços nos 242 municípios em que a CRT é responsável pela prestação dos serviços telefônicos, o qual tem uma duração prevista de três anos.

2.15.4 — COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

A Companhia Riograndense de Mineração, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, executa a política mineral do Estado do Rio Grande do Sul desde 1947, através de prospecção mineral, pesquisas minerais e tecnológicas, lavra, beneficiamento e comercialização do carvão mineral.

Desde 1977, a CRM, visando ao aumento de sua capacidade de produção de carvão, vem projetando e executando a ampliação e a implantação de minas, tanto em subsolo quanto a céu aberto.

Assim, objetivando a ampliação da capacidade de produção da Mina do Leão I, foi instalado e está operando desde meados de 1983 um conjunto de frente larga ("longwall") que está servindo de treinamento para o pessoal de todos os níveis que deverá operar as cinco unidades "longwall", com 150 metros de extensão cada uma, da Mina do Leão II em implantação, cujo projeto já está com mais de 50% da obra instalada.

O Programa Carvão, em andamento, visando ao escopo de aumentar a produção, é composto de três projetos.

No Município de Bagé, está em execução o Projeto de Ampliação da Mina de Candiota, a céu aberto, que virá aumentar 3,5 vezes a atual capacidade de produção que é de 800.000t/ano. O início da operação está programado para meados de 1985, e a obra visa a atender às demandas da segunda fase da Usina Presidente Médici, que de 126MW passará a produzir 446MW, e da indústria cimenteira. A escavadeira para descobertura do carvão, com capacidade de caçamba da ordem de 38 jardas cúbicas, já está sendo montada na referida mina. Mais duas escavadeiras, com capacidade de 12 jardas cúbicas cada uma, deverão ser recebidas em meados de 1985. No Projeto está inserida a construção de uma usina de beneficiamento com capacidade final de processamento de 800t/hora que deverá ser implantada em módulos.

O Projeto da Mina do Leão II, em implantação no Município de Butiá, é de subsolo e será totalmente mecanizado, devendo produzir 2,4 milhões t/ano de carvão R.O.M. A usina de beneficiamento terá capacidade para processar 600 t/hora, visando à obtenção de um produto, carvão beneficiado, que atenda às necessidades do mercado, principalmente à indústria cimenteira, à termoeletricidade e à gaseificação; neste particular, registra-se o fato de que a Mina do Leão II nasceu sob a égide do Projeto de Gaseificação da Petrobrás que se propunha, conforme contrato firmado com a CRM em outubro de 1984, a consumir 400.000 t/a de carvão CE-5.900, absorvendo, praticamente, a capacidade nominal da mina supra-referida.

O Projeto Mina do Iruí, em implantação no Município de Cachoeira do Sul, é uma mina a céu aberto, com produção prevista de 1,56 milhão t/ano de carvão R.O.M. Faz parte também do Projeto uma usina de beneficiamento com capacidade de processar 400 t/hora, e seu principal mercado deverá ser a indústria cimenteira e a termoeletricidade.

No concernente à mineração de ouro, a CRM está desenvolvendo o Projeto da Mina João Ricardo de Souza em Lavras do Sul para lavra dos filões auríferos. Os estudos finais, para a caracterização do minério de ouro, estão sendo realizadas pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) no Rio de Janeiro.

Paralelamente, a fim de utilizar a disponibilidade de pessoal e equipamentos da mina, passou-se à lavra do minério aluvionar, cuja produção, em 1984, ficou acima de 11,5 kg, representando um significativo acréscimo em relação ao ano anterior.

2.15.5 — COMISSÃO ESTADUAL DE ENERGIA (CENERGS)

Para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, com base nas diretrizes fixadas no Plano de Ação para o quadriênio 1983-86 que definiu novas proposições a serem priorizadas no setor energético estadual, a Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Energia entendeu necessário reorganizar a sua forma de funcionamento, buscando aperfeiçoar-se, ajustando-se às novas proposições e características das atividades a serem desenvolvidas.

Assim, a CENERGS, a nível da Secretaria Executiva, instituiu, no ano de 1984, uma estrutura para atender ao conjunto das suas necessidades, tendo, para cada setor, definido os projetos e atividades a serem executados.

Durante o ano de 1984, a CENERGS desenvolveu diversos estudos, participou de encontros e seminários, bem como promoveu a publicação de pesquisas na área de energia.

Entre os trabalhos desenvolvidos, merecem destaque as publicações, Balanços Energéticos Consolidados do Estado do Rio Grande do Sul; Planejamento Energético Estadual; e Estudos sobre Lenha e seus Derivados.

A CENERGS tem-se feito presente também em reuniões técnicas cujos temas versem sobre energia, tais como as reuniões do Convênio Brasil-Alemanha sobre Tecnologia na Área do Carvão Mineral e do Planejamento Energético; da Comissão Interestadual do Carvão; e da Comissão Técnica de Projetos Metalúrgicos da Associação Brasileira de Metais.

A CENERGS participou da redação da minuta do decreto-lei que visa à criação do Conselho Nacional do Carvão, documento depois referendado pelos Governadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná que, em reunião do CODESUL, em Porto Alegre, decidiram solicitar ao Governo Federal a criação do mencionado Conselho.

2.16 — TRANSPORTES

2.16.1 — SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

A Secretaria dos Transportes é responsável, no Estado, pela coordenação da política de transportes, subdividida em seus três setores fundamentais — transporte rodoviário, transporte hidroviário e transporte aeroviário —, estando a execução destas três modalidades a cargo de seus órgãos vinculados, respectivamente, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras; Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais; e Departamento Aeroviário do Estado.

A ação desenvolvida no exercício de 1984 buscou a compatibilização entre as diretrizes básicas estabelecidas no Programa de Governo 1983/87 e a criação de condições para o emprego coordenado das diversas modalidades de transportes, dando prioridade para o escoamento da produção agrícola e industrial.

2.16.2 — DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

No Programa dos Transportes, podemos considerar 1984 como “Ano Rodoviário”.

O setor atingiu e superou todos os níveis de desenvolvimento até então alcançados, pois foram pavimentados 257km de rodovias.

Procurando ainda mais o progresso do nosso Estado e o bem-estar da nossa população em particular, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem firmou, neste ano, 54 contratos para, em regime de empreitada, executar pavimentação e restauração de rodovias e obras de arte especiais, distribuídas em todos os quadrantes do Rio Grande do Sul. Dentro desse objetivo, foram realizados: 250km de terraplenagem, 234km de pavimentação de rodovias e 666m de obras de arte especiais.

O DAER foi também responsável pela conservação de 10.573km de rodovias, sendo que 9.062km são do Plano do Estado e 1.511km são rodovias federais delegadas. Estes serviços estiveram a cargo de 17 unidades de conservação, localizadas nas regiões “pólos” do Estado, e constaram de: patrolagem, roçadas manuais e mecânicas, revestimento primário, capa selante e tratamento superficial e sinalização horizontal.

Paralelamente à conservação, essas unidades estiveram empenhadas na construção, por administração direta, de novas rodovias e obras de arte especiais, melhorando e ampliando, dessa maneira, nossa malha rodoviária, utilizando pessoal e equipamento próprio do Departamento. Para atingir esses objetivos, foram rea-

lizados: 23km de recapeamento asfáltico de rodovias, 127km de terraplenagem e 348m de obras arte especiais.

Com vistas à integração entre outros setores de transportes, o DAER promoveu, no período, em conjunto com o Departamento Aeroviário do Estado, as licitações para construção e melhoramento de sete aeroportos, cujas obras, numa extensão total de 7.150m, estão sendo acompanhadas e fiscalizadas pelos dois Departamentos.

O DAER prestou assistência técnica a municípios do Estado, elaborando projetos geométricos de vias urbanas e rurais (85,6km); projetos estruturais de pontes, (830m); levantamento de perímetros urbanos de municípios (66,8km); e levantamento hodográfico de redes municipais (2.271km).

Cabe ainda salientar, dentro do Programa, a elaboração de estudos e projetos rodoviários com as seguintes realizações: projetos geométricos (414km); projetos de pavimentação (430km); projetos de pontes (1.100km); e projetos de sinalização de trechos rodoviários (253km).

2.16.3 — COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

Durante o ano de 1984, a CINTEA desenvolveu suas atividades normais de conformidade com suas finalidades legais, segundo três objetivos bem definidos:

- construção e melhoria de estradas vicinais;
- construção de obras de arte especiais (pontes);
- construção de aterros às obras de arte especiais e execução de terraplenagens diversas de interesse dos municípios associados.

A construção e melhoria de estradas alcançou a extensão total de 1.953km, sendo 392km de construção e 1.561km de melhoria. A meta anual prevista para o Governo Jair Soares é de 2.000km. Alcançou-se 97,7% da previsão, faltando 2,3% para a mesma ser atingida. Esta constatação, se for considerada a ocorrência de um clima excepcionalmente chuvoso de maio a setembro, o que prejudicou em muito o andamento dos trabalhos, revela uma produção satisfatória da Companhia, através dos 14 escritórios regionais, compensando-se o período prejudicado com o bom rendimento nos meses normais.

No tocante à construção de pontes, a produção em 1984 foi excelente, tendo sido executadas 76 obras, perfazendo um total de 2.426m.

Esse resultado ultrapassa a meta anual prevista que é de 1.900m, em 27,7%. No período, foram iniciadas 10 obras integrantes do Programa de Recuperação do Sistema Viário da Região Sul II, PROVIASUL II, com recursos parciais do Ministério dos Transportes. Trata-se da reconstrução de 10 pontes importantes que foram destruídas pelas violentas chuvas que ocorreram em maio de 1984.

Quanto aos aterros de acesso a pontes, a produção no ano foi recorde, tendo alcançado o volume de 433.920m³. Em terraplenagens diversas de interesse dos municípios associados, o volume executado foi de 127.135m³.

Cabe referir o intenso trabalho desenvolvido pela Companhia nos meses de maio a setembro, de caráter emergencial, de auxílio aos municípios na recuperação do sistema viário prejudicado pelas chuvas.

Deve ser referida a conclusão de 5km de um trecho de 12km entre a RS-509 e Trombudo (Santa Cruz do Sul), onde se realiza, em caráter experimental, pavimentação de baixo custo. Essa obra vai servir para melhor se organizar o Programa de Pavimentação de Baixo Custo, a ser iniciado em 1985.

2.16.4 — DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

A realização das políticas de transporte hidroviário, coordenadas pela Secretaria de Transportes e atendendo às diretrizes do Plano de Governo, está a cargo do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), cujos objetivos fundamentais são:

— realizar a exploração comercial dos portos, pela movimentação de mercadorias;

— manter as condições de navegabilidade e segurança das hidrovias interiores e dos canais de acesso aos portos.

Embora 1984 tenha sido um ano particularmente difícil para a economia do Estado, o DEPRC manteve um desempenho satisfatório no sentido de oferecer a infra-estrutura necessária para o crescimento de movimentação de mercadorias nos portos.

O acréscimo de movimentação deve-se, basicamente, ao fluxo de exportação de mercadorias para o Exterior, que tem crescido significativamente com os produtos do complexo soja (grão, farelo e óleo), exportação de calçados, fumo, produtos siderúrgicos, petroquímicos e derivados de petróleo.

No sentido de manter as condições de operacionalidade dos portos e hidrovias, foram realizadas algumas obras de manutenção e recuperação, bem como desenvolvidos projetos de reaparelhamento e racionalização, considerados prioritários dentro do plano de desenvolvimento portuário.

As obras de recuperação do Terminal de Trigo e Soja no Porto de Rio Grande, executadas pela PORTOBRÁS, após o incêndio que destruiu parcialmente sua estrutura, já permitem sua utilização provisória, devendo esta ser plenamente reestabelecida para o início do escoamento da safra de 1985.

Também as obras de recuperação do Pier Petroleiro do Porto de Rio Grande, executadas com recursos da União e do Estado, estão em fase de conclusão, devendo as instalações serem entregues já no próximo ano.

Visando a melhorar as condições de operação de cargas containerizadas, está sendo implantado no Porto de Rio Grande, em conjunto com o Consórcio de Terminais de Containeres (CONTECON), o aparelhamento do Terminal de Containeres.

O porto marítimo recebeu, ainda dentro do programa de reaparelhamento

portuário desenvolvido pela PORTOBRÁS, 4 guindastes de 12t para granéis sólidos e 1 guindaste de 40t para containeres.

Dentro de um programa de racionalização e produtividade do sistema portuário nacional, o Porto de Rio Grande desenvolveu projetos de desburocratização administrativa, que deverão ser implementados efetivamente a partir de janeiro de 1985, bem como de treinamento de pessoal do Terminal de Trigo e Soja, desenvolvido em conjunto com o Centro de Treinamento da PORTOBRÁS.

No Porto de Porto Alegre, estão sendo desenvolvidas, no corrente ano, obras de conservação das instalações, tais como a cobertura do armazém B-2 e de adaptação de um armazém antigo para utilização como almoxarifado, visando a maior segurança e controle dos materiais.

Está sendo realizado um estudo de viabilidade e desenvolvimento do Porto de Porto Alegre, em conjunto com a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) com a PORTOBRÁS, estando prevista a conclusão para início de 1985.

Objetivando a melhoria e a manutenção das condições de navegabilidade do tráfego hidroviário, foram executados serviços de dragagem para o Terminal de Produtos Petroquímicos da COPE SUL, no Porto de Rio Grande, com recursos próprios da COPE SUL.

Manteve-se a continuidade na execução dos projetos desenvolvidos com recursos do Estado, visando à segurança da navegação nos canais de acesso a bacias de evolução dos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, com a produção e colocação de blocos de pedra no molhe leste da Barra de Rio Grande num total de 50.000t.

Ainda dentro desse objetivo, foi executada a substituição do balizamento luminoso de lanternas de acetileno na Lagoa dos Patos, por lanternas elétricas, bem como realizada a dragagem de alargamento e limpeza dos canais num total de 906.900m³.

Dando continuidade às atividades de manutenção das condições de navegabilidade e segurança do tráfego de embarcações nas hidrovias interiores, foram executados serviços de dragagem nos Rios Jacuí e Taquari num volume de 378.898m³. Foram ainda realizadas: 252 visitas de inspeção às estações hidrometeorológicas; colocação e manutenção de 433 sinais; execução de 61km de poligonais nas hidrovias interiores e de 130km de sondagens batimétricas e ecobatimétricas.

O Departamento tem buscado aumentar a produtividade do seu Parque Náutico, executando, em suas oficinas de reparos navais, obras de conservação, manutenção e transformação de dragas e embarcações de serviço.

No corrente ano, foi substituído o sistema de guinchos manuais da draga Santo Amaro por sistema hidráulico. No Estaleiro de Triunfo, foi colocada na carreira a Draga Santo Amaro, para recuperação do casco e transformação do sistema energético de óleo para lenha, visando a uma pesquisa experimental para redução do custo operacional.

2.16.5 — DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)

Considerando as prioridades estabelecidas no Programa de Governo 1983/87, o Departamento Aeroviário do Estado cumpriu com diversas metas, todas voltadas ao desenvolvimento aeroportuário do Estado no ano de 1984.

Destaca-se, entre os objetivos atingidos, a conclusão da pavimentação dos Aeroportos de Santa Cruz do Sul, Rio Grande e Caxias do Sul, num total de 120.510m² de área pavimentada. Encontram-se em andamento obras nos aeroportos de: Canela, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Bom Jesus, Campo Novo, Iraí, Mostardas, Santa Rosa e São Luís Gonzaga, que atingirão um total de 274.550m² de área pavimentada, quando estiverem concluídas, o que deverá ocorrer durante o exercício de 1985. Os recursos absorvidos por essas obras em 1984 atingiram Cr\$ 2,4 bilhões.

Dentro do objetivo de executar serviços de conservação e melhoramentos em aeroportos de modo a elevar a segurança na operação de aeronaves e, conseqüentemente, de seus usuários, incluindo ceifamento, regularização, compactação de pistas, cercamento de áreas aeroportuárias, estradas de acesso e sinalização das pistas de pouso, o DAE efetuou serviços de manutenção nos aeroportos de Cachoeira do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Três Passos, Ijuí, Iraí, São Gabriel, São Luís Gonzaga, Torres e Belém Novo, num total de 640.000m² de área trabalhada, o que consumiu recursos num montante de Cr\$ 112 milhões.

Em colaboração com o DAER, o DAE deu início às obras de pavimentação de 7 aeroportos, num total de Cr\$ 9,9 bilhões, nas localidades de Bom Jesus, Campo Novo, Caxias do Sul, Iraí, Santa Rosa, São Luís Gonzaga e Mostardas.

O DAE investiu em terraplenagem de aeroportos e serviços de manutenção em aeroportos de centros turísticos.

Dentro do objetivo de conceder auxílios a entidades aerodesportivas, o DAE subvencionou, em 1984, 13 aeroclubes, num total de Cr\$ 2,6 milhões.

Destacam-se, ainda, os recursos obtidos junto ao Ministério da Aeronáutica para o Aeroporto de Passo, num montante de Cr\$ 700 milhões.

2.17 – PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO

2.17.1 — SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP)

A Secretaria de Coordenação e Planejamento vem, desde 1977, empenhando-se na implantação do Sistema Estadual de Planejamento (SEP/RS), tarefa que tem sido desenvolvida gradativamente. Em 1984, o SEP/RS desenvolveu atividades nas áreas de Acompanhamento Físico-Financeiro de Projetos (SAFFI); elaboração e análise dos programas e projetos do setor público; acompanhamento do Programa de Governo; elaboração e análise de estudos espaciais; e acompanhamento das atividades de planejamento, documentação e informação técnica e estatística.

O SAFFI desenvolveu ações no sentido de subsidiar o planejamento governamental, tais como a emissão de relatórios mensais atualizados dos investimentos do setor público, a edição do documento Análise dos Investimentos do Setor Público-RS/1982-1983 e o acompanhamento, a nível municipal, dos investimentos do Estado.

Quanto a programas e projetos, realizaram-se a adequação e a atualização dos programas setoriais ao Programa de Governo mediante a realização de reuniões de integração com as setoriais de planejamento de cada secretaria de Estado, buscando-se a articulação com a Secretaria da Fazenda, via orçamento anual do Estado, e com o Governo Federal.

No que diz respeito ao acompanhamento do Programa de Governo 1983/87, a SCP reiniciou suas atividades visando a acompanhar as realizações dos órgãos do setor público estadual e a proceder à avaliação das ações governamentais em relação às proposições iniciais e aos objetivos setoriais, com cadastramento dos mesmos.

A área de estudos espaciais realizou a avaliação e análise comparativa dos resultados apresentados na 3.^a etapa do levantamento (1983) referente ao projeto Equipamentos Públicos, Comunitários e Urbanos. Desenvolve, ainda, pesquisa e estudos para o planejamento no que se refere à elaboração de um modelo referencial e ao Sistema Estadual de Planejamento.

Na área de acompanhamento e apoio às atividades de planejamento, são desenvolvidas ações no sentido de divulgar a programação do Sistema Estadual de Planejamento/RS, bem como suas publicações em geral.

Quanto às atividades na área de documentação, em 1984, realizaram-se: a seleção, tratamento e disseminação de documentos provenientes de periódicos não técnicos; a emissão de documentos, via computação, de índices alfabéticos mensais; e a elaboração e distribuição de índices das Ordens de Serviço do Governador.

Com relação ao Subsistema Estadual de Informação Técnica e Estatística (SEITE), em 1984, foram tomadas iniciativas no sentido de sua reestruturação.

Apoiando a modernização administrativa dos órgãos e sistemas da Administração pública estadual, a SCP vem desenvolvendo estudos visando à racionalização, ao desempenho e à eficiência dos serviços estaduais. Com tal objetivo, o Programa de Modernização e Racionalização Administrativa, gerenciado por essa Secretaria, vem apresentando resultados substanciais no que concerne à continuidade do Projeto Agilização dos Serviços de Atendimento ao Público, bem como à consultoria de organização.

Da mesma forma, as Ordens de Serviços n.ºs 18 e 30, referentes à análise de estrutura organizacional e viabilidade técnica da contratação de pessoal, apresentam-se como atividades constantes dessa Secretaria, visando a adequar necessidades das estruturas organizacionais à disponibilidade de recursos humanos.

Já atendendo ao Decreto n.º 31.202, de julho de 1983, que disciplina a admissão de estagiários na Administração pública estadual, a SCP vem estabelecendo cotas de estagiários para os órgãos estaduais, conforme dispõe o Decreto.

O Programa de Avaliação do Desempenho das Estatais é instrumento criado pelo Governo do Estado, buscando evitar que a redução do gasto público, imposto pela necessidade de manter o déficit da Administração estadual em níveis suportáveis, ocasione expressiva queda no ritmo de expansão dos serviços públicos.

O Programa deve alcançar seus objetivos desenvolvendo projetos que proporcionem às entidades da administração descentralizada maior eficiência na aplicação dos recursos disponíveis, possibilitando a manutenção da taxa de expansão aos serviços com menor volume de recursos.

Desde março de 1983, a SCP tem-se voltado para a avaliação do desempenho dos órgãos da Administração Indireta, inicialmente cadastrando 55 entidades e registrando, entre outras informações, o nome da entidade e sua sigla, a secretaria de vinculação, a data e o ato de constituição, o endereço, o telefone e o telex, a natureza jurídica, a nominata da diretoria, os balanços, a composição acionária e o capital social.

Foram realizadas análises econômico-financeiras de empresas estatais, abordando aspectos tais como margem de garantia, endividamento, grau de imobilização, situação financeira e rentabilidade, permitindo, portanto, uma primeira visão de sua evolução.

Elaborou-se, também, uma metodologia para determinação e análise da produtividade das organizações sob o aspecto físico e, quando possível, financeiro e econômico. Ainda, em 1984, procedeu-se à elaboração e análise da produtividade de seis organizações da Administração Indireta.

Foi desenvolvido um sistema para implantação do Orçamento Empresarial nas Estatais do Rio Grande do Sul. Em 1985, será implantado em 13 empresas, prevendo-se a extensão a todas as entidades sob o controle do Estado em 1986.

A SCP é responsável, ainda, pela elaboração, execução e controle da programação anual de importações do Estado, através da Comissão Estadual de Coor-

denação dos Núcleos da Articulação com a Indústria (CECNAI), pelo levantamento da oferta de tecnologia no Estado do Rio Grande do Sul, por meio de um sistema de informações denominado Balcão de Tecnologia, pelo direcionamento das compras de manufaturados e pelo setor público do parque industrial do Estado.

A programação anual de importações para 1984 resultou num acréscimo de 97% em relação à de 1983, e de 77% em relação à de 1982.

As atividades desenvolvidas pelo Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO/RS), criado pelo Estado, visando a amenizar o problema financeiro das prefeituras na concessão de financiamentos e auxílios aos municípios *para aplicação em obras de infra-estrutura urbana (pavimentação, calçamento, iluminação e praças)*, estabelecem um canal de comunicação permanente, direto e informal com a instância municipal, através do contato com os prefeitos que redundam em contribuição valiosa na alimentação do sistema de informações para o processo de planejamento.

A SCP coordenou as atividades do Grupo de Trabalho designado pelo Governador do Estado para viabilizar formas de capitalização das empresas estatais gaúchas. Foram identificados todos os tipos de participação do Estado nessas entidades e apresentadas sugestões básicas que visam ao redimensionamento dessa participação.

Em 1984, o FUNDURBANO/RS firmou 199 contratos de financiamento, cujo valor alcançou a casa de Cr\$ 3,725 bilhões, representando um acréscimo de 238,3% em relação ao exercício de 1983.

Além do FUNDURBANO/RS e funcionando junto a ele, a SCP dispõe de um setor que concede auxílios aos municípios, sendo que a maior parte deles se destina à área rural, basicamente para a recuperação de estradas. Nesse exercício, foram autorizados 170 auxílios, no montante de Cr\$ 1,082 bilhão, aplicados em telefonia, saúde, educação, saneamento e estradas alimentadoras.

Ainda em 1984, a SCP recebeu a aprovação para a nomeação de 21 técnicos em planejamento, selecionados em concurso público, para reforço do quadro de técnicos em planejamento, constituindo importante investimento em recursos humanos com vistas ao melhor atendimento das funções que competem a essa Secretaria.

2.17.2 — CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS (CONRHIRGS)

A atuação do Conselho de Recursos Hídricos, no ano de 1984, foi desenvolvida segundo três linhas: estudos básicos, projetos específicos e ações de coordenação.

Estudos Básicos

O estabelecimento de um plano de utilização e recuperação de recursos hídricos tem como premissa o conhecimento da situação atual e potencial de uso dos recursos hídricos em cada bacia hidrográfica ou sub-bacia, envolvendo tanto os corpos de água como os fatores que sobre eles interferem.

Assim, num primeiro momento, as bacias do Alto Uruguai e Médio e Baixo Uruguai foram divididas em 15 sub-bacias (Resolução nº 03.1, de 03.09.84), estando em estudo o método de diagnóstico que permita alcançar o balanço hídrico em cada uma delas.

Foi escolhida como piloto a sub-bacia dos rios Apuaê/Inhanduva, sobre a qual já estão concluídos os inventários de informações relativas à divisão político-administrativa, hidrografia, topografia, cobertura florestal, sistema viário, climatologia e pluvio-fluviometria.

As informações sobre área, população rural e urbana e respectivas taxas de crescimento referem-se ao Estado.

A adequação das estatísticas do Setor Primário do Estado, da base município-microrregião para bacia hidrográfica, está a cargo da PROCERGS, já tendo sido concluída a montagem do respectivo sistema de processamento das informações.

Projetos Específicos:

- Projeto de Previsão de Cheias do Rio Uruguai;
- Projeto de Alerta Contra Inundações do Rio Grande do Sul;
- Projeto de Águas Subterrâneas;
- Projeto de Pesquisa da Lagoa dos Patos;
- Projeto de Avaliação de Qualidade de Água;
- Projeto Lagoa dos Barros.

Ações de Coordenação:

- reuniões de órgãos colegiados do Sistema de Recursos Hídricos;
- negociação com o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia para novo convênio de colaboração técnica;
- negociações com o Ministério do Interior para assinatura de convênio que viabilize a utilização para irrigação de partes das águas da barragem do Rio Passo Fundo;
- depoimento, em conjunto com o Senhor Chefe da Casa Militar do Governo do Estado, prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados para avaliar a utilização dos recursos hídricos do Brasil e posterior análise e emissão de parecer sobre a minuta do relatório final.
- apresentação sobre a experiência do Rio Grande do Sul na administração de recursos hídricos feita no Encontro sobre Alternativas Organizacionais promovido pelo Conselho Extraordinário de Reconstrução do Estado de Santa Catarina;
- participação do II Encontro Nacional de Órgãos Gestores de Recursos Hídricos promovido pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais.

2.17.3 — FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE)

No cumprimento de seus objetivos, onde se destaca a função de “fornecer subsídios quantitativos e analíticos no campo econômico com vistas ao processo decisório”, a Fundação de Economia e Estatística, durante o ano de 1984, deu prosseguimento ao seu trabalho sistemático e avançou na busca de elementos explicativos capazes de elucidar fenômenos e indicar alternativas de ação.

Assim, deu continuidade aos levantamentos que embasam publicações, cuja finalidade é permitir que o Governo, o empresariado e os interessados em geral no comportamento econômico pudessem acompanhá-lo. Essa oportunidade de acompanhamento, com periodicidade mensal, foi oferecida através do Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense e do Termômetro de Vendas, enquanto uma observação da conjuntura, em termos mais analíticos, foi propiciada pelos “Indicadores Econômicos”, trimestralmente.

Também na linha sistemática de atuação, prosseguíram os trabalhos de coleta e repasse de informações ao público; a análise das contas regionais, o acompanhamento e estudo de informações que subsidiam a análise anual do Desempenho da Economia Gaúcha, além de outros.

Sob o enfoque de estudo detalhado de problemas específicos, cuja relevância ou impacto induziram a realização de estudos de maior profundidade ou duração, podem-se citar, dentre os concluídos:

- A Economia Gaúcha e sua Inserção na Economia Nacional — estudo para delinear mais objetivamente as inter-relações e o grau de dependência do Estado da Unidade Federativa;
- O Estado no Pensamento Econômico Liberal — trata-se de um estudo de natureza histórica que procura mostrar como os economistas liberais pensaram o Estado e seu papel econômico;
- Contribuição para a Política Econômica — trabalho elaborado com o fito de abordar alguns aspectos decorrentes das decisões adotadas pelo poder público;
- Economia Brasileira na Crise — abordagem dos reflexos e repercussões da crise que afetou a economia nacional.

Em convênio com outros órgãos, foram concluídas as pesquisas: Oferta de Materiais de Construção e Oferta de Materiais de Construção de Origem Petroquímica.

Cumprir destacar, ainda, dentre as atividades sistemáticas, a realização de seminários internos, com eventuais convidados, visando à atualização e aperfeiçoamento do corpo técnico.

Dentro do Programa Planejamento Governamental, a Fundação de Economia e Estatística editou 49 estudos durante o ano de 1984, além de ter impresso 8 trabalhos realizados por outros órgãos. Dentre os estudos publicados pela Fundação, cabe destacar, na série Teses: A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul de

1950 a 1975, *A Participação da Alimentação na Inflação Brasileira nos Anos 70 — Uma Contribuição ao Debate e Evolução das Desigualdades Inter-Regionais de Renda Interna no Rio Grande do Sul — 1939-70*. Além desses, foram publicados: *Da Província de São Pedro ao Estado do Rio Grande do Sul*, vol. II, dando continuidade à divulgação de dados censitários, e *A Indústria da Construção: Uma Análise Econômico-Financeira*, tendo em vista a necessidade de se conhecer o desempenho empresarial no período 1976-82.

Em continuidade à publicação de periódicos que visam a divulgar dados quantitativos, foram editados: o *Mensário Estatístico Sul-Rio-Grandense* que consta de 12 edições mensais e de uma edição especial que contempla os dados anuais; *A Resenha Estatística do Rio Grande do Sul*, com dados anuais em português e em inglês que, tendo um formato compacto, é muito utilizada em eventos especiais e para distribuir a visitantes do Estado; o *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul — 1982*; e o *Termômetro de Vendas*, uma publicação mensal do comércio lojista de Porto Alegre, realizada com informações do CDL. Ainda nesta linha de periódicos, é discutida a conjuntura da economia gaúcha através dos *Indicadores Econômicos do RS*, uma publicação trimestral que aborda a situação da economia gaúcha, e o *Desempenho da Economia do RS-1983*, que considera a evolução econômica do ano, incluindo dados globais, tais como o crescimento da renda. Visando a sistematizar e a estimular o debate científico, é publicada a revista *Ensaio FEE*; e, objetivando divulgar informações da área técnico-estatística e atuar como veículo de integração entre os órgãos que compõem o SEITE, é editada a *Revista do SEITE*.

A FEE, ainda durante este ano, concluiu vários estudos. Alguns desses serão publicados em 1985, e outros são utilizados apenas para circulação interna. Dentre os trabalhos concluídos, por publicar, devem-se ressaltar: *O Panorama Setorial da Indústria de Transformação Brasileira e Gaúcha*, que faz uma análise abrangente do setor industrial; *o Emprego e Mercado de Trabalho do RS*, o qual será complementado por mais três subprojetos que analisarão diferentes aspectos sobre o mesmo assunto; *o Desempenho Recente da Indústria da Construção Civil no Rio Grande do Sul*, que dá continuidade a estudos semelhantes já realizados, contemplando o segundo semestre de 1983 e o primeiro semestre de 1984; e o *Anuário Estatístico do RS — 1983*.

Encontram-se já concluídos vários estudos que não serão publicados. Estes foram realizados visando a subsidiar outros trabalhos, a atender a contratos de prestação de serviços ou de cooperação técnica realizados com outras instituições e, ainda, para aprofundar algumas questões relevantes específicas. Dentre os trabalhos realizados em conjunto com outras instituições, cabem ser destacados: *Pesquisa de Oferta de Materiais de Construção* que compreendeu uma ampla pesquisa de campo em todo o Estado; *Pesquisa de Oferta de Materiais de Construção de Origem Petroquímica*; e o *Levantamento Cadastral do Comércio, Indústria e Alguns Serviços de Santana do Livramento*.

Além desses, foram igualmente concluídos: *O Estado no Pensamento Econômico Liberal*; *Contribuição para a Política Econômica*; *A Economia Gaúcha e sua Inserção na Economia Nacional*; *Dívida Externa Brasileira*; *Proposta para Elaboração de um Modelo Energético para o Rio Grande do Sul*; *A Economia Brasileira na Crise*; e *Abordagem Conjuntural da Economia Gaúcha — 1984*.

Outros estudos encontram-se em andamento, tendo seu término previsto, em

datas variadas, dependendo de sua complexidade e abrangência. Em relação às contas regionais, continuam sendo realizados: o Cálculo do Valor Agregado da Economia Gaúcha; a Balança Comercial do Rio Grande do Sul; e a Matriz Insumo-Produto Industrial e a Estimativa da Renda Municipal no RS. No que se refere ao Setor Primário, acham-se em elaboração, entre outros: Estudo da Diferenciação Social de Pequenos Produtores Rurais em Processo de Modernização; Desenvolvimento Agroindustrial da Economia Gaúcha; Agricultura e Capitalismo; A Relação da Pequena Produção Camponesa com o Capital: O Caso da Colonização Francesa no Rio Grande do Sul; e Estudo sobre a Evolução da Produtividade Agrícola no RS.

Já em relação ao Setor Secundário, encontram-se em fase de elaboração vários estudos, dentre os quais devem-se ressaltar: A Indústria de Bens de Capital no Rio Grande do Sul; Relações Estado e Empresariado Gaúcho no Pós-64; e Concorrência, Rentabilidade e a Dinâmica da Indústria Brasileira. Especificamente em relação à indústria de calçados, destacam-se: Progresso Técnico: O Caso da Indústria de Calçados do Vale dos Sinos; e Efeitos da Modernização sobre o Processo de Trabalho em Indústria de Calçados do RS: uma Análise Comparativa.

Além desses estudos já mencionados, devem-se enfatizar ainda os seguintes: Estudos sobre a Magnitude e a Natureza do Crescimento Sub-Regional do RS: 1939-75; A Política Salarial e a Capacidade de Investimentos do Setor Produtivo Estatal; Os efeitos do Investimento Público sobre o Emprego; Programa de Estudos de Política e Economia do Meio Ambiente; Manual Bibliográfico sobre História Econômica do RS; Condições de Vida na Grande Porto Alegre; Sistema Financeiro Nacional; Moeda e Inflação — uma aproximação clássica à experiência brasileira; Estudo sobre o Conceito de Região; O Sistema de Crédito Rural e Seus Reflexos sobre a Economia Gaúcha; Levantamento Cadastral do Comércio, Indústria e Alguns Serviços de Passo Fundo; e Cenários Sócio-Econômicos para o Rio Grande do Sul.

2.17.4 — FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

Durante o exercício de 1984, a Fundação de Amparo à Pesquisa pautou sua ação no sentido de orientar e auxiliar, dentro de suas limitações, o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica de nosso Estado. Sua múltipla e variada ação fez-se sentir nos diversos campos de pesquisa.

Segundo as normas que norteiam a Fundação, os projetos de pesquisa são deferidos em função das credenciais do pesquisador e de uma análise detalhada de pesquisa a ser realizada considerando sua importância e eficaz repercussão para o desenvolvimento do Estado, especialmente apoiando programas que beneficiarão os setores prioritários governamentais.

A FAPERGS propõe-se, através da formação de recursos humanos, a investir no homem, buscando seu constante aperfeiçoamento, para criar e produzir, com vistas, não só ao progresso científico e cultural, mas também ao progresso econômico e social.

Tendo como prioridade definida para o ano de 1984 a consolidação do Sistema Estadual de Pesquisa Científica e Tecnológica (SEPE), iniciou-se a integração

das instituições de ensino superior do Estado. A consolidação do sistema foi desenvolvida nesta área através da captação de recursos da FINEP e CNPq/SAREM, mediante eventos realizados em 11 instituições, além da Fundação de Zoobotânica, já integrada ao Sistema. Estes eventos permitiram uma melhoria significativa dos projetos de pesquisa gerados e de uma mais efetiva participação no sistema, gerando, ainda, subsídios valiosos à elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Estado.

Com a colaboração das universidades e institutos de pesquisas, a FAPERGS publicou a obra "Produção Intelectual Gaúcha em Ciências Exatas e Tecnologia", que divulga o trabalho realizado no Estado nas áreas das engenharia, física, astronomia, matemática, ciência da computação, química e tecnologia química, buscando propiciar maior entrosamento entre pesquisadores e usuários de ciência e tecnologia, bem como, difusão das experiências aqui desenvolvidas permitindo, assim, a integração com a comunidade científica de outros estados e do Exterior.

2.17.5 — SISTEMA ESTADUAL DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS (SEPED)

O Sistema Estadual de Processamento Eletrônico de Dados, criado pelo Decreto n.º 29.474, de 02 de janeiro de 1980, desenvolveu suas atividades, ao longo de 1984, voltando-se para duas frentes de trabalho:

- avaliação de processos: esta atividade foi expandida em relação à administração anterior. Atualmente, além de se pronunciar sobre a aquisição e o aluguel de equipamentos, o SEPED deve emitir parecer sobre contratação de serviços e recursos. Durante o ano de 1984, foram analisados pela Secretaria Executiva 31 processos, envolvendo aquisição e aluguel de equipamentos, bem como a contratação de serviços e recursos da Administração Direta, autarquias, sociedades de economia mista e fundações;
- participação em grupos de trabalho: a Secretaria Executiva do SEPED participou do Grupo de Trabalho criado pelo Secretário de Coordenação e Planejamento, com a finalidade de elaborar as diretrizes gerais para o uso da informática.

2.18 — ADMINISTRAÇÃO

2.18.1 — SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEA)

A Secretaria da Administração tem a seu encargo, na Administração pública estadual, a elaboração e a execução da política de pessoal, da política oficial de transportes e dos serviços gerais, bem como a supervisão da previdência e da assistência social ao servidor público, dos serviços gráficos e do desenvolvimento de recursos humanos.

No decorrer de 1984, destacaram-se várias realizações relativas aos aspectos de profissionalização e valorização do servidor público.

Visando ao estabelecimento de uma política salarial uniforme que estimule a profissionalização do servidor público, respeitadas as peculiaridades próprias dos diferentes órgãos, através de lei, passaram-se para o regime de triênios os quadros que adotavam os sistemas de quinquênios e unificou-se a contagem de tempo para este benefício; estenderam-se ao Quadro Geral as vantagens da Gratificação de Incentivo à Arrecadação adotada para os Quadros Fazendários; alterou-se para 44 horas semanais o regime de carga horária dos funcionários de nível superior do Quadro Geral; e deu-se cumprimento à lei que concede direito ao funcionário público estadual de incorporar gratificação ainda em atividade.

Além disso, foi instituída uma comissão com vistas a unificar a legislação de pessoal do Estado referente a sistema de carreira, vencimentos e vantagens, regime de trabalho e promoções.

No sentido de efetivar o servidor celetista que venha a completar 10 anos de serviço público, permitindo maior uniformidade de direitos e vantagens entre os servidores públicos, o Governo apresentou à Assembléia Legislativa projetos de lei sobre o assunto. Registra-se, também, que foram efetivados 1.344 funcionários estáveis, de acordo com as Leis n.ºs 7.133/78, 7.511/81 e 7.833/83.

Em decorrência da legislação que reduziu o tempo de serviço necessário à aposentadoria do magistério estadual, o número de aposentadorias neste exercício ainda superou os dos anteriores. E, com o objetivo de agilizar a concessão de aposentadorias, treinou-se uma equipe, editou-se o Manual de Orientação e distribuiu-se este material aos Núcleos de pessoal das demais secretarias, bem como às delegacias da Secretaria da Educação e Cultura (SEC).

Na execução da política de ingresso no setor público, houve a continuidade às restrições de admissões via contrato, procedendo-se ao ingresso através de prova seletiva de caráter competitivo, inclusive na Administração Indireta que realizou, em 1984, provas para 69 categorias funcionais distintas. Constituiu-se, também, um grupo de trabalho tendo em vista a "simplificação do sistema legal e dos procedimentos administrativos que regem os concursos públicos".

Com o objetivo de contar com um documento que forneça os dados exigidos ao debate e à implantação de uma política de recursos humanos, foi concluído o Levantamento e Diagnóstico da Força de Trabalho que orientará estudos e ações específicas, tais como a *necessidade de treinamento, remanejamento, criação de cargos, lotação e concursos públicos.*

Outrossim, como medida de grande alcance social entre os servidores estaduais, menciona-se o cumprimento à Lei nº 7.868/83 que permite o afastamento, durante um dos turnos do expediente, de mães de excepcionais em tratamento, com carga horária igual ou superior a 44 horas semanais.

A fim de prestar um serviço mais ágil e racional ao servidor, a SEA intensificou a utilização do processamento eletrônico de dados, inclusive na reorganização do controle de trâmite de processos e no recrutamento de pessoal. Com relação ao Banco de Dados de Pessoal, destacam-se a concessão de vantagens automáticas; o acesso às informações permitido às demais secretarias e Tribunal de Justiça através de terminais; e emissão de certidões de tempo de serviço para fins de aposentadoria no Estado, com base nos dados deste Banco, de acordo com a Lei nº 7.913/84; e o assessoramento e a utilização das informações pelo Tribunal de Contas para fins de fiscalização.

A SEA, através da administração do Centro Administrativo do Rio Grande do Sul (CAERGS), para oferecer melhores condições de execução das atividades técnico-administrativas nesse Centro, passou a dispor de áreas de estacionamento e a racionalizar o uso de salas de reuniões, auditórios e demais instalações.

Além de atender à Administração pública estadual, a SEA vem colaborando com os municípios através de assessoramento técnico a mais de uma dezena de *municípios que têm solicitado trabalho de classificação de cargos e funções, estatuto dos funcionários e reorganização administrativa.*

No que se refere à política oficial de transporte, a fim de disciplinar o uso de veículos do Poder Executivo, o Governo do Estado, através da SEA, tomou uma série de medidas visando a uma maior racionalização do uso e ao controle de sua frota.

Uma das primeiras medidas adotadas foi concluir o cadastramento e regularizar a situação dos veículos das Administrações Direta e Indireta e proceder à desativação daqueles que tivessem mais de 10 anos de serviço. Para isso, procurou-se modernizar o cadastramento geral dos veículos, passando-se a utilizar o sistema eletrônico de computação, ensejando a obtenção de relatórios gerenciais mais rápidos e precisos. A SUTERGS mantém hoje um total de 5.531 veículos cadastrados. Em 1984, foram desativados 453 veículos e adquiridos 104, dos quais 56 são a álcool.

A desativação de veículos movidos à gasolina e a incorporação de outros a álcool contribuíram para a diminuição do consumo daquele combustível, obtendo-se uma economia de quase 10 milhões de litros de gasolina e óleo diesel e de 10 milhões de quilogramas de "fuel-oil", aproximadamente Cr\$ 15 bilhões a preços correntes, em relação a projeções de consumo anteriores à Ordem de Serviço nº 12/83.

A SUTERGS está construindo sua Estação de Abastecimento e Serviços na

Avenida Ipiranga, nº 191, com uma área prevista de 450m², já estando aí instaladas as bombas que receberam um aumento de tancagem de 65.000 litros para 110.000 litros. Disso resultará não só economia de recursos, como também facilidade no atendimento aos 32 órgãos que, atualmente, se valem dos serviços da SUTERGS, pertencentes tanto às Administrações Direta e Indireta como aos Poderes Judiciários e Legislativo, além de outros órgãos da esfera federal.

A SUTERGS, durante 1984, não procedeu a locações de veículos, e praticamente todos os veículos das Administrações Direta e Indireta passaram a ser identificados para evitar desvios de uso e facilitar a fiscalização dos mesmos.

2.18.2 — COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas manteve uma sistemática de atendimento exclusivo às necessidades gráficas dos órgãos da Administração pública estadual, federal e municipal, demonstrando um significado aumento desses serviços, em continuidade a sua política de não-concorrência com a iniciativa privada.

Imprimindo realismo em suas atividades, a CORAG conseguiu repetir em 1984 o desempenho obtido no exercício de 1983, tendo em vista o Programa de Reestruturação Administrativa e Operacional desenvolvido desde o início da atual gestão que tem, como pressuposto básico, um melhor controle de todos os custos, diretos e indiretos, gerando, em consequência, um aumento na lucratividade da empresa, com diminuição nos níveis de endividamento e, sobretudo, com um crescente processo de capitalização da Companhia.

Embora a "performance" econômico-financeira da CORAG possa ser considerada excepcional, com indicadores bastante superiores aos parâmetros médios do setor gráfico, a Companhia desenvolveu uma atividade de caráter social, colaborando com o Governo do Estado em sua função de atendimento a entidades ou a pessoas carentes de recursos.

Com essa finalidade, visando a devolver à sociedade rio-grandense os dividendos de uma atividade voltada para o bem-estar da comunidade, a CORAG entregou ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul um milhão de cadernos escolares para serem distribuídos a estudantes carentes gaúchos. Destaca-se também a edição de livros didáticos.

Contudo, registra-se que houve um decréscimo de inserção de matérias no Diário Oficial do Estado de aproximadamente 9% em relação ao exercício anterior, pela ocupação de menores espaços, decorrente da racionalização adotada na composição das matérias publicadas.

2.18.3 — FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos vem cumprindo suas finalidades de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos de organismos públicos ou privados, quer estaduais, nacionais ou internacionais.

Em 1984, a diretriz básica da FDRH foi o treinamento e desenvolvimento de recursos humanos na área pública, onde foram habilitados um total de 12.000 servidores, sendo 3.581 funcionários e 8.409 professores do Sistema Estadual de Ensino.

Buscando atender às necessidades de treinamento, deu-se continuidade à descentralização da atividade de diagnose, execução e avaliação dos treinamentos através da organização de núcleos de desenvolvimento de recursos humanos em *diversos órgãos, dos quais foram capacitados 56 integrantes que deverão tornar-se agentes multiplicadores de treinamento.*

Desenvolveu-se também, na área de Administração pública, a atividade de interiorização das ações da FDRH através do empreendimento de eventos com a *finalidade de beneficiar servidores públicos em exercício no Interior do Estado.*

Com relação à preparação de recursos humanos na área de ensino, destacam-se aqueles trabalhos, que tratam especificamente do treinamento de professores e especialistas do Sistema Estadual do Ensino, cujas ações são norteadas por *prioridades estabelecidas pela SEC. Muitas dessas atividades foram desenvolvidas no Interior do Estado, abrangendo vários municípios.*

Entre as realizações mediante convênio, salienta-se o do Programa de Ciências do Rio Grande do Sul (PROCIRS), firmado com a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e que permitiu à FDRH o desempenho de um papel importante no ensino de Ciências mediante realização de debates e cursos ou ainda através de publicações, como o livro sobre Matemática Experimental.

Com a finalidade primeira de *difundir formas de utilização das potencialidades da tecnologia educacional e da informática, registra-se a realização de cursos e treinamentos através do Programa de Documentação e Informática, em que se desenvolveram treinamentos tanto para funcionários públicos como para funcionários de empresas privadas, possibilitando uma compreensão apropriada do uso da potencialidade tecnológica computacional.*

No que diz respeito ao treinamento e ao desenvolvimento de recursos humanos, especificamente na área da administração privada, a FDRH habilitou 947 pessoas. Entre esses treinamentos, citam-se o XII Curso de Especialização em Administração Agroindustrial, o I Curso de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Desenvolvimento Rural e o Programa de Comércio Internacional de Produtos Agroindustriais, do qual participaram técnicos do Brasil, do Panamá, do Peru, da Costa Rica, de Honduras, da Guatemala e do Paraguai.

No que concerne à elaboração de estudos e projetos de consultoria, a FDRH desenvolveu 22 projetos para diversos órgãos da Administração pública estadual, municipal e federal e nove projetos para a administração privada, especialmente, para cooperativas.

Ainda no referente à administração privada, deve mencionar-se a realização do IX Curso de Pós-Graduação em Administração de Recursos Humanos, além das ações encetadas no campo de desenvolvimento gerencial, no setor da indústria de transformação da borracha, através de consultoria de processo, de produto e de treinamento, especialmente o Curso de Tecnologia dos Elastômeros.

Na área de pesquisa, foram realizados 16 trabalhos relacionados a sistemas administrativos, educacionais, industriais, agrícolas e de informática para o setor privado. E na área pública, cabe destacar o diagnóstico dos centros de processamento de dados pertencentes aos órgãos da Administração do Rio Grande do Sul e a pesquisa sobre o processo histórico da Administração pública no Rio Grande do Sul.

**2.1 — PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
MÉDICO-HOSPITALAR**

2.19.1 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPE)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, no decorrer do ano de 1984, preocupou-se, sobremaneira, com a assistência médico-hospitalar prestada aos seus beneficiários. Neste sentido, adotou uma política de universalização do atendimento, credenciando, somente naquele exercício, 435 médicos, representando um incremento de 8% sobre o total de profissionais credenciados até então. Desta forma, demonstra-se o esforço e a preocupação da atual administração do Instituto em colocar à disposição de seus segurados e dependentes, em especial aos do Interior do Estado, um maior número de profissionais e o credenciamento de serviços especializados, evitando o deslocamento do beneficiário à Capital. A inclusão de novos procedimentos, até então não cobertos pelo Plano de Assistência Médica, veio complementar estas medidas preconizadas.

Paralelamente a estas medidas, já se encontram em estudo modificações no Plano de Assistência Médica Suplementar, no sentido de tornar mais abrangente a assistência médica prestada pelo Instituto.

Nesta área de saúde, cabe destacar os resultados obtidos através do Plano de Assistência Complementar (PAC), que teve um crescimento de 27,3% sobre o desempenho do ano anterior, no que se refere ao número de inscritos, e do Plano de Assistência Médica Suplementar (PAMES), que teve um aumento de 136,1%, sendo que sua receita cresceu de Cr\$ 19 milhões em 1983 para Cr\$ 108 milhões em 1984.

Ainda no âmbito do atendimento prestado pelo Plano de Assistência Médica, na venda de medicamentos a preços mais reduzidos do que os de mercado em geral, as farmácias do Instituto atenderam 1.620.234 pessoas.

Na parte referente ao atendimento odontológico, foi estabelecido o Cadastro Universal dos Odontólogos, permitindo, dessa forma, que todo o profissional da área, habilitado ao exercício da profissão, possa atender aos beneficiários do IPE, o que representa uma medida de grande impacto social para os associados da Autarquia.

Com relação à previdência, a preocupação da Autarquia foi a de melhorar o nível de atendimento de seus beneficiários, tendo em vista a importância cada vez maior da previdência no contexto social e o aumento do contingente protegido pelos seus benefícios.

Cabe destacar também, nessa área, a implantação do Plano Complementar de Pensão, atendendo antiga reivindicação dos segurados do Instituto na complementação de sua pensão.

No que se refere ao atendimento aos associados no programa de habitação, o resultado atingido não foi o esperado, face às dificuldades encontradas junto ao Banco Nacional de Habitação. Efetivaram-se somente 276 financiamentos habitacionais, dos quais 137 contratos foram financiados com recursos próprios do Instituto.

Dentro da preocupação do IPE em melhorar o atendimento a seus associados, destaca-se a construção de dois prédios próprios: em Cachoeira do Sul, para abrigar a Delegacia, Agência e Farmácia, totalizando uma área de 950m² de construção, correspondendo a um investimento de Cr\$ 580 milhões; e em Júlio de Castilhos, onde foram investidos Cr\$ 50 milhões na construção de sua Agência Regional com 220m² de área construída.

Por outro lado, menciona-se, também, que a Autarquia retomou a posse do Edifício General Bento Gonçalves, no qual se está procedendo reformas, visando a um redimensionamento de utilização.

Dentro da reorganização técnico-administrativa, destaca-se a utilização de processamento eletrônico de dados, com a participação da PROCERGS na implantação do Banco de Dados em suas diversas áreas, objetivando dinamizar seus serviços e benefícios. Procedeu-se, ainda, a substanciais modificações na estrutura da área contábil-financeira, com vistas a uma maior segurança na tomada de decisão.

Por último, ressalta-se que a Administração da Autarquia, atendendo aos objetivos de valorização do servidor público estadual e concomitantemente preocupada com a qualificação de seus recursos humanos para um melhor atendimento e prestação de serviços, criou um grupo de trabalho com a finalidade de preparar, aperfeiçoar e especializar o seu quadro de pessoal.

2.20 — PROCESSAMENTO DE DADOS

2.20.1 — COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS)

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, como órgão responsável pelo desenvolvimento e execução dos serviços de processamento de dados e tratamento de informações, viabilizou, para praticamente todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, os meios capazes de melhorar e aumentar a capacidade operacional e administrativa dos usuários.

Para tal fim, a PROCERGS colocou à disposição dos usuários as soluções mais otimizadas, apoiando-se em elevado padrão de tecnologia e realizando constantes pesquisas e investimentos na área de processamento de dados.

Sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, vem contribuindo significativamente na dinamização dos serviços públicos, mediante a utilização da informática como elemento importante na redução da burocracia e melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

No exercício de 1984, em que pesem as limitações de recursos decorrentes de um quadro geral adverso, a níveis nacional e regional, foram prestados inúmeros serviços para praticamente todos os órgãos públicos do Estado, onde se destacam, como mais significativos, os seguintes sistemas: de automação de agências e do Banco de Dados para a Caixa Econômica Estadual; de concessão automática de vantagens aos servidores do Estado para a Secretaria da Administração; de legislação para a Assembléia Legislativa; de controle e identificação de apenados para a Secretaria de Segurança; de publicação de notas de expediente e editais e o de acompanhamento de processos em andamento para o Judiciário; de acompanhamento e controle de menores para o Juizado de Menores; de despacho de patrulhas e de veículos furtados para a Secretaria de Segurança Pública; de planejamento e acompanhamento das estatais para a Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Para cumprimento de seu Programa, a PROCERGS dirigiu suas ações para os fatores: treinamento, tecnologia e equipamentos, considerados extremamente críticos em ambiente voltado para banco de dados e teleprocessamento.

Manter a liderança tecnológica, aliada a uma capacitação técnico-profissional elevada, requer significativos esforços e criatividade, de modo a evitar desequilíbrios acentuados em um desses fatores.

Através de programas de treinamento visou a capacitar os recursos humanos da Administração estadual valorizando a formação de mão-de-obra local.

Em 1984, tanto a nível de funcionários como de clientes, atingiu um total de

1.874 participantes em 6.172 horas de treinamento, com programas voltados para treinamento básico, desenvolvimento pessoal, aperfeiçoamento profissional e treinamento para clientes e usuários.

Desenvolveu também treinamento básico em microcomputadores para 25 crianças na faixa etária entre 9 a 13 anos, filhos de funcionários da Administração pública, fornecendo as instruções básicas de operações de microcomputadores e noções de linguagem BASIC.

Os investimentos diretos da PROCERGS, em programas de treinamento, estão estimados em Cr\$ 75,6 milhões.

Os programas voltados para tecnologia têm como objetivo acompanhar o progresso tecnológico na área de processamento de dados, pesquisando e desenvolvendo soluções adequadas para o tratamento de informações da Administração estadual. Neste programa, foram efetuados os seguintes projetos: viabilização do acesso ao computador via telex; iniciação de estudos sobre ligação direta entre diversos tipos de computadores centrais de grande porte; iniciação de estudos sobre técnicas e equipamentos para resposta audível entre usuário e computador, sem interferência de telefonistas; transmissão de dados utilizando meios não convencionais (rádio, fibra ótica, etc.); uso de redes locais de microcomputadores; consolidação da metodologia de engenharia de informações.

No âmbito da PROCERGS, o parque computacional é estratégico para suportar a demanda dos serviços e viabilizar as novas aplicações tecnológicas desenvolvidas. Tal situação requer um dimensionamento dos recursos computacionais adequados às necessidades de processamento de dados, desenvolvimento de novos sistemas e ampliação de rede de teleprocessamento, implicando manter certo nível de investimento continuamente.

Em 1984, a programação deste item sofreu grande desaceleração, tendo em vista que as necessidades de equipamentos para suportar o crescimento dos serviços representavam pesados investimentos, impossíveis de serem cobertos exclusivamente pelo órgão.

Com o apoio e a atuação decisivos da Secretaria da Fazenda, foi possível adotar medidas que possibilitaram efetuar investimentos básicos, onde se destacam: aquisição de um computador da linha BURROUGHS, modelo 6930, em substituição ao modelo 6700, com mais de 10 anos de uso; contratação de 26 sistemas Edisa, modelo ED-285 para automação bancária, para todas as agências da Capital da Caixa Econômica Estadual; equipamentos necessários para suporte ao funcionamento da rede de teleprocessamento.

O total de investimentos em equipamentos alcançou Cr\$ 2,85 bilhões.

**2.21 — DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E
OBRAS PÚBLICAS**

2.21.1 — SECRETARIA DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS (SDO)

A Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, dentro da complexidade de suas atribuições, executa atividades bem distintas, difundindo benefícios a todas as comunidades rio-grandenses.

Ao preocupar-se com o crescimento global do Estado, volta-se em especial para os municípios, com ênfase na interiorização do desenvolvimento.

As ações realizadas abrangeram três campos diferenciados: a elaboração e a implantação do programa de edificações públicas, compreendendo a conservação, a melhoria e a expansão da rede de prédios; a execução do programa de saneamento básico que, além dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, envolve projetos pertinentes ao controle de qualidade das águas superficiais; a implementação da política de desenvolvimento urbano, conjugada às medidas que visam à orientação e ao apoio técnico às administrações municipais.

Realizações de destaque dentro da abrangência de atuação da SDO foram a implementação dos sistemas de abastecimento de água, as obras executadas pela CORSAN dentro dos programas de implantação do Distrito Industrial de Rio Grande e do Pólo Petroquímico e a implantação do Projeto Rio Guaíba.

Também a cargo da SDO estão os convênios em execução com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). São convênios que têm por objeto as obras de proteção contra inundações, tanto da capital como dos núcleos urbanos do Vale do Rio dos Sinos. Também através do convênio com DNOS está sendo executada a dragagem das lagoas do litoral que visa ao controle da vazão do sistema e a recuperação de terras inundadas.

É a SDO o órgão que representa o Estado nestes convênios com o DNOS.

Dentro de suas atribuições, com respeito a execução de obras e conservação dos prédios existentes, a SDO realizou 893 construções de obras de conservação.

A SDO vem desenvolvendo um trabalho de implementação da política de desenvolvimento urbano e de assistência técnica e administrativa às administrações municipais. Este apoio aos municípios vai desde a orientação até a prestação de serviços técnicos especializados, incluindo o treinamento de recursos humanos das prefeituras. Pode-se dizer que dois terços dos municípios recorrem a este serviço, e foi dada especial atenção aos novos municípios emancipados, aos quais foi dedicada assistência permanente para sua estruturação. A ação do Governo estadual

inclui a elaboração de propostas e a própria gerência de programas e projetos para aplicação de recursos federais nos municípios, destacando-se os projetos de transporte urbano e o subprojeto Aglomerado Urbano de Caxias do Sul (CPM-BIRD) que inclui Farrroupilha e Flores da Cunha, cuja proposta preliminar vem de ser concluída.

A SDO é o órgão responsável pela construção, ampliação, conservação e recuperação dos prédios de propriedade ou de uso do Estado. Além de orientar e controlar ou executar a construção de novas edificações, tem como competência a manutenção em condições operacionais dos prédios que abrigam as diversas funções da Administração estadual. São cerca de 7.500 prédios públicos que representam, aproximadamente, 2.000.000m², demandando cuidado sistemático devido ao intenso uso a que são submetidos. É rápido o desgaste em prédios de escolas, unidades sanitárias e, de modo geral, aqueles em que estão instalados os serviços públicos. Além das obras e serviços normais de reparação e conservação, precisam ser atendidos os casos de recuperação que demandam obras de maior vulto, dado o estado em que se encontram muitos prédios e, ainda, são inevitáveis as obras de emergência, para reparar estragos de relativa monta, causados por vendavais, inundações e outros acidentes climáticos.

A importância desta atividade é evidente, pois a existência de infra-estrutura física, em condições de pleno uso, é pré-requisito para o desempenho dos serviços pertinentes às diversas funções.

O investimento realizado em 1984 alcançou Cr\$ 8,5 bilhões, em números redondos, e se refere a 205 novas construções e 688 obras de conservação, mais os atendimentos pelo Serviço de Atendimento de Prédios Escolares em Porto Alegre.

Outra realização é a construção do Centro Administrativo do Estado, que foi dada continuidade, buscando a conclusão dos pavimentos do bloco das secretarias na parte cuja estrutura estava concluída. Nesta obra, foram investidos Cr\$ 1,4 bilhão.

Foi também iniciado um programa de restauração de prédios públicos de valor histórico-cultural que visa a resgatar e manter os monumentos arquitetônicos de maior expressão histórica, cultural e artística.

Na falta de recursos para conclusão do cadastramento de prédios públicos, procurou-se manter a atualização do que já foi realizado, pois este cadastro é fundamental para a formulação de uma adequada política de edificações.

A desproporção entre as necessidades constatadas e os recursos destinados às atividades de recuperação e conservação é flagrante. O fato obrigou o estudo e a adoção de processos expeditos, para agilizar a licitação e a execução de obras. Face às atuais condições de trabalho, a atual Administração persegue a adequação dos projetos à realidade econômica e financeira do Estado, a rapidez no atendimento, desenvolvendo com esse objetivo estudos sobre métodos, técnicas e materiais de construção, visando a fazer frente ao crescimento da demanda e das restrições. Além disso, com o propósito de alcançar a melhor combinação possível de fatores administrativos e técnicos, para ampliar os benefícios, foram elaborados planos de reestruturação, reforço e aparelhamento das "equipes de campo" para um atendimento mais amplo e rápido, tanto nas emergências como na ação preventiva.

A avaliação do desempenho passado mostrou a necessidade de adotar uma série de outras medidas. É nesse sentido que se busca adotar procedimentos, para tornar mais ágil e efetiva a atividade. Espera-se fortalecer a articulação com as setoriais para o estabelecimento, com a antecedência necessária e de modo concreto e preciso, das prioridades, notadamente na área de educação.

Pretende-se, ainda, que as obras estejam concluídas na época oportuna, por exemplo, as escolas, antes do período letivo.

Ao Governo do Estado, através da SDO, cumpre o papel de levar aos municípios o assessoramento técnico e administrativo, assim como medidas que visam a incrementar a capacidade das administrações locais para a gestão de seu processo de desenvolvimento sócio-econômico. Esta ação se traduz num elenco de serviços que compreendem: a orientação para a elaboração dos planos diretores pelas equipes municipais de 14 municípios; a assistência técnica sistemática à implantação dos planos diretores em quatro municípios; a elaboração de legislação urbanística básica para 20 municípios; a elaboração de planos e projetos setoriais para 26 municípios; a execução de 13 levantamentos topográficos; projetos de reforma administrativa e organização do serviço de contabilidade e a administração local de 48 municípios. Além disso, foram realizados 20 cursos, beneficiando 318 funcionários municipais. Buscou-se difundir conhecimentos e informações de utilidade para as administrações municipais através da publicação do "Boletim Informativo dos Municípios", da "Agenda Técnica", além de outras três publicações de conteúdo específico. Todas essas atividades são de grande importância para os municípios, pois, através do plantão telefônico, de entrevistas, de visitas técnicas, tem-se prestado assessoramento aos técnicos municipais na solução de problemas das administrações municipais que não dispõem de pessoal qualificado.

2.21.2 — CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CEDU)

Para apoiar a política de desenvolvimento regional e urbano, o Governo do Estado conta com a atuação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano. Enquanto a atuação da METROPLAN se restringe aos 14 municípios da região metropolitana, a responsabilidade do CEDU abrange todo território estadual, objetivando implementar a diretriz governamental de interiorização do desenvolvimento.

Dentre as atividades desenvolvidas, cita-se a conclusão dos estudos básicos sobre a MR 311 — Vitivinicultora de Caxias do Sul, preparatórios ao planejamento integrado da região que, a partir de 1985, deve ser realizado em conjunto com os municípios. Também deu-se continuidade ao projeto especial Cidades de Porte Médio, pela implementação do subprojeto Cidade de Pelotas e a conclusão de uma etapa do subprojeto Aglomerado Urbano de Caxias do Sul, que compreende Caxias do Sul, Flores da Cunha e Farroupilha.

A articulação do Conselho com o Ministério do Interior, através da SUDESUL e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, permitiu a compatibilização com a política nacional de desenvolvimento urbano e o trabalho cooperativo, além de apoio financeiro do Governo Federal às atividades do Estado.

O CEDU também participou do esforço conjunto com equipes dos Estados

de Santa Catarina e Paraná, sob a coordenação da SUDESUL, na proposição de critérios para definição de uma política macrorregional de desenvolvimento urbano.

Foi desenvolvida ainda atividade especial de assistência técnica a diversos municípios, através de entendimentos com órgãos federais, na área de transporte urbano, tendo sido promovidos, como parte dessa atividade, a realização de cursos sobre administração de sistema de transporte e o debate sobre a política de assistência técnica aos municípios.

2.21.3 — CONSELHO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO LITORAL (CODEL)

Na busca de articulação das ações setoriais, na região do litoral do Estado, o Governo Estadual vem atuando através do CODEL.

Em 1984, a partir de um trabalho técnico básico, foi deflagrado um processo de consultas, coordenado pelo Conselho, que resultou na apresentação de um plano para operacionalização das diretrizes de desenvolvimento integrado do litoral. Esse plano busca o aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais da região, dentre elas o desenvolvimento turístico, a produção de hortifrutigranjeiros, o florestamento e o apoio à pesca. A promoção do aumento da produção é acompanhada com o disciplinamento do uso do solo, o controle do desenvolvimento urbano e, sobretudo, com o uso criterioso dos recursos hídricos prevenindo a erosão, a salinização e a contaminação.

O referido plano visa também ao aperfeiçoamento do controle das atividades na região, consolidando a articulação das ações setoriais, compatibilizando objetivos e ordenando a execução no sentido de agir sobre os condicionantes do desenvolvimento da região.

2.21.4 — FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (METROPLAN)

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), cuja problemática difere da tipologia e intensidade dos problemas das demais regiões, é objeto de atenção especial.

À atuação dos Conselhos Consultivo e Deliberativo junta-se, agora, a ação da Secretaria Extraordinária, criada na atual Administração para tratar dos assuntos específicos a essa área.

À Fundação Metropolitana de Planejamento compete o planejamento da Região Metropolitana, bem como a assistência técnica aos municípios dessa área.

Ela mantém atividades para a sistemática reavaliação e atualização do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, subsidiando as decisões do Conselho Deliberativo da RMPA e cuidando da implementação das decisões tomadas a nível desse Conselho, da elaboração de estudos e projetos para viabilizar as ações, tanto dos municípios como do Estado nessa Região, dando apoio técnico também aos programas desenvolvidos pela Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre.

A METROPLAN tem-se articulado com diversos órgãos setoriais para o desenvolvimento de estudos, de âmbito metropolitano, relativos à água potável, ao esgoto sanitário, ao destino do lixo, à proteção ambiental, com o propósito de melhorar a qualidade de vida na Região.

Também foi elaborado um programa para proteção da população do conjunto de vilas irregulares, situadas na periferia de Porto Alegre e nos municípios de Gravataí, Cachoeirinha e Guaíba.

O campo de atuação da METROPLAN foi ampliado para atender o Sistema Metropolitano de Transporte, assunto esse que já vinha sendo cuidado pela Fundação, no que se refere às obras e medidas complementares à implantação do TRENSURB e da solução intermodal do transporte de massa.

Foi também realizado um estudo que culminou com a proposição de alternativas para implantação de uma linha do aeromóvel, tendo sido analisadas as demandas e os custos.

De importância para a organização espacial e adequação de infra-estrutura da RMPA é o processo de análise e controle dos loteamentos na Região, realizado de forma articulada com os órgãos federais, estaduais e municipais.

Esta Fundação tem importante papel na formulação e gerência de programas visando à aplicação de recursos federais nos municípios, especialmente programas que objetivem o atendimento à população de baixa renda e a pavimentação ou melhoramentos nas vias servidas por transporte coletivo — projetos habitacionais, remoção de sub-habitações, programa PAVURB Vias Alimentadoras; além do assessoramento e apoio a projetos setoriais a cargo das prefeituras, articulando ações conjuntas intermunicipais.

A atividade normativo-técnica sobre a ocupação do solo metropolitano e a organização e operação de serviços comuns teve continuidade através de planos e estudos como o Programa Metropolitano de Habitação, o Plano Geral de Mineração, critérios e diretrizes para o parcelamento do solo na RMPA, critérios técnico-ambientais para o manejo de recursos hídricos na RMPA e sistematização do cadastro metropolitano e tratamento dos efluentes.

2.22 — GABINETE DO GOVERNADOR

2.22.1 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

A Casa Civil, órgão integrante do Gabinete do Governador, tem a atribuição de prestar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado nos assuntos pertinentes à administração civil estadual, coordenando e promovendo a divulgação de atos e atividades governamentais.

Destacam-se, entre as atividades desenvolvidas pela Casa Civil, no exercício de 1984, as audiências periódicas concedidas a autoridades e ao público em geral, inaugurando, desta forma, uma rotina de atendimento que tornou acessível aos pretendentes à solução de problemas pessoais o relacionamento direto entre o povo e o Governo, modalidade essa que proporcionou o atendimento de 3.137 pessoal.

Com referência ao assessoramento jurídico e legislativo, foram elaborados e encaminhados ao Poder Legislativo 254 projetos de lei e 59 vetos; redigidos 344 decretos e editadas 24 ordens de serviços.

No que respeita ao assessoramento sobre as atividades que envolvem relacionamento com o Interior do Estado, foram promovidas, com a presença do Governador do Estado, 349 audiências no Palácio e 111 em viagens, nas quais foram ouvidos prefeitos e lideranças, totalizando 460 encontros.

Foram, ainda, realizadas 66 viagens ao Interior, durante as quais foram visitados 78 municípios, quando se mantiveram 2.670 contatos com lideranças.

As Representações do Estado em Brasília e no Rio de Janeiro, coerentes com a disposição governamental de dinamizar esses setores, procederam a uma reformulação de seus serviços, buscando uma adaptação que possibilite cumprirem, com maior objetividade, eficiência e economia, as finalidades para as quais foram criadas, particularmente no que se refere ao acompanhamento e à atuação em procedimentos e assuntos do interesse do Estado junto a autoridades e órgãos federais nos diferentes poderes, proporcionando maior e mais eficaz assistência na divulgação das potencialidades do Estado, criando possibilidades de relacionamento e participação do setor privado nos mercados estaduais.

Relativamente ao assessoramento administrativo, destaca-se a revisão de processos e o exame dos atos de natureza administrativa, oriundos dos diversos órgãos da administração estadual e que serão submetidos à consideração do Governador do Estado e do Chefe da Casa Civil, totalizando 4.164 expedientes examinados.

A execução do Plano de Subvenções e Auxílios, estes distribuídos a entidades

de natureza assistencial, desportiva, cultural e classistas e ainda a municípios e estudantes, atingiu a soma de Cr\$ 1,5 bilhão.

No Cerimonial, as atividades desenvolvidas não se restringiram apenas aos eventos realizados no âmbito do Palácio Piratini, mas também abrangeram cerimônias efetuadas pelos órgãos do Governo, imprimindo aos acontecimentos um caráter funcional, primando pela simplicidade, discrição e austeridade, presente em 353 eventos.

Coube, ainda, à Casa Civil a tarefa de coordenar os trabalhos desenvolvidos pelas comissões e subcomissões encarregadas de elaborar a programação oficial das festividades alusivas à comemoração do sesquicentenário da Epopéia Farroupilha, quando o Governo e o povo gaúcho homenagearão o nome ilustre daqueles que, por seus feitos heróicos, se imortalizaram nas páginas de nossa história.

2.22.2 — CASA MILITAR/COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

A Casa Militar, através das Subchefias de Operações Administrativas, executa as atividades que lhe são pertinentes, enfatizando segurança, comunicações, transporte, cerimonial militar, em sintonia com os demais órgãos que compõem o Gabinete do Governador, além de cumprir outras tantas tarefas correlatas.

A Subchefia de Defesa Civil, entretanto, é a Secretaria Executiva da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), constituindo-se em atividade-fim, haja vista desenvolver sua missão voltada para a comunidade em geral e para os municípios, integrada com os Conselhos e Entidades Não-Governamentais (CENG) e Conselho e Órgãos Governamentais (COG).

A exemplo dos anos anteriores, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, no ano de 1984, redobrou esforços face aos fenômenos climáticos adversos que atingiram várias regiões do Estado, causando prejuízos gerais à economia estadual, estimados em Cr\$ 270 bilhões.

Essas ocorrências, em dois períodos distintos, atingiram diferentes zonas, culminando no mês de setembro, quando foi declarada "Situação de Emergência" nos 244 municípios gaúchos. Tais ocorrências constituíram-se de oito precipitações de granizo, sete vendavais, duas ocorrências de neve e seis períodos de enchentes.

Verificou-se uma maior incidência de chuvas durante trinta dias e, em consequência, foram atingidos diretamente cento e sessenta e nove municípios.

Considere-se, no entanto, que o número de flagelados foi reduzido em 50%, fruto do trabalho persistente e continuado do CEDEC junto às prefeituras municipais, estimulando a criação e a organização das Comissões Municipais de Defesa Civil (COMODEC) e, ainda, coordenando medidas preventivas e o atendimento emergencial e assistencial às comunidades atingidas pelos eventos desastrosos.

Destaque-se o apoio dado pela imprensa gaúcha, em especial na Campanha da Solidariedade, que possibilitou a construção de 204 casas e a reconstrução de mais de uma centena de moradias para as pessoas de baixa renda atingidas pelos vendavais e enchentes.

É objetivo básico e permanente da divulgação da doutrina de Defesa Civil a inclusão dessa atividade nos currículos da rede oficial de 1º e 2º graus já em 1985.

Com essa finalidade, no decorrer de 1984, foram realizados simpósios, encontros e palestras para dirigentes e potenciais multiplicadores.

O estudo "Previsão de Cheias do Rio Uruguai — Regulamentação do Uso de Áreas Inundáveis", elaborado pelo Conselho de Recursos Hídricos da Secretaria de Coordenação e Planejamento, servirá de valioso subsídio para o **Alerta** ou **Alarme** das comunidades ribeirinhas. Este estudo visa à implantação de postos pluviométricos que possibilitem o controle de regiões do rio Uruguai numa primeira etapa, devendo estender-se, posteriormente, a outros rios.

2.22.3 — GABINETE DA PRIMEIRA DAMA

O Gabinete da Primeira Dama do Estado desenvolveu sua ação nas áreas do excepcional, do idoso e do menor carente, atuando como instrumento de agilização, conscientização e motivação, promovendo a integração de esforços sem a superposição de ações.

Os projetos encaminhados às Primeiras Damas de municípios tiveram como objetivo mobilizar a comunidade para a sua participação efetiva na solução do problema da criança carente, do idoso e do excepcional, tendo presente uma metodologia que proporcione a articulação da comunidade e dos órgãos governamentais. Os demais projetos e cursos tiveram por meta a agilização, conscientização e inovação para a realização de objetivos sociais, tendo presente as metas prioritárias do Gabinete, pois, apesar do esforço do Governo neste sentido, ainda não se obteve um nível de abrangência satisfatório.

Com o objetivo de conscientizar a comunidade rio-grandense da necessidade de proporcionar às populações idosas, carentes e deficientes físicas apoio para que se integrem à sociedade como elementos participantes no processo de desenvolvimento econômico-social, foram promovidos vários eventos pelo Gabinete da Primeira Dama do Estado, juntamente com as Primeiras Damas dos municípios, como a Campanha do Agasalho, a Semana do Idoso, a Semana da Criança e Natal é Amor.

Também foram promovidos sete encontros regionais de primeiras damas, através dos quais foi possível agilizar o processo de ação social, com engajamento de um maior número de primeiras damas de municípios que ainda não participavam dos serviços de atendimento à população carente.

O I Encontro Estadual de Primeiras Damas dos Municípios do Rio Grande do Sul, que tratou de assuntos relacionados com o Projeto Natal é Amor, contou com a participação de 106 primeiras damas de municípios e 114 assessoras.

Das ações desenvolvidas através de diferentes projetos e programas, cumpre destacar os projetos desenvolvidos na área do menor carente, que repassaram recursos na ordem de Cr\$ 400 milhões a oito entidades assistenciais e a 27 prefeituras municipais. Esses recursos foram aplicados em construção, ampliação e equipamentos de creches.

Com vistas a proporcionar condições adequadas de alimentação, vestuário e

recreação a menores carentes e jornalheiros, como também oferecer oportunidade de trabalho informal em serviços de limpeza nas praças do litoral, foi elaborado um projeto, em conjunto com a SEC e FEBEM, para atender a 600 menores em cinco municípios do litoral gaúcho.

O projeto O Idoso e a Memória da Nossa Cultura atingiu 85 municípios, através do qual foi feito o levantamento da população-alvo e o recolhimento de 454 peças, entre relatos, depoimentos históricos e outros registros de manifestações culturais do passado, bem como a recuperação de peças de artesanato e a confecção de um Manual de Orientação sobre o Envelhecimento.

Foi dado atendimento a 3.430 crianças em sete municípios e promovido o 1 Encontro Estadual de Diretores de Escolas Especiais na área de atendimento ao excepcional, objetivando promover a integração dos mesmos e a implantação de uma linha filosófica homogênea. Participaram do Encontro 86 diretores de diversos municípios.

Através do Programa de Promoção Social, objetivou-se distribuir recursos necessários ao atendimento de problemas específicos ou a programas de entidades assistenciais.

Este Programa, em 1984, repassou Cr\$ 126,1 milhões a pessoas físicas e a entidades assistenciais, através de auxílios em recursos financeiros ou em gêneros alimentícios, atendendo a cerca de 75 municípios do território rio-grandense. Foram ainda efetuados 1.928 encaminhamentos diversos, tais como para empregos, estágios, documentação, solicitações de 80 vagas em escolas, creches e asilos.

2.22.4 — ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Assessoria de Comunicação Social, no exercício de 1984, atendeu as coberturas jornalísticas das audiências e atos presididos pelo Governador, pela Primeira Dama e pelo Chefe da Casa Civil, bem como divulgou atividades da Casa Militar, especialmente as relacionadas com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Neste exercício, foram dadas 2.233 coberturas aos compromissos do Governador, externos e em audiências em seu Gabinete. Acompanharam-se as atividades desenvolvidas em 120 municípios, resultantes de 73 viagens, onde foram realizadas constatações "in loco" dos problemas aí existentes; também foram acompanhados os resultados de suas realizações.

Ressaltam-se também as 80 edições do Informe do Piratini, sempre registrando os atualizados e indispensáveis acontecimentos e realizações do Governador durante 1984, com destaque ainda à produção de "tapes" especiais para a Secretaria dos Transportes, Gabinete da Primeira Dama, Brigada Militar e Defesa Civil e 250 edições do programa "O Rio Grande em Sua Casa". Esse Programa é gerado em emissora local e retransmitido no Interior do Estado, divulgando, além do noticiário do Gabinete do Governador, notícias de Secretarias de Estado e dos órgãos vinculados.

De ampla aceitação pelo povo rio-grandense, o programa "Os Gaúchos e o Governador", transmitido aos sábados, tem possibilitado ao povo dialogar com o Governador sobre as questões mais diversas e de interesse significativo para os rio-grandenses.

Na Sala de Imprensa, localizada no Salão Negrinho do Pastoreio, foram registradas as presenças de 494 repórteres de rádio e TV, 278 de jornais, 132 fotógrafos e 617 cinegrafistas e auxiliares de televisão.

O desempenho da atividade de coordenação da comunicação publicitária e promocional abrangeu a análise e a elaboração de 346 pareceres, encaminhados aos diversos órgãos do executivo estadual, com a finalidade de atingir a otimização da qualidade das notícias veiculadas pela Administração estadual.

A utilização de processos de computação tem agilizado as atividades de controle e registro da distribuição e aplicação dos recursos em divulgação por parte dos órgãos das Administrações Direta e Indireta.

Ainda neste exercício, foram desenvolvidas atividades de supervisão às peças promocionais de responsabilidade do Gabinete do Governador do Estado e do Gabinete da Primeira Dama.

Desta forma, a Assessoria procurou cobrir com eficiência e fidelidade os acontecimentos da atual Administração, empenhando-se sempre em deixar caracterizada a afirmativa de "um Governo de portas abertas".

2.22.5 — ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Diretamente ligada ao Chefe do Executivo, a Assessoria de Relações Públicas do Governo do Estado objetiva promover a identificação entre a opinião pública e os programas governamentais. Em 1984, realizou atividades no sentido de incentivar a participação mais efetiva da comunidade gaúcha na ação governamental de promover o desenvolvimento, a tranquilidade social e a elevação do nível cultural da população. Para atingir este objetivo, foi indispensável captar interesses e aspirações de grupos, de classes ou de regiões, prevendo e colhendo os reflexos da atuação governamental. Torna-se também imprescindível a motivação cada vez maior da coletividade para o esforço do desenvolvimento integrado do Estado e do País.

Enfatizou-se o importante papel que o funcionalismo estadual precisa desempenhar para atuar como agente promotor desse desenvolvimento. Os servidores públicos contribuem para a integração entre o público externo e os órgãos do Governo, quando motivados para o melhor desempenho de sua missão.

Fora do âmbito estadual, visou-se à manutenção da imagem real do Rio Grande do Sul, através da divulgação dirigida a outras unidades da Federação que destacaram a ação de nosso Estado, no sentido de promover o crescimento sócio-econômico do País.

A ação governamental, na área de relações públicas, fundamenta-se na filosofia de que é essencial ao Governo conquistar e manter a confiança da comunidade para garantir seu respeito e sua estima e, em conseqüência, contar com o seu apoio; manter a comunidade informada sobre a orientação que vem seguindo ou pretende seguir, a fim de que as atividades governamentais sejam bem compreendidas e recebam a aceitação popular; projetar a real imagem de uma administração laboriosa e realizadora, preocupada com o bem-estar da coletividade.

Foram realizados não menos de 3.000 contatos com órgãos do setor público estadual para a integração de todos os setores da Administração.

No decorrer do ano de 1984, a Assessoria de Relações Públicas do Governo do Estado desenvolveu atividades abrangentes, no âmbito de suas atribuições, com o objetivo de melhor integrar os vários setores da Administração estadual aos públicos interno e externo, sempre em consonância com a orientação de valorizar a pessoa humana.

O calendário de eventos especiais do ano de 1984, que foi elaborado sob a coordenação do Palácio Piratini, com aproximadamente 40 eventos, destaca projetos que envolvem a participação comunitária, a área empresarial e os poderes públicos.

Foram realizados, aproximadamente, 500 contatos com veículos de comunicação e entidades de classe da área, além de palestras e atendimentos a convites.

Para entidades públicas e particulares, foram fornecidas 6.500 informações e 9.600 unidades de material de divulgação, relativos à área do Executivo Estadual.

A Assessoria de Relações Públicas, durante o ano, prestou integral apoio às campanhas promovidas pelo Gabinete da Primeira Dama e pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil em prol da comunidade gaúcha.

2.22.6 — SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS DA GRANDE PORTO ALEGRE (SEGPA)

A Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre iniciou sua atividade na presente gestão administrativa. Teve como aspectos relevantes de sua atuação, neste exercício, a promoção de medidas capazes de viabilizar a execução integrada do Programa de Governo 1983-87, a nível da grande Porto Alegre, bem como o seu ajustamento às exigências de mudanças impostas pela realidade social que, nos últimos anos, tem provocado um acréscimo considerável de ações do poder público estadual, através de seus diversos órgãos, no sentido de implementação e manutenção de programas e projetos de assistência e promoção social.

As ações da Secretaria estão voltadas para quase 30% da população do Estado, concentradas em uma área equivalente a 2,3% de sua área total, onde a taxa anual de crescimento populacional, no decênio 1970-80, atingiu 3,84%, enquanto a do Estado ficou em 1,55%.

No decorrer deste segundo ano de atuação, a SEGPA não só manteve os programas que já tinha implantado no exercício anterior, adequando-os às atuais demandas e aos recursos disponíveis, como colocou em funcionamento propostas já feitas durante o seu primeiro ano de existência e que, pela ausência de recursos, não foram implantadas em 1983. O exemplo típico foi o Programa de Alimentação Popular Integrado, no dia 12 de outubro último, que fornece gêneros de primeira necessidade às populações carentes da Região, a preços baixos e que não recebeu recursos federais programados para o exercício anterior. Sua execução vem ocorrendo com verbas próprias do Estado, tendo sido comercializados 38.981kg de alimentos entre 1.500 famílias credenciadas na primeira fase, abrangendo a área da Grande Vila Farrapos de Porto Alegre.

Ainda com referência ao fornecimento de alimentos à população de baixa renda, teve continuidade o Programa de Sopas Comunitárias que visa ao fornecimento de refeições a trabalhadores desempregados e suas famílias. Foram fornecidas 42.312 refeições, num total de 21.192kg de alimentos, em 16 pontos de distribuição localizados nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre,

Canoas e Ilha Grande dos Marinheiros; o Programa Temporário de Atendimento Alimentar às Famílias dos Desempregados da Grande Porto Alegre realizou o fornecimento de ranchos com 19kg de alimentos a participantes de mutirões. Foram executados 3.459 mutirões comunitários, atingindo 114 comunidades e distribuídos 819.945kg de alimentos, beneficiando 64.000 pessoas.

A questão da habitação está sendo atacada em várias frentes, desde providências conjuntas com as prefeituras municipais da Região e Procuradoria Geral do Estado e da Justiça, no que se refere à regularização de áreas onde se localizam comunidades de baixa renda, até a coordenação de programas habitacionais de construção e reconstrução de casas, como é o caso do "Projeto João de Barro" e do Programa de Erradicação de Submoradias.

O Programa de Autoconstrução de Núcleos Habitacionais, "Projeto João de Barro", realizado com recursos do Banco Nacional de Habitação e coordenado pela Secretaria Extraordinária, tem como meta a construção de 2.000 habitações na Região Metropolitana, na tentativa de amenizar o problema de submoradias.

A experiência foi iniciada do município de Novo Hamburgo, onde já foram executadas 16 unidades habitacionais com a correspondente infra-estrutura e aplicados recursos de Cr\$ 651,4 milhões.

Já o Programa de Erradicação de Submoradias, que visa a dotar vilas populares de infra-estrutura urbana, foi desenvolvido no município de Campo Bom (Vila Aurora e Vila Esperança), beneficiando 500 famílias com redes de água, esgoto, energia elétrica e pavimentação. Dentro do mesmo Programa, está em execução o projeto da Vila Esteio no município de Esteio.

A questão do desemprego, aliada à produção de hortigranjeiros, tem na Granja Solidária, em Canoas, um ponto de difusão da política de geração de atividades ajustadas à capacitação histórica do nosso migrante, quase que totalmente ligada à terra. O acerto deste Programa, iniciado em janeiro deste ano, comprova-se por sua irradiação não só na própria Região Metropolitana (em setembro foi inaugurada a Granja Solidária de Guaíba pelo Senhor Governador do Estado), como em outras regiões do Estado (Santa Maria e Rio Grande já têm projetos em fase inicial).

No ano de 1984, participaram do programa 40 famílias, que produziram 41.525kg de hortigranjeiros num total de vendas de Cr\$ 9,9 milhões.

A par desta programação específica, vem a SEGPA procurando atender aos anseios das populações mais carentes da Região Metropolitana, através do atendimento do amplo leque de necessidades emergenciais surgidas.

Nesse sentido, foi dada continuidade ao Programa de Atendimento Emergencial às Populações de Baixa Renda da Região Metropolitana de Porto Alegre, que realizou as seguintes atividades: transporte de 680 migrantes, com seus pertences ao Interior do Estado (retorno); 168 reformas de casas em vilas; patrolamento de 280km de ruas; execução de 15.000m³ de serviços de terraplenagem; colocação de 450m³ de brita nas ruas de vilas; construção de quatro creches; colocação de 1.100m³ de saibro nas ruas; canalização de 9.410m de esgotos; construção de cinco escolas; e 161 casas construídas.

3 — TABELAS

3—TABELAS

- Tabela 1 — Secretaria da Educação e Cultura — Número de estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino de 1.º e 2.º graus, segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1974-83.
- Tabela 2 — Secretaria da Educação e Cultura — Matrícula inicial de educação pré-escolar e ensino de 1.º e 2.º graus, segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1974-83.
- Tabela 3 — Secretaria da Educação e Cultura — Ensino de 1.º grau — Distribuição de livros didáticos — 1981-85.
- Tabela 4 — Secretaria da Educação e Cultura — Assistência a educandos — Assistência alimentar em classes de pré-escolar e 1.º grau, assistência em saúde, assistência psicológica e compra de vagas em escolas particulares — 1981-84.
- Tabela 5 — Secretaria da Educação e Cultura — Ensino Supletivo — Clientela atendida, por modalidade, no Rio Grande do Sul — 1980-84
- Tabela 6 — Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional — Educação especial — Classes especiais e salas de recursos implantados — 1982-84.
- Tabela 7 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Atividades desenvolvidas de proteção à saúde da mãe e da criança — 1976-84.
- Tabela 8 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Serviços prestados nas unidades sanitárias — 1974-84.
- Tabela 9 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Casos confirmados de doenças transmissíveis redutíveis por agentes imunizantes — 1974-84.
- Tabela 10 — Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente — Produção de medicamentos pelo Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul — 1974-84.
- Tabela 11 — Companhia Riograndense de Saneamento — Evolução do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgotos — mar./83 e dez./84.
- Tabela 12 — Secretaria do Trabalho e Ação Social — Subprograma de promoção do agricultor de baixa renda e do migrante — 1981-84.
- Tabela 13 — Secretaria do Trabalho e Ação Social — Recursos destinados às entidades, por região, no subprograma de concessão de auxílio às entidades — 1983-84.
- Tabela 14 — Fundação Gaúcha do Trabalho — Atividades do programa emprego-ocupação e formação de mão-de-obra — 1980-84.
- Tabela 15 — Fundação Gaúcha do Trabalho — Cadastramento de artesãos e vendas — 1980-84.
- Tabela 16 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Projetos comunitários desenvolvidos em vilas de baixa renda — 1980-84.
- Tabela 17 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Atendimento nos centros sociais urbanos — 1980-84.
- Tabela 18 — Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra — Auxílios prestados a pessoas migrantes, não-migrantes e em trânsito — 1980-84.
- Tabela 19 — Fundação Gaúcha do Bem-Estar do Menor — Menores atendidos pelo Subprograma assistência ao menor — 1980-84.
- Tabela 20 — Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul — Unidades habitacionais construídas — 1976-84

- Tabela 21 — Secretaria da Segurança Pública — Inquéritos, processos e flagrantes — 1975-84.
- Tabela 22 — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências apuradas pela Brigada Militar — 1977-84.
- Tabela 23 — Secretaria da Segurança Pública — Ocorrências e exames clínicos laboratoriais da Polícia Civil — 1975-84.
- Tabela 24 — Secretaria da Segurança Pública — Criação de órgãos policiais pela Polícia Civil — 1975-84.
- Tabela 25 — Secretaria da Justiça — Efetivo carcerário do Estado — 1979-84.
- Tabela 26 — Secretaria da Justiça — Registro do comércio — 1980-84.
- Tabela 27 — Secretaria da Justiça — Comparativo das consultas realizadas — 1976-84.
- Tabela 28 — Procuradoria-Geral da Justiça — Atividades do Ministério Público — 1980-84.
- Tabela 29 — Secretaria da Agricultura — Principais atividades desenvolvidas de defesa animal — 1979-84.
- Tabela 30 — Secretaria da Agricultura — Principais atividades desenvolvidas de defesa vegetal e conservação do solo — 1979-84.
- Tabela 31 — Secretaria da Agricultura — Serviços de infra-estrutura e apoio — 1979-84.
- Tabela 32 — Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural — Força de trabalho e público beneficiário da assistência técnica e extensão rural — 1979-84.
- Tabela 33 — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul — Dados sobre os distritos industriais — 1979-80.
- Tabela 34 — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul — Quadro demonstrativo dos custos gerais dos distritos industriais — 1976-84.
- Tabela 35 — Fundação de Ciência e Tecnologia — Análises, testes e ensaios realizados pela CIENTEC — 1976-84.
- Tabela 36 — Secretaria da Fazenda — Arrecadação potencial e perdas por exonerações fiscais do ICM — 1984.
- Tabela 37 — Secretaria da Fazenda — Receita líquida e serviço da dívida pública — 1984.
- Tabela 38 — Banco do Estado do Rio Grande do Sul — Demonstrativos dos resultados dos balanços — 1974-84.
- Tabela 39 — BANRISUL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A — Dados estatísticos — 1975-84.
- Tabela 40 — Caixa Econômica Estadual — Comportamento da carteira geral de depósito da CEE/RS comparado com a variação ocorrida no IDI e na ORTN — 1975-84.
- Tabela 41 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Número de consumidores e extensão de redes rurais e eletrificação rural — 1979-84.
- Tabela 42 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Motores substituídos e economia de óleo diesel — 1979-84.
- Tabela 43 — Companhia Estadual de Energia Elétrica — Energia vendida — 1979-84.
- Tabela 44 — Companhia Riograndense de Telecomunicações — Indicadores físicos — 1980-84.

- Tabela 45 — Companhia Riograndense de Mineração — Produção de carvão mineral e valor comercializado — 1975-84.
- Tabela 46 — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem — Pavimentação realizada — 1975-84.
- Tabela 47 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Construção e melhoria de estradas vicinais e aterros e terraplenagem — 1975-84.
- Tabela 48 — Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras — Número e extensão total de obras-de-arte especiais — 1975-84.
- Tabela 49 — Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais — Movimento de mercadorias nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas — 1983-84.
- Tabela 50 — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Rio Grande do Sul — Número de bolsas concedidas — 1974-84.
- Tabela 51 — Secretaria da Administração — Número de vantagens diversas concedidas aos funcionários públicos do Estado do Rio Grande do Sul — 1979-84.
- Tabela 52 — Secretaria da Administração — Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul — Demonstrativo da economia de combustíveis da frota do Estado do Rio Grande do Sul — 1984.
- Tabela 53 — Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas — Volume físico da produção — 1976-84.
- Tabela 54 — Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos — Número de treinados — 1974-84.
- Tabela 55 — Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul — Treinamento, investimentos e faturamento — 1980-84.
- Tabela 56 — Fundação Metropolitana de Planejamento — Pavimentação na RMPA pelo programa PAVURB — 1978-82.
- Tabela 57 — Fundação Metropolitana de Planejamento — Pavimentação de vias alimentadoras — 1980-83.
- Tabela 58 — Gabinete do Governador do Estado — Coordenadoria Estadual de Defesa Civil — Material adquirido, arrecadado e distribuído e arrecadação da Campanha de Solidariedade — 1984.

Tabela 1

Secretaria da Educação e Cultura
Número de estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino de 1º e 2º graus,
segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1974-83

ANOS	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1974	15 758	12	2 904	11 800	1 042
1975	15 639	14	3 129	11 497	959
1976	15 562	20	3 179	11 428	935
1977	15 538	20	3 155	11 480	883
1978	15 376	20	3 214	11 268	874
1979	15 206	(1)17	3 186	11 143	860
1980	14 999	(2)19	3 080	11 046	854
1981	14 867	19	3 103	10 907	838
1982	14 834	20	3 065	10 928	821
1983	14 851	20	3 123	10 887	821

FONTE: INF./GAB./COPLAN.

(1) Três escolas deixaram de responder. (2) Uma escola deixou de responder.

Tabela 2

Secretaria da Educação e Cultura
Matrícula inicial de educação pré-escolar e ensino de 1º e 2º graus,
segundo a dependência administrativa, no Rio Grande do Sul — 1974-83

ANOS	TOTAL GERAL	Total	PRÉ-ESCOLAR				Total	1º GRAU				Total	2º GRAU			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1974	1 670 806	37 092	30	12 404	6 698	17 960	1 500 154	195	694 068	553 794	252 097	133 560	4 882	69 013	2 816	56 849
1975	1 679 150	42 765	32	16 615	7 807	18 311	1 443 344	307	705 131	509 791	228 115	193 041	4 912	96 402	3 385	88 342
1976	1 692 096	44 049	48	16 653	6 978	20 370	1 432 234	1 122	723 548	493 655	213 909	215 813	6 346	108 296	3 510	97 461
1977	1 707 439	48 793	67	18 636	7 981	22 109	1 423 102	1 087	725 409	486 315	210 291	235 544	6 586	121 715	3 613	103 630
1978	1 682 436	51 944	54	20 298	8 294	23 298	1 402 390	848	726 812	468 001	206 729	228 102	6 137	125 623	3 627	92 715
1979	1 667 315	51 887	55	19 291	8 567	23 974	1 386 032	(1)374	725 487	547 601	202 630	229 336	(2)6 346	131 755	3 635	87 600
1980	1 660 249	57 028	104	21 564	9 594	25 766	1 374 168	(2)960	719 812	453 326	200 070	229 053	7 349	134 274	3 682	83 748
1981	1 647 836	63 135	95	23 879	12 147	27 014	1 357 725	953	715 172	446 200	195 450	226 976	7 667	136 937	3 397	78 975
1982	1 647 458	69 974	85	26 271	13 579	30 039	1 353 558	1 153	712 963	449 053	190 389	223 926	7 319	137 972	3 415	75 220
1983	1 668 035	74 222	100	28 235	14 343	31 544	1 370 795	1 246	721 597	450 774	197 178	223 018	7 184	138 179	3 905	73 750

FONTE: INF./GAB./COPLAN.

(1) Dois estabelecimentos deixaram de informar. (2) Um estabelecimento deixou de informar.

Tabela 3

Secretaria da Educação e Cultura
Ensino de 1º grau
Distribuição de livros didáticos - 1981/85

ANOS	MUNICÍPIO	ESCOLAS ESTADUAIS	ESCOLAS MUNICIPAIS	ALUNOS BENEFICIADOS	LIVROS DISTRIBUÍDOS	DELEGACIAS DE EDUCAÇÃO
1981/82	53	623	2 516	132 550	474 000	16
1982/83	42	550	2 480	241 373	559 320	19
1983/84	54	534	1 971	144 337	559 320	15
1984/85(1)	144	1 592	6 575	447 811	1 112 739	28

FONTE: DEF./SEC.

(1) Os dados da distribuição 1984/85 são referentes a duas etapas do PLIDEF.

Tabela 4

Secretaria da Educação e Cultura
Assistência a educandos
Assistência alimentar em classes de pré-escolar e 1º grau, assistência em saúde,
assistência psicológica e compra de vagas em escolas particulares — 1981-84

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS	ASSISTÊNCIA ALIMENTAR		ASSISTÊNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA	AQUISIÇÃO DE VAGAS		
		Alunos Beneficiados	Refeições Servidas	Alunos Atendidos	Alunos Atendidos	1º Grau	2º Grau	Total
1981	1 647 836	829 187	108 986 722	554 467	58 057	34 808	43 495	78 303
1982	1 647 458	877 394	128 102 146	1 015 227	48 120	33 879	46 650	80 229
1983	1 668 035	873 878	115 187 937	570 384	70 879	24 726	39 984	64 710
1984	---	1 068 690	95 384 194	937 313	118 338	44 783	42 735	87 518

FONTE: DAE./SEC.

Tabela 5

Secretaria da Educação e Cultura
Ensino Supletivo
Clientela atendida, por modalidade, no Rio Grande do Sul — 1980-84

MODALIDADES	1980	1981	1982	1983	1984
Programa de Educação Integrada (PEI)	4 784	4 290	3 743	3 925	4 123
Programa de Adaptação Gradativa (PAG)	—	21 529	19 147	18 985	17 647
Programa de Alfabetização Funcional (PAF)	—	—	—	—	272
Cursos regidos pela Resolução CEE nº 137/78	—	120	581	780	2 207
Centro de Estudos Supletivos (CES)	534	600	838	1 670	2 224
Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES)	359	418	432	525	416
Cursos de habilitação de docentes leigos	1 220	1 309	1 179	1 486	1 799
Núcleos de Orientação de Ensino Supletivo (NOES) ..	—	2 553	6 856	14 584	3 827

FONTE: DEE/INF./SEC.

Tabela 6

Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional
Educação especial
Classes especiais e salas de recursos implantados — 1982-84

ANOS	CLASSES ESPECIAIS	SALAS DE RECURSOS
1982	10	—
1983	10	3
1984	25	2

FONTE: FAERGS.

Tabela 7

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Atividades desenvolvidas de proteção à saúde da mãe e da criança — 1976-84

ATIVIDADES	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Pessoas beneficiadas pelos programas de suplementação alimentar									
PNS(1)	81 250	81 250	81 250	81 250	81 250	81 250	81 250	100 000	129 998
PDI P(2)	—	—	—	—	34 500	34 500	34 500	34 500	53 345
Convênios com hospitais, visando à atenção materno-infantil	—	—	—	—	—	58	61	54	57
Creches da área de jurisdição da 1ª DRS									
Supervisionadas	—	—	—	—	47	70	114	268	317
Cadastradas	—	—	—	—	47	215	251	287	359
Licenciadas	—	—	—	—	40	60	124	167	204

FONTE: SSMA.

NOTA: Os dados apresentados nos programas de suplementação alimentar referem-se a vagas/ano.

(1) Programa de Nutrição em Saúde. (2) Plano de Distribuição de Leite em Pó.

Tabela 8

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Serviços prestados nas unidades sanitárias — 1974-84

ANOS	CONSULTAS MÉDICAS	CONSULTAS ODONTOLÓGICAS	CONSULTAS OUTROS TÉCNICOS	DOSES DE VACINA		DOSES DE ANTI-SARAMPO APLICADAS	DOSES DE ANTI-TETÂNICA APLICADAS	ATENDIMENTO P/AUXÍLIO
				SABIN APLICADAS	DOSES DE VACINA DPT APLICADAS			
1974	1 513 126	404 408	...	921 259	831 104	396 670	95 848	...
1975	1 609 616	395 659	...	1 093 632	484 227	90 698	231 887	...
1976	1 652 426	386 049	...	692 856	578 474	211 307	188 828	...
1977	1 638 023	420 512	...	727 261	665 978	224 999	200 686	...
1978	1 752 712	413 974	...	681 047	605 785	211 529	265 314	...
1979	1 814 691	428 516	...	662 231	643 920	248 466	230 609	...
1980	2 254 328	465 325	...	3 712 058	823 141	298 933	224 119	...
1981	2 429 654	446 148	105 351	2 752 056	758 234	338 965	226 160	535 794
1982	2 864 912	493 663	154 808	2 808 857	846 859	429 099	261 279	1 006 636
1983	3 553 951	610 417	277 512	2 862 948	838 269	252 320	304 099	1 920 671
1984(1)	3 720 019	707 345	343 416	2 791 825	850 663	302 784	391 746	2 302 395

FONTE: Unidade de Informática/SSMA.

(1) Dados estimados.

Tabela 9

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Casos confirmados de doenças transmissíveis redutíveis por agentes imunizantes — 1974-84

CASOS CONFIRMADOS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984 (1)
Poliomielite	4	79	36	71	10	10	23	2	3	1	—
Meningite (2)	2 892	906	539	276	204	153	110	74	68	99	60
Difteria	359	512	661	657	744	571	472	518	290	278	183
Raiva	6	6	7	3	4	4	2	1	—	—	—
Febre tifóide	315	225	437	736	273	195	124	148	138	126	112
Sarampo	2 762	698	15 799	5 651	8 182	8 412	12 424	10 748	2 593	5 004	5 850
Tétano	129	195	244	273	318	205	206	214	197	176	195

FONTE: SSMA.

(1) Dados preliminares. (2) Doença meningocócica.

Tabela 10

Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente
Produção de medicamentos pelo Laboratório Farmacêutico do
Estado do Rio Grande do Sul — 1974-84

MEDICAMENTOS APRESENTADOS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Ampolas	—	48 793	114 413	187 396	128 900	142 150	95 340	140 508	143 500	329 200	308 304
Bisnagas	154 138	214 902	253 726	185 844	962 000	495 100	896 950	111 702 600	11 216 000	1 198 740	671 050
Cápsulas	—	328 572	375 050	2 894 000	1 100 000	11 402 710	8 973 500	8 955 500	12 585 250	13 926 000	12 438 000
Comprimidos	22 029 375	23 295 550	29 293 856	28 409 087	67 956 000	44 788 700	61 845 800	75 611 000	84 247 192	65 859 900	64 526 310
Drágeas	1 771 779	1 869 450	4 176 970	3 024 750	8 586 200	8 067 000	12 082 494	15 814 500	10 978 650	6 075 300	7 491 200
Frascos ampolas	—	1 178 417	1 867 396	1 122 367	2 035 200	2 729 400	2 790 450	3 886 450	3 193 200	2 661 100	2 422 750
Frascos	702 521	2 186 072	2 765 951	1 456 957	4 651 549	3 960 134	4 340 222	5 194 813	3 767 744	4 528 330	4 056 071
TOTAL	24 657 813	29 121 756	38 847 362	37 280 401	85 419 849	71 585 194	91 024 756	110 305 371	116 131 536	94 578 570	91 913 682

FONTE: LAFER/SSMA.

Tabela 11

Companhia Riograndense de Saneamento
Evolução do abastecimento de água e da coleta e tratamento
de esgotos — mar./83 e dez./84

VARIÁVEIS	15 DE MARÇO DE 1983	31 DE DEZEMBRO DE 1984(1)	ACRÉSCIMOS NO PERÍODO	
			Absoluto	Percentual
Abastecimento de água				
Número de economias com água	919 606	1 008 566	88 960	9,7
População beneficiada	3 218 621	3 471 575	252 954	7,9
Localidades abastecidas por sistemas				
CORSAN	250	253	3	1,2
Rede cadastrada(m)	11 119 565	11 965 800	846 235	7,6
Capacidade de reservação(m ³)	265 617	279 196	13 579	5,1
Hidrômetros instalados	619 676	624 000	4 324	0,7
Coleta e tratamento de esgotos				
Número de economias com esgoto	72 248	78 600	6 352	8,8
População beneficiada	252 868	275 100	22 232	8,8
Localidades servidas por sistemas				
CORSAN	18	18	—	—
Rede cadastrada(m)	443 966	471 200	27 234	6,1

FONTE: CORSAN.

(1) Valores reais até outubro/1984; a seguir com base em projeções.

Tabela 12

Secretaria do Trabalho e Ação Social
Subprograma de promoção do agricultor de baixa renda e do migrante — 1981-84

ESPECIFICAÇÕES	1981/82	1983/84
Total de projetos desenvolvidos	77	219
Total de prefeituras municipais envolvidas	48	131
Total de sindicatos de trabalhadores rurais envolvidos. .	29	88
Total de economias atendidas	19 844	23 688
Total de pessoas atendidas	116 958	118 081

FONTE: STAS.

Tabela 13

Secretaria do Trabalho e Ação Social
Recursos destinados às entidades, por região, no subprograma de concessão
de auxílio às entidades — 1983-84

ORDEM	REGIÕES DE PROGRAMAÇÃO	ENTIDADE	RECURSOS/1983	ENTIDADE	RECURSOS/1984
01	Metropolitanas	27	14 900 000	55	64 417 200
02	Vale do Rio dos Sinos	13	18 509 736	20	26 245 093
03	Centro Sul	03	1 400 000	5	4 280 000
04	Litoral Norte	03	2 800 000	11	15 546 733
05	Zona Sul do Estado	08	5 060 000	13	20 000 000
06	Vale do Jacuí-Centro	01	1 000 000	01	500 000
07	Vale do Taquari	06	3 150 000	08	9 900 000
08	Encosta Superior do Nordeste ..	11	13 611 034	21	19 164 863
09	Vale do Jaguari	01	1 000 000	14	16 050 000
10	Vale do Rio Cai	05	5 000 000	10	10 150 000
11	Alto Uruguai	02	1 000 000	11	9 330 000
12	Planalto Médio-Centro	02	1 500 000	07	7 500 000
13	Alto Jacuí	04	8 059 000	22	17 680 845
14	Fronteira Oeste	06	5 975 000	04	4 344 863
15	Zona da Produção — PF	14	14 659 000	23	22 000 000
16	Zona da Produção — PM	06	4 500 000	08	8 800 000
17	Nordeste Rio-Grandense	08	14 109 000	27	27 888 263
18	Grande Santa Rosa	04	3 100 000	08	12 651 070
19	Celeiro do Rio Grande	05	2 580 000	18	16 947 000
20	Fronteira Sudoeste	02	2 000 000	21	24 910 000
21	Vale do Rio Pardo	03	1 600 000	26	21 900 000
22	Missões	—	—	05	8 701 070
23	Planalto Médio-Centro A	01	150 000	09	7 092 000
	TOTAL	135	125 662 770	355	376 000 000

FONTE: Divisão de Registro e Apoio às Entidades Cíveis/STAS.

NOTA: 1. 1981 — 499 entidades.

Total de recursos — Cr\$ 44.899.475.

2. 1982 — 1 076 entidades.

Total de recursos — Cr\$ 152.560.000.

Tabela 14

Fundação Gaúcha do Trabalho
Atividades do programa emprego-ocupação e formação de
mão-de-obra — 1980-84

PROGRAMA E SUBPROGRAMA	1980		1981		1982		1983		1984	
	Atividades	Clientes	Atividades	Clientes	Atividades	Clientes	Atividades	Clientes	Atividades	Clientes
Desenvolvimento de recursos humanos										
Formação profissional	828	16 630	1 121	16 346	1 178	19 690	544	17 932	545	16 212
Segurança do trabalho	113	1 978	326	6 090	182	4 881	183	3 666	174	3 247
Sindicalismo	01	35	55	1 644	76	2 559	—	—	—	—
Desenvolvimento de comunidades										
PRODICOR	1 143	48 840	6 277	157 397	4 034	76 615	7 226	117 248	6 520	109 221
MICRUP	—	—	—	—	—	—	50	250	322	6 533
Desenvolvimento do artesanato										
Comércio/comercialização	10	396	08	575	08	938	18	961	16	1 488
TOTAL	2 095	68 654	7 787	182 789	5 478	106 225	8 021	141 509	7 577	137 916

FONTE: FGT.

Tabela 15

Fundação Gaúcha do Trabalho
Cadastramento de artesãos e
vendas — 1980-84

ANOS	CADASTRAMENTO DE ARTESÃOS	VENDAS (Cr\$ milhões)
1980	775	11,7
1981	737	40,6
1982	1 542	50,2
1983	1 452	45,9
1984	1 215	70,4

FONTE: FGT.

Tabela 16

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
Projetos comunitários desenvolvidos em vilas de baixa renda — 1980-84

PROJETOS COMUNITARIOS	1980	1981	1982	1983	1984
<i>Grupos representativos</i>					
Organizados/assessorados. . .	16	50	185	207	201
Núcleos e unidades produtivas.	35	185	55	319	309
Hortas caseiras/comunitárias	—	141	87	101	613
Mutirões para melhorias coletivas	—	9	134	149	34
Total de vilas abrangidas	21	24	55	68	68
Total de pessoas beneficiadas . . .	10 725	22 700	110 755	125 000	125 000

FONTE: Relatório 1980/1984. Porto Alegre, Fundasul, 1980/1984.

Tabela 17

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
Atendimento nos centros sociais urbanos — 1980-84

ANOS	NÚMERO DE CSUs EM FUNCIONAMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
1980	26	1 048 027
1981	37	790 402
1982	44	1 885 409
1983	51	1 951 661
1984	51	3 067 864
TOTAL	—	8 743 363

FONTE: Relatório 1980/1983, Porto Alegre, Funlar, 1980/1983.
Relatório 1983/1984, Porto Alegre, Fundasul, 1983/1984.

Tabela 18

Fundação Sul-Riograndense de Assistência Senador Tarso Dutra
Auxílios prestados a pessoas migrantes, não migrantes e em trânsito — 1980-84

AUXÍLIOS EMERGENCIAIS	1980	1981	1982	1983	1984
Alimentação	1 234	8 155	7 740	5 911	5 823
Hospedagem provisória	729	5 474	7 068	2 281	793
Documentação	9 262	1 935	12 802	12 089	11 230
Passagens	8 211	6 405	3 330	3 771	3 910
Recolhimentos	974	960	1 282	2 041	8 848
TOTAL	20 410	22 929	32 222	26 093	30 604

FONTE: Relatório 1980/1984, Porto Alegre, Fundasul, 1980/1984.

Tabela 19

Fundação Gaúcha do Bem-Estar do Menor
Menores atendidos pelo subprograma assistência
ao menor — 1980/84

SUBPROGRAMA	ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
		Ações triagem	Institutos de diagnóstico	2 021	2 400	2 550
	Auxílio financeiro	4 214	4 866	6 065	6 760	2 692
Ações educação partici- pativa	Internatos da rede pró- pria	1 540	1 640	1 500	1 636	2 047
Ações comunitárias	Vagas em contratos para atendimentos a menores	55 630	50 251	56 915	57 190	58 722
	Lares substitutos	1 620	3 737	4 816	7 273	8 500
	Centros abertos da rede própria	797	790	933	746	760
Ações de formação para o trabalho	Iniciação profissional					
	Rede própria	1 528	4 971	11 989	12 871	15 528
	Rede conveniada					
	Colocação acompanha- mento profissional	1 633	2 185	4 531	1 382(1)	1 401
	PROMENOR	—	—	—	1 209	2 126
TOTAL DE MENORES ATENDIDOS		68 983	70 840	89 299	92 082	95 433

FONTE: Informática/FEBEM.

RELATÓRIO ANUAL, 1980/1983 — Porto Alegre, FEBEM, 1980/1983

(1) Novescentos e quarenta colocados durante o ano todo.

SCP

Tabela 20

Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul
Unidades habitacionais construídas — 1976-84

SUBPROGRAMAS	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984(1)
PLANHAP	201	533	1 333	4 002	7 263	5 599	8 570	6 981	6 828
PROFILURB	—	—	—	—	781	466	128	952	2 224
PROMORAR	—	—	—	—	—	—	4 977	6 988	2 068
FICAM	—	296	896	784	911	186	144	200	31
TOTAL	201	829	2 229	4 786	8 955	6 251	13 819	15 121	11 151

FONTE: COHAB.

(1) Previsões em 03.12.84.

Tabela 21

Secretaria da Segurança Pública
Inquéritos, processos e flagrantes — 1975-84

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Inquéritos e processos instaurados	40 158	39 522	42 775	45 116	46 119	50 869	54 135	55 741	63 515	68 860
Inquéritos e processos remetidos a juízo	39 053	38 338	42 916	47 067	41 122	48 543	48 050	47 496	55 069	70 630
Inquéritos e processos em andamento	38 718	41 663	41 522	39 834	39 762	42 372	45 495	47 392	45 132	43 352
Flagrantes elaborados	937	1 004	810	1 672	1 632	2 363	3 294	2 997	3 461	4 200

FONTE: SSP.

Tabela 22

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências apuradas pela Brigada Militar — 1977-84

ESPECIFICAÇÃO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Trânsito	33 630	34 212	98 212	82 900	71 282	210 479	351 806	328 741
Conduta	31 663	54 178	67 300	81 239	85 173	52 897	78 135	80 545
Contra o patrimônio	9 387	10 892	14 509	10 993	13 636	14 850	18 627	20 730
Contra a pessoa	18 654	23 654	28 920	35 432	33 347	23 745	39 607	39 869
Contra a vida	19 398	23 453	10 279	12 768	7 900	26 556	—	—
Providências	211 621	297 214	455 146	452 922	335 401	503 174	835 239	793 040
Serviços prestados	118 033	130 795	207 847	179 778	182 931	275 111	498 980	533 755
Desarmamentos	7 780	10 352	17 998	18 220	23 973	11 245	19 768	19 706

FONTE: SSP.

Tabela 23

Secretaria da Segurança Pública
Ocorrências e exames clínicos laboratoriais da Polícia Civil — 1975-84

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Ocorrências registradas	259 885	289 954	315 221	321 604	338 404	350 797	373 419	376 086	413 230	418 420
Ocorrências de uso de tóxico	—	—	—	287	684	606	358	758	1 220	1 470
Ocorrências de tráfico de tóxico	—	—	336	347	—	—	51	56	92	262
Outras ocorrências	259 885	289 954	314 885	320 970	337 720	350 191	373 010	374 272	411 918	416 688
Exames clínicos laboratoriais	27 915	29 942	26 920	32 323	31 967	27 927	35 599	37 566	41 801	42 000

FONTE: SSP.

Tabela 24

Secretaria da Segurança Pública
Criação de órgãos policiais pela Polícia Civil — 1975-84

ORGÃOS POLICIAIS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Delegacia de Polícia	1	1	1	1	—	1	3	14	2	6
Delegacia Regional de Polícia	1	—	—	—	—	—	—	—	—	3
CIRETRAN	3	17	13	9	3	6	9	14	7	12
Postos de identificação	5	15	13	12	3	4	11	15	8	14

FONTE: DIPLANCO-PC/SSP.

Tabela 25

Secretaria da Justiça
Efetivo carcerário do Estado — 1979 - 84

ESTABELECIMENTOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Municipais e regionais	2 214	2 214	2 217	2 274	2 484	2 792
Capacidade real	1 149	2 980	2 988	3 001	3 195	3 065
De categoria especial	2 286	1 867	2 024	2 179	2 478	2 847
Capacidade real	1 620	1 971	1 695	1 805	2 137	2 220
Total da lotação atual	4 500	4 081	4 241	4 453	4 962	5 639
Total da capacidade real	3 769	4 951	4 683	4 806	5 332	5 285

FONTE: SUSEPE.

Tabela 26

Secretaria da Justiça
Registro do comércio — 1980 - 84

ESPÉCIE	1980	1981	1982	1983	1984	TOTAL
Empresas constituídas	23 101	23 205	24 111	27 784	27 509	125 710
Empresas extintas	4 117	3 833	7 126	7 074	7 376	29 525
Concordatas	14	16	13	23	25	90
Empresas falidas	179	237	220	314	38	1 288

FONTE: Junta Comercial/SJ.

Tabela 27

Secretaria da Justiça
Comparativo das consultas realizadas — 1976/84

1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984(1)
5 094	5 495	5 245	6 429	8 098	8 613	10 716	11 104	11 770

FONTE: Arquivo Público/SJ.

(1) Até novembro.

Tabela 28

Procuradoria-Geral da Justiça
Atividades do Ministério Público - 1980 - 84

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
1º grau — Matéria Criminal					
Atuação					
Inquéritos policiais	35 704	42 350	65 481	53 107	62 258
Processos diversos	24 895	18 837	35 277	50 989	93 208
Recursos interpostos e contra-razões	2 922	3 003	3 430	4 379	4 271
Atuações no júri	583	690	1 106	1 227	1 436
Audiências assistidas	42 168	55 141	81 068	72 339	82 263
Matéria Cível — Curadorias					
Atuação					
Família e sucessões	76 571	83 845	145 301	105 955	104 991
Massa falida	3 975	33 376	8 963	8 598	11 706
Fundações	241	382	686	130	333
Curadoria junto às varas cíveis	14 023	16 208	16 804	21 273	20 129
Acidentes de trabalho	220	378	574	764	567
Menores	15 468	12 612	18 028	15 825	12 786
Registros públicos	16 442	14 663	14 529	11 447	9 377
Justiça eleitoral	020	32	524	200	7 593
Justiça do trabalho	6 222	6 183	7 842	9 046	41
Recursos, contra-razões, pareceres	940	1 690	1 945	-	2 354
Fazenda pública: municipal	750	537	492	498	417
estadual	5 406	4 530	4 882	3 477	4 831
federal	5 897	3 839	8 711	10 454	9 048
Audiências assistidas	12 930	11 901	14 258	16 951	19 758
Pessoas atendidas	85 355	85 511	92 091	101 536	88 635
2º grau					
Atuação em processo junto aos tribunais de Justiça e Alçada ..	5 175	6 016	6 562	9 239	10 012
Assessoria Jurídica do Procurador-Geral					
Atuação em processos	690	741	510	876	1 006

FONTE: Procuradoria Geral de Justiça.

Tabela 29

Secretaria da Agricultura
Principais atividades desenvolvidas de defesa animal - 1979 - 84

ATIVIDADES	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Combate à febre aftosa						
Vacinação bovina	33 310 848	29 534 913	35 152 320	34 243 411	35 709 426	27 370 237
Combate à brucelose						
Vacinação de bovinos	668 310	643 978	760 386	705 876	679 052	621 349
Combate à tuberculose						
Bovinos testados	55 398	46 921	60 344	68 410	66 068	154 736
Combate à raiva						
Bovinos vacinados	96 490	30 492	47 094	42 005	259 978	82 153
Cães Vacinados	107 817	122 582	557 756	730 095	486 806	431 621
Combate à peste suína						
Suínos vacinados	(1) 99	45	1 599 173	2 179 392	1 823 318	1 367 614

FONTE: SA.

(1): Faltou imunizante.

Tabela 30

Secretaria da Agricultura

Principais atividades desenvolvidas de defesa vegetal e conservação do solo — 1979-84

ATIVIDADES	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Combate ao serrador da acácia						
Cadastramento (ha)	5 745	4 928	1 700	3 803	7 203	9 584
Controle da formiga cortadeira						
Agricultores atendidos	—	10 780	13 900	11 624	18 361	23 032
Conservação do solo						
Agricultores atendidos	3 105	4 00	3 277	5 399	5 053	3 768
Locação de terraços (km)	12 505	9 587	9 575	8 279	7 552	7 922
Locação de canais	4 101	2 518	1 627	2 769	2 341	1 851
Melhoramento de pastagens (ha)	52 300	64 000	82 500	105 000	29 052	16 896
Implantação de viveiros municipais						
Viveiros implantados	60	60	6	6	4	38
Fixação de dunas						
Área coberta (m ²)	27 675	78 785	72 310	80 102	7 500	20 500
Mudas plantadas	121 000	208 848	182 150	444 400	150 000	84 306

FONTE: SA.

Tabela 31

Secretaria da Agricultura

Serviços de infra-estrutura e apoio — 1979-84

ATIVIDADES	1979	1980*	1981	1982	1983	1984
Construção de poços, açudes e barragens						
Poços	194	302	262	276	211	255
Metros	12 317	19 345	17 504	18 616	13 490	15 801
Açudes, barragens e bebedouros						
Número	281	123	198	265	469	1 804
Horas	6 409	5 864	12 116		15 410	24 324
Terras públicas						
Concessões						
Número	72	153	748	3 780	1 842	208
Hectares	742	2 615	9 551	28 590	10 020	1 104
Contratos (escrituras)						
Número	20	16	224	2	23	04
Hectares	146	162	386	14	363	64
Legitimação (títulos expedidos)						
Número	52	261	381	398	580	2 877
Hectares	1 425	3 606	4 213	4 553	5 453	14 913
Drenagem e irrigação						
Metros cúbicos	—	17 000	29 060	150 000	178 875	89 704
Controle e fiscalização vinhos						
Produto liberado à comercialização (1000l)	248 973	210 531	215 709	238 953	208 590	368 548
Terraplenagem e subsolagem						
Terraplenagem						
Obras	18	18	11	—	28	46
Horas	1 499	1 974	1 092	3 374	1 725	2 675
Subsolagem						
Obras	11	9	10	—	20	39
Horas	1 690	1 424	3 334	2 254	1 199	2 143
Hectares	170	142	333	225	300	295

FONTE: SA.

Tabela 32

Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Força de trabalho e público beneficiário da assistência técnica e extensão rural — 1979-84

DISCRIMINAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Números de escritórios municipais	156	157	177	177	177	177
Total de técnicos de campo	695	680	1 113	1 065	1 017	947
Nível superior	314	294	357	370	343	331
Nível médio	381	386	756	695	674	616
Total de produtores beneficiários	92 279	199 288	120 497	188 928	192 532	188 335
Produtores assistidos	33 939	43 715	47 701	82 490	91 181	85 518
Produtores orientados	58 340	65 573	72 796	106 438	101 351	102 817
Pequenos	77 514	91 802	101 217	158 700	161 727	163 851
Médios	12 919	15 300	16 870	26 450	26 954	19 587
Grandes	1 846	2 186	2 410	3 778	3 851	4 897
Total de famílias beneficiárias	39 573	44 360	48 785	81 407	104 633	108 322
Famílias assistidas	24 140	27 422	22 785	36 939	47 633	49 557
Famílias orientadas	15 433	16 938	26 000	44 468	57 000	58 765
Total de jovens assistidos	9 469	17 453	18 374	25 920	36 567	39 240
Total de agentes colaboradores	—	—	200	8 760	10 654	11 013
Líderes	—	—	—	8 360	8 938	9 207
Multiplicadores	—	—	200	400	1 716	1 806
Total de grupos e clubes assistidos						
(Nº/participantes)	1 758/39 484	2 181/54 972	2 770/60 025	6 072/116 596	7 397/137 558	7 397/132 684
Área econômica	502/9 043	628/11 304	825/13 832	3 600/57 411	3 991/63 549	3 906/60 394
Área de bem-estar	836/20 972	1 046/26 215	1 256/27 819	1 621/36 411	2 293/46 705	2 391/46 042
Área de juventude rural	420/9 469	507/17 453	689/18 374	851/22 774	1 113/27 304	1 100/26 248
Integração com instituições de ensino						
Professores	1 960	3 593	3 311	4 889	7 512	7 779
Escolas	1 111	2 132	1 977	2 629	3 868	3 947
Alunos	11 879	31 077	29 655	56 984	105 243	116 017

FONTE: EMATER/RS.

Tabela 33

Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul

Dados sobre os distritos industriais — 1980-84

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984
Número de empresas					
Em projeto	24	20	27	30	28
Em implantação	15	16	09	08	07
Em operação	26	31	40	41	43
Número de empregos	4 602	5 045	5 640	5 700	7 239
Recolhimento do ICM (Cr\$ 1000)	469	1 286	2 986	5 065	11 143

FONTE: CEDIC.

Tabela 34

Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul
 Quadro demonstrativo dos custos gerais dos distritos industriais — 1976-84

ANOS	RIO GRANDE			GRAVATAI			CACHOEIRINHA			SANTA MARIA			BAGÉ			ALVORADA-VIAMÃO		
	Aquisição de áreas	Estudos e projetos	Implantação de obras de infraestrutura	Aquisição de áreas	Estudos e projetos	Implantação de obras de infraestrutura	Aquisição de áreas	Estudos e projetos	Implantação de obras de infraestrutura	Aquisição de áreas	Estudos e projetos	Implantação de obras de infraestrutura	Aquisição de áreas	Estudos e projetos	Implantação de obras de infraestrutura	Aquisição de áreas	Estudos e projetos	Implantação de obras de infraestrutura
1976	166 605 000	4 113 136	2 830 869	15 579 373	605 929	32 322 685	724 048	729 636	2 978 404	—	729 704	—	—	—	—	—	—	—
1977	35 620 000	7 265 510	50 857 428	122 607	1 820 283	41 401 105	—	914 722	13 923 773	—	1 064 044	4 896 593	—	68 234	—	25 572 000	1 190 787	—
1978	3 440 000	7 181 892	88 474 570	—	1 049 423	15 224 338	2 792 427	2 842 883	48 207 909	—	5 815 404	1 966 180	18 930 761	402 239	4 807	2 940 000	664 270	—
1979	3 405 000	8 237 635	52 009 105	2 087 107	57 963	1 943 551	—	4 333	28 889 703	—	3 613 359	354 589	—	408 240	2 500 058	11 404 000	496 837	—
1980	90 377 000	14 003 319	11 469 628	—	3 223 862	10 494 671	—	3 067 979	643 429	—	148 270	27 814	—	51 222	1 263 126	11 053 000	450 040	—
1981	20 929 449	4 208 242	22 676 185	—	4 421 172	7 666 428	—	3 161 523	61 333 912	247 392 164	—	104 316	—	485 097	81 346	55 021 000	756 566	—
1982	129 124 052	5 757 873	112 431 085	—	—	61 922 045	—	—	118 212 599	—	—	6 194 633	—	—	978 368	134 578 000	—	—
1983	95 618 149	76 073 068	—	—	—	3 322 589	—	—	—	—	—	653 384	—	—	—	45 777 422	—	—
1984	2 656 851 931	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	3 201 970 581	127 161 243	341 016 420	20 496 993	12 425 048	186 817 352	3 516 475	12 289 042	279 096 410	247 392 164	11 524 592	14 197 509	18 930 761	1 415 032	4 827 705	286 345 422	3 558 500	—

(Cr\$)

Tabela 35

Fundação de Ciência e Tecnologia
Análises, testes e ensaios realizados pela CIENTEC - 1976-84

ANOS	NÚMERO DE LAUDOS EMITIDOS
1976	6 053
1977	6 720
1978	8 581
1979	8 423
1980	7 560
1981	8 335
1982	7 189
1983	6 784
1984	6 914

FONTE: CIENTEC.

Tabela 36

Secretaria da Fazenda
Arrecadação potencial e perdas por exonerações fiscais do ICM — 1984

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$ milhões)	%
ICM Potencial	3.731.470	—
ICM arrecadado	1.618.601	43,4
Benefícios fiscais (mercado interno)	1.800.643	48,2
Benefícios fiscais (mercado externo)	312.226	8,4

FONTE: Coordenadoria Geral do ICM/SE.

NOTA: Hipótese da estimativa: alíquota de 17% nas operações no mercado interno.

Tabela 37

Secretaria da Fazenda
Receita líquida e serviço da dívida pública — 1984

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$)
Receita realizada	2.584.316.992.882
Receita de operações de crédito	572.844.755.641
Receita líquida	2.011.472.237.241
Serviço da dívida pública	
Amortizações	269.974.948.982
Encargos	965.186.569.497
Despesa total	1.235.161.518.479

FONTE: CAGE/SE.

NOTA: O percentual do Serviço da Dívida Pública em relação à Receita Líquida é de 61,41%.

Tabela 38

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.
Demonstrativo dos resultados dos balanços — 1974-84

ANOS	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	PARTICIPAÇÃO DO BANRISUL EM DEPÓSITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO
1974	77	(1)1,10	51,46
1975	114	1,23	54,76
1976	251	1,33	41,92
1977	507	1,34	34,46
1978	343	1,33	46,98
1979	353	1,38	59,03
1980	378	1,41	72,50
1981	585	1,34	80,81
1982	(899)	1,45	83,20
1983	(25.967)	(1)1,82	(2)164,99
1984	34.127	(3)1,81	127,20

FONTE: BANRISUL

(1) Os dados correspondentes aos anos de 1974 a 1983 referem-se à participação média no segundo semestre de cada ano. (2) O índice de mobilização do ano de 1983 reflete seu valor elevado em consequência do prejuízo de Cr\$ 25,9 bilhões deduzido do patrimônio líquido na apuração da relação Imobilização/Patrimônio Líquido. (3) O dado do ano de 1984 expressa a participação média do primeiro semestre.

Tabela 39

BANRISUL Distribuidora de Títulos e Valores mobiliários S/A
Dados estatísticos — 1975-84

ESPECIFICAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984 (1)
Patrimônio líquido ...	15 657	36 285	73 427	122 643	238 495	550 997	1 640 147	4 396 480	13 132 228	40 399 177
Capital social ...	2 160	15 120	20 160	50 400	120 960	205 632	452 390	1 130 976	2 261 952	6 785 856
Lucro operacional ...	12 706	24 044	48 365	61 324	195 787	437 581	1 685 322	3 879 953	9 811 307	19 400 000
Lucro líquido depois do IR ...	9 952	19 641	40 028	28 493	82 299	216 316	695 820	1 326 402	1 985 654	300 000
Compromissos de recompra na compra de títulos de renda fixa ...	165 937	595 293	995 693	871 263	1 197 668	1 058 791	6 459 354	41 240 550	94 467 671	180 095 670
Receitas operacionais ...	24 796	44 125	69 964	95 613	304 692	588 620	2 044 881	5 147 129	14 284 976	145 552 370
Despesas operacionais ...	12 090	20 081	21 599	34 289	108 905	151 039	359 559	1 267 176	4 473 669	126 152 370

FONTE: BANRISUL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

(1) Valores estimados.

C.P.

Tabela 40

Caixa Econômica Estadual
Comportamento da carteira geral de depósitos da CEE/RS
comparado com a variação ocorrida no IDI e na ORTN — 1975-84

ANOS	IDI (1)		ORTN		% CART. DEPÓSITO		SALDO CONTÁBIL DA CARTEIRA	
	Índice	Δ % Ano	(Cr\$)	Δ % Ano	Nominal	Real	Cr\$ 1000	1000 ORTN
1975	55,9	29,4	130,93	24,21	67,47	34,83	1.677.421	12.811,58
1976	81,7	46,2	179,68	37,23	78,10	29,77	2.987.496	16.626,76
1977	113,4	38,8	233,74	30,09	49,97	15,28	4.480.518	19.168,83
1978	159,7	40,8	318,44	36,24	60,76	18,00	7.202.931	22.619,42
1979	283,0	77,2	468,71	47,19	70,39	15,76	12.273.078	26.184,80
1980	595,0	110,3	706,70	50,78	89,44	25,64	23.251.173	32.901,05
1981	1.161,3	95,1	1.382,09	95,57	107,20	5,94	48.176.601	34.857,78
1982	2.319,4	99,7	2.733,27	97,76	122,65	12,58	107.269.108	39.245,70
1983	7.213,3	211,0	7.012,99	156,58	186,16	11,53	306.966.078	43.771,07
1984	(2) 23.017,3	(2) 219,1	22.110,46	215,27	(2) 243,03	(2) 8,80	(2) 996.260,00	(2) 45.058,31

FONTE: BOLETIM ESTATÍSTICO, Porto Alegre, CEE/Consultoria Técnica, s.d.

(1) IDI e ORTN com valor de dezembro. (2) Previsão.

Tabela 41

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Número de consumidores e extensão de redes rurais de eletrificação rural — 1979-84

ANOS	NÚMERO DE OBRAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CONSUMIDORES (1)			EXTENSÃO TOTAL DA REDE (km)
			Em Redes Novas	Em Redes Existentes	Total	
Até 1978			—	—	53.463	28.890
1979	382	149	11.507	2.440	13.947	3.841
1980	569	137	12.738	6.019	18.757	5.278
1981	844	137	7.783	7.054	14.837	3.458
1982	976	144	6.981	6.374	13.355	3.084
1983	1.475	153	8.362	4.473	12.835	4.006
1984(2)	1.865	155	8.085	4.483	12.568	3.600
Total do período 1979-84	6.111	—	55.456	30.843	86.299	23.267
TOTAL GERAL					139.762	52.157

FONTE: CEE.

(1) Não estão computados como consumidores 104 pontos de fornecimento às Cooperativas de Eletrificação Rural. (2) Os dados referentes à extensão das redes rurais são estimados para nov./dez.-84.

Tabela 42

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Motores substituídos e economia de óleo Diesel (1) — 1979-84

ANOS	NÚMERO DE INSTALAÇÕES CONVERTIDAS	MOTORES SUBSTITUÍDOS		ECONOMIA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO		
		Quantidade	Potência (CV)	Incremento no Ano		Acumulada
				Óleo Diesel (litros x 10 ³)	Petróleo (barris)	Óleo Diesel (litros x 10 ³)
Até 1979	130	235	22.580	11.854,50	272.535	11.854,50
1979	173	279	26.594	13.961,85	320.983	13.961,85
1980	155	201	17.570	9.224,25	212.065	23.186,10
1981	162	234	20.897	10.970,92	252.222	34.157,02
1982	660	851	17.241	11.200,11	257.492	45.357,13
1983	—	—	55.675	29.229,64	624.152	74.586,77
1984	48	50	710	372,74	8.569	74.959,51

FONTE: CEE.

(1) Dados provisórios até a conclusão dos tombamentos; impossível estimar.

Tabela 43

Companhia Estadual de Energia Elétrica
Energia vendida — 1979-84

ANOS	ENERGIA VENDIDA (GWL)	% a.a.
1979	5 075	13,7
1980	5 885	16,0
1981	6 233	5,9
1982	6 781	8,8
1983	7 513	10,8
1984	8 418	12,0

FONTE: CEE.

Tabela 44

Companhia Riograndense de Telecomunicações
Indicadores físicos — 1980-84

INDICADORES	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾
Terminais Instalados	227 116	278 435	365 131	384 356	395 948
Terminais em Serviço	201 721	235 227	286 558	335 034	364 200
Telefones Instalados	365 499	408 685	496 528	585 664	637 350
Telefones Públicos Instalados	2 605	3 305	4 098	4 781	5 200
Cham. Interurbanas (DDD + MAN) (cham x 10 ³)	45 164	50 592	60 282	69 085	78 137
Centrais Automáticas	98	106	145	152	161
Municípios com DDD/DDI	66	76	112	120	130
Empregados	7 435	7 345	7 316	7 203	7 069
Empregados/1.000 Term. Inst.	32,74	26,38	20,00	18,74	17,85

FONTE: CRT.

(1) Dados estimados.

Tabela 45

Companhia Riograndense de Mineração
Produção de carvão mineral e valor comercializado — 1975-84

ANOS	PRODUÇÃO DE CARVÃO (1 000) ROM	VALOR COMERCIALIZADO	
		Cr\$ 1 000 000	1 000 CRTNs
1975	440,4	15,3	3,4
1976	460,2	26,3	146,4
1977	605,3	81,2	347,1
1978	854,0	157,7	495,2
1979	1 030,9	305,2	651,1
1980	1 084,5	662,7	937,7
1981	1 264,2	1 559,2	1 128,2
1982(1)	1 291,2	2 548,9	932,6
1983	1 247,6	7 587,7	1 081,9
1984(2)(3)	1 450,0	28 400,6	1 284,5

FONTE: CRM.

(1) A partir de 1982 o valor comercializado não inclui o Imposto Único sobre Minerais do País.
(2) Os dados de 1984 são estimados. (3) O lucro líquido de 1984 depende da política a ser adotada pela direção da empresa com relação ao saldo credor da conta de correção monetária e da provisão para o Imposto de Renda.

Tabela 46

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Pavimentação realizada — 1975-84

									(km)
1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
250,0	177,0	139,6	201,8	53,9	104,8	208,3	250,2	87,6	257,0

FONTE: DAER.

Tabela 47

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Construção e melhoria de estradas vicinais e aterros e terraplenagem — 1975-84

ANOS	CONSTRUÇÃO (km)	MELHORIA (km)	TOTAL (km)	ATERROS (m ³)	TERRAPLENAGEM (m ³)	NÚMERO DE ESTRADAS	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
1975	295,0	197,0	492,0			51	38
1976	1 277,0	1 148,5	2 425,5	135 000		258	108
1977	846,0	1 104,5	1 950,5	166 790	66 872	270	129
1978	736,0	1 265,0	2 001,0	203 000	343 000	288	131
1979	595,8	1 065,8	1 661,6	215 909	168 520	258	114
1980	606,8	2 007,6	2 614,4	164 102	419 782	301	127
1981	463,0	1 703,0	2 166,0	85 000	734 000	302	135
1982	533,0	1 332,0	1 865,0	223 730	505 302	331	128
1983	429,1	1 474,3	1 903,4	425 660	496 498	326	154
1984	392,0	1 561,0	1 953,0	433 920	127 135	378	161

FONTE: CINTEA.

Tabela 48

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras
Número e extensão total de obras-de-arte especiais — 1975-84

ANOS	NÚMERO	EXTENSÃO (m)
1975	19	522,1
1976	48	1 670,0
1977	34	1 837,4
1978	28	988,6
1979	14	632,5
1980	6	360,7
1981	47	2 034,2
1982	61	2 232,0
1983	54	2 297,8
1984	76	2 426,0

FONTE: CINTEA.

Tabela 49

Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
Movimento de mercadorias nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas — 1983-84

PORTOS	1983	1984(1)	(1 000) % ANUAL
Porto Alegre	8 616	8 899	3,3
Rio Grande	10 682	11 225	5,1
Pelotas	303	349	15,2
TOTAL	19 602	20 473	4,4

FONTE: DEPRC.

(1) Dados estimados.

Tabela 50

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Número de bolsas concedidas — 1974-84

TIPOS DE BOLSAS	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Aperfeiçoamento.....	427.400	499.000	962.000	938.200	740.500	1.239.000	900.000	1.776.000	1.220.000	4.635.000	7.575.000
Pos-Graduação											
Mestrado.....	766.800	843.200	949.600	1.437.500	1.036.750	2.022.000	1.172.000	2.296.000	3.484.000	3.960.000	5.200.000
Pós-Graduação											
Doutorado.....	7.000	50.400	72.000	72.000	—	—	600.000	168.000	—	—	900.000
Especial de											
pesquisa.....	194.240	154.116	219.384	792.000	1.537.500	1.819.800	1.374.048	3.468.000	4.587.000	11.336.000	20.970.000
Especial de											
estágio.....	26.200	32.600	20.800	38.400	220.640	87.200	530.300	1.283.500	3.841.000	3.936.000	2.480.000
TOTAL.....	1.422.140	1.529.516	2.233.784	3.278.100	3.535.390	5.166.000	4.576.348	8.989.500	13.132.000	23.867.000	37.125.000

FONTE: FAPERGS.

Tabela 51

Secretaria da Administração
Número de vantagens diversas concedidas aos funcionários públicos
do Estado do Rio Grande do Sul — 1979-84

ESPECIFICAÇÃO	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Triênios.....	14.094	34.975	27.459	21.015	21.398	50.699
Quinquênios.....	1.329	1.812	2.553	2.048	2.064	1.886
Gratificação de 15% e 25%.....	1.865	3.059	2.961	1.841	1.950	3.662
Concessão de Licença-Prêmio.....	3.668	7.637	7.090	6.484	8.174	9.788
Conversão de Licença-Prêmio.....	696	1.241	1.227	1.748	2.112	2.909
TOTAL.....	21.652	48.724	41.290	33.136	35.698	68.944

FONTE: SEA.

Tabela 52

Secretaria da Administração
Superintendência dos Transportes do Estado do Rio Grande do Sul
Demonstrativo da economia de combustíveis da frota do Estado do Rio Grande do Sul — 1984

PRODUTO	PROJEÇÃO DE CONSUMO ⁽¹⁾	CONSUMO	DIFFERENÇA	Cr\$/litro	ECONOMIA (Cr\$)
Gasolina (l).....	14.132.000	10.494.336	3.637.664	1.370	4.983.599.680
Alcool (l).....	1.119.000	1.578.684	459.000	890	408.510.000
Óleo Diesel (l).....	39.072.000	32.973.051	6.098.949	950	5.794.001.550
"Fuel-oil" (kg).....	13.916.000	3.763.372	10.152.628	465	4.720.972.020
TOTAL.....	68.239.000	48.809.443	19.430.241	—	15.090.063.250

FONTE: SUTERGS.

⁽¹⁾ Baseada nas quotas anteriores à Ordem de Serviço nº 12/83.

Tabela 53

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas
Volume físico da produção — 1976-84

SERVIÇOS	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984 ⁽¹⁾
Diário Oficial do Estado (exemplares)	3 000 330	3 083 989	2 154 229	2 172 850	1 908 500	2 119 530	2 208 342	2 168 000	2 244 000
Diário da Assembleia Legislativa (exemplares)	—	—	—	724 500	670 000	545 000	245 449	277 500	240 000
Jornais particulares (exemplares)	—	—	—	1 405 650	3 483 000	2 093 870	1 485 591	1 536 000	3 681 000
Separatas de Deputados (exemplares)	—	—	—	309 000	325 000	309 523	476 579	331 000	443 000
Revistas (exemplares)	—	—	—	177 100	277 000	358 000	400 686	342 200	207 000
Livros (exemplares)	—	—	—	69 000	70 000	27 600	122 737	200 500	150 000
CADERNOS ESCOLARES (unidades)	—	—	—	—	—	—	—	100 000	1 000 000
Impressos em geral (unidades)	—	—	—	16 200 000	13 170 000	20 484 630	55 841 252	41 974 000	63 368 000
Inserções no DOE (cm/columa)	—	—	—	3 115 584	3 558 384	3 561 840	3 459 456	4 010 904	3 662 496

FONTE: CORAG.

(1) No exercício de 1984, os volumes físicos dos meses de novembro e dezembro estão projetados.

Tabela 54

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
Número de treinandos — 1974-84

ANOS	ÁREA PÚBLICA	ÁREA PRIVADA	SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO ⁽¹⁾	TOTAL
1974	2 177	258	519	2 954
1975	1 049	158	1 427	2 634
1976	1 551	418	1 115	3 084
1977	2 855	474	1 842	5 171
1978	803	769	1 391	2 963
1979	876	1 772	497	2 945
1980	927	1 511	1 621	4 059
1981	1 395	3 159	1 718	6 272
1982	1 560	1 874	2 471	5 905
1983	2 125	595	4 694	7 414
1984	3 581	947	8 409	12 297

FONTE: RELATÓRIO DA DIRETORIA 1974, Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1974. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1975/1984, Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1975/1984. (1) Os treinandos constituem-se de professores e especialistas em educação.

Tabela 55

Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
Treinamento, investimentos e faturamento — 1980-84

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984(1)
Número de participantes	1 521	1 877	2 591	2 814	1 874
Número de funcionários	1 273	1 587	2 449	2 334	1 416
Número de clientes	248	290	142	480	458
Horas de treinamento	5 895	5 606	6 810	4 820	6 172
Investimentos (Cr\$/milhões)	8,5	10,5	36,0	14,6	75,6
Equipamentos/tecnologia (Cr\$/milhões)	110,4	130,0	1 330,0	1 082,4	2 850,0
Faturamento (Cr\$/milhões)	676,2	1 632,6	4 153,4	10 478,2	32 000,0

FONTE: PROCERGS.

(1) Dados provisórios.

Tabela 56

Fundação Metropolitana de Planejamento
Pavimentação na RMPA pelo programa PAVURB — 1978-1982

ESPECIFICAÇÃO	1978	1979	1980	1982	TOTAL
Extensão (km)	13,467	28,436	18,334	13,510	73,747
Custo (US\$)	1,356 629 01	2,562 050 20	2,887 713 09	1,012 380 47	7,793 772 77

FONTE: METROPLAN.

NOTA: Pavimentação de vias urbanas em zonas de baixa renda com serviços de transporte coletivo — convênio METROPLAN/EBTU/BIRD.

Tabela 57

Fundação Metropolitana de Planejamento
Pavimentação de vias alimentadoras — 1980-83

ANOS	EXTENSÃO (km)
1980	0,940
1981	12,572
1982	0,957
1983	5,448
TOTAL	19,917

FONTE: METROPLAN.

NOTA: Pavimentação realizada com recursos do Estado, do EBTU e das Prefeituras.

Tabela 58

Gabinete do Governador do Estado
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Material adquirido, arrecadado e distribuído e arrecadação
da Campanha da Solidariedade-1984

(a) material adquirido, arrecadado e distribuído

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Gêneros alimentícios (kg)	135 053
Agasalhos (kg)	89 315
Material de higiene (kg)	1 290
Cobertores (unid.)	1 962
Colchões (unid.)	850
Telhas em geral (unid.)	36 200
Lavatórios e sanitários (unid.)	800
Pedras e blocos de concreto (unid.)	1 290
Móveis em geral (unid.)	89
Tijolos (unid.)	7 400
Tintas em geral (latas)	570
Madeira (m ³)	53
Aberturas de madeira (unid.)	450

b) arrecadação da Campanha da Solidariedade

ESPECIFICAÇÃO	CR\$ MILHÕES
Total da arrecadação	153

FONTE: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.